

**SEBASTIÃO ELYSEU JÚNIOR**

**CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO  
DE ESCALA DE POSSE**

**PUC-CAMPINAS**

**2006**

**SEBASTIÃO ELYSEU JÚNIOR**

**CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO  
DE ESCALA DE POSSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC - Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia como Profissão e Ciência  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elisa Medici Pizão Yoshida

**PUC-CAMPINAS**

**2006**

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t152.41 Elyseu Júnior, Sebastião.

E52c Construção e validação de escala de posse / Sebastião Elyseu Júnior. – Campinas:  
PUC-Campinas, 2006.  
xvi, 168p.

Orientadora: Elisa Medici Pizão Yoshida.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências  
da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui anexo e bibliografia.

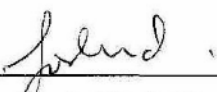
1. Comportamento de apego. 2. Comportamento humano. 3. Ciúme. 4. Distúrbios da  
personalidade. 5. Inveja. 6. Personalidade e emoções. I. Yoshida, Elisa Medici Pizão. II.  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação  
em Psicologia. III. Título.

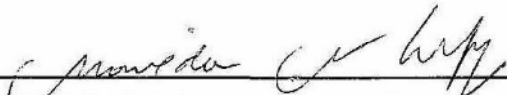
22.ed.CDD – t152.41

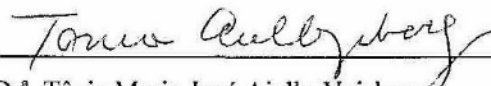
**SEBASTIÃO ELYSEU JÚNIOR**

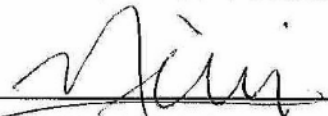
**CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO  
DE ESCALA DE POSSE**

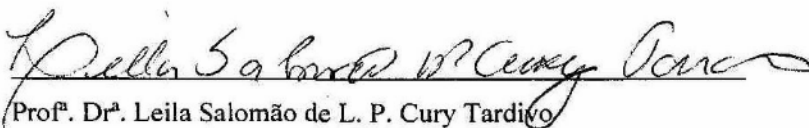
**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Elisa Medici Pizão Yoshida (Presidente e Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Marilda Emmanuel Novaes Lipp

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Tânia Maria José Aiello Vaisberg

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>ª</sup> Dr. Ricardo Primi

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Leila Salomão de L. P. Cury Tardivo

Tese defendida e aprovada em 12 de maio de 2006.

**PUC-CAMPINAS**

**2006**

Para André e Gabriel

## AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Elisa Medici Pizão Yoshida, que, com o seu empenho e dedicação como minha professora e orientadora, me fez admirá-la, que, com o seu caloroso acolhimento, me fez seu amigo, e que, com a sua invejável competência, me guiou nesse trabalho como um claro fio de Ariadne, o meu muitíssimo obrigado.

O meu muito obrigado também às minhas amigas e colegas Prof<sup>ª</sup>. Regina Mara Jurgielewecz Gomes, Prof<sup>ª</sup>. Gláucia Mitsuko Ataka da Rocha, Dra. Bruneide Menegazzo Padilha e Prof<sup>ª</sup>. Maria Nurymar Brandão Benetti pela valiosa ajuda na categorização dos itens da escala e das respostas das entrevistas e, também, pelos valiosos comentários sobre a elaboração desses itens.

Aos professores Dr. Ricardo Primi e Dra. Tânia Maria José Aiello Vaisberg, pelas enriquecedoras sugestões dadas por acasão do exame de qualificação, os meus sinceros agradecimentos.

À coordenadora do Curso de Psicologia Dra. Maria da Piedade Romeiro de Araújo Melo, ao coordenador do Curso de Administração de Empresa Prof. Dolor Barbosa Xadieh, ambos da Unip, ao diretor da Faculdade de Analise de Sistemas da Puc-Campinas Dr. José Estevão Picarelli a minha gratidão pela receptividade e facilitação do meu acesso junto aos alunos para a aplicação e reaplicação da escala e a realização das entrevistas.

À minha amiga e colega Prof<sup>ª</sup> Sônia Monteiro de Barros, tradutora de ‘*A Secure Base*’, de Bowlby, o meu sincero obrigado pelo acesso ao texto original.

Aos alunos envolvidos no projeto piloto, aos participantes da pesquisa, que responderam à escala, e aos entrevistados, o meu muito obrigado pela participação. Agradeço, especialmente, ao aluno Itor Finotelli Júnior pela valiosa ajuda no uso de programas computacionais.

Finalmente, agradeço à PUC-Campinas pela concessão da bolsa de estudos para capacitação docente no Curso de Doutorado em Psicologia: Profissão e Ciência.

“Abre os teus braços meu irmão, deixa cair.

Pra que somar se a gente pode dividir.”

Vinícius de Moraes (1971)

# SUMÁRIO

<b>Lista de Figuras</b>	ix
<b>Lista de Tabelas</b>	x
<b>Resumo</b>	xi
<b>Abstract</b>	xii
<b>Résumé</b>	xiii
<b>Apresentação</b>	xiv
<b>Introdução</b>	01
Uma Teoria da Posse	21
Psicanálise e Etologia	43
Padrões de Posse	66
Objetivos	74
<b>Método</b>	75
Participantes	75
Juizes, Entrevistador e Aplicador	76
Instrumentos	76
Procedimento	78
<b>Resultados</b>	82
Análise descritiva	82
Validade de conteúdo	97
Precisão por teste e reteste	98



Validade de critério	99
Validade de constructo	101
<b>Discussão dos resultados</b>	110
<b>Conclusões</b>	123
<b>Referências</b>	131
<b>Anexos</b>	148

**LISTA DE FIGURAS**

Figura	p.
1. <i>Boxplots</i> de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Geral.	85
2. <i>Boxplots</i> de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Homens.	86
3. <i>Boxplots</i> de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Mulheres.	87
4. <i>Boxplots</i> de padrões relativos à figura de coisas etc. – Geral.	88
5. <i>Boxplots</i> de padrões relativos à figura de coisas etc. – Homens.	89
6. <i>Boxplots</i> de padrões relativos à figura de coisas etc. – Mulheres.	90
7. Histogramas de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Geral.	91
8. Histogramas de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Homens.	92
9. Histogramas de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Mulheres	93
10. Histogramas de padrões relativos à figura de coisas etc. – Geral.	94
11. Histogramas de padrões relativos à figura de coisas etc. – Homens.	95
12. Histogramas de padrões relativos à figura de coisas etc. – Mulheres.	96
13. Gráfico dos 52 autovalores ( <i>eigenvalues</i> ).	102

## LISTA DE TABELAS

Tabela	p.
1. Distribuição dos itens segundo os diferentes padrões e quanto aos dois tipos de figura de posse na escala piloto.	77
2. Freqüências absoluta e relativa das respostas no teste, no geral e por sexo, segundo o tipo de padrão.	83
3. Valores mínimo, máximo, máximo possível, dos quartis, da moda, da mediana e da média da distribuição dos escores em cada padrão, no geral (N= 296).	84
4. Coeficientes de correlação por postos de Spearman ( $r_s$ ) no teste-reteste, no geral e por sexo.	98
5. Coeficientes de correlação por postos de Spearman ( $r_s$ ) da escala e entrevista, no geral e por sexo.	100
6. Fatores pelo método de análise dos componentes principais (rotação Oblimin).	103
7. Cargas fatoriais dos 52 itens rotacionados em 3 fatores.	103
8. Composição da escala segundo as dimensões da posse.	107
9. Ficha de avaliação da Escala de Posse I.	130
10. Tabela de conversão do valor numérico para o valor clínico.	130

Elyseu Jr., S. (2006). *Construção e validação de escala de posse*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil. pp. xvi + 168.

## RESUMO

Trata-se da construção e validação de uma escala de posse de auto-relato, baseada na experiência clínica e numa teoria etológica da posse, que a postula como uma tendência instintiva de o indivíduo obter e/ou manter o domínio de uma ou mais figuras de posse, por meio de padrões instintivos de comportamento de posse, regulando a provisão para usufruto pessoal e/ou da prole. Essa primeira versão ficou composta por 25 itens, referentes à posse dos dois tipos gerais de figura de posse: pessoas e coisas. Esses itens permitem ao sujeito indicar o grau de intensidade das respostas, numa escala do tipo Likert de quatro pontos (1-fracas, 2-média, 3-forte, 4-demasiada). A fase de construção incluiu a análise semântica e teórica dos itens por universitários e juizes, respectivamente. O índice de acordo entre cinco juizes independentes sobre a sua pertinência teórica foi de 90% e Kappa = 0,88, sendo, portanto, alto. A amostra do teste foi constituída por universitários (N= 296, 140 homens e 156 mulheres) das áreas de humanas, exatas e biológicas, entre 18 e 28 anos de idade. A fase de validação envolveu a estimativa de precisão, a validade de constructo e a validade de critério. O estudo de precisão, feito pelo coeficiente de correlação por postos de Spearman, com uma amostra (N= 84, 38 homens e 46 mulheres), indicou que os padrões de posse segura e ansiosa e padrão invejoso, para a figura de pessoa, e os padrões de posse segura e ansiosa, para a figura de coisa, apresentaram estabilidade temporal aceitável no reteste ( $p < 0,01$ ), quatro meses depois. O estudo de validade de constructo, feito por análise fatorial pelo método de análise de componentes principais e rotação Oblimin, resultou em três fatores interpretáveis (21,88% de variância), que avaliam as seguintes dimensões: F1 - Segurança da posse - Pessoas, F2 - Segurança de posse - Coisas, e F3 - Desprendimento da posse. A boa consistência interna da escala foi revelada por um Alpha de 0,70. Como medida de critério externo, para o estudo de validade de critério, foram realizadas entrevistas clínicas semi-estruturadas numa amostra menor (N= 30, 15 homens e 15 mulheres). A estimativa de acordo entre três juizes independentes, incluído o autor, sobre a categorização e quantificação das respostas de quatro entrevistas, de 69,69%, e, pelo coeficiente Kappa, de 0,51, 0,43 e 0,73 para cada par de juizes, foi considerada aceitável, sugerindo a fidedignidade do critério. Os coeficientes de correlação por postos de Spearman, entre a escala e as entrevistas, indicaram boa validade ( $p < 0,01$ ) para os padrões de posse segura ( $r_s = 0,65$ ) e ansiosa ( $r_s = 0,73$ ) e padrão invejoso ( $r_s = 0,65$ ), quando se referem à figura de pessoa ou animal. Quando se referem à figura de coisas, os coeficientes foram um pouco mais modestos, mas significantes ( $p < 0,01$ ) para os padrões de posse segura ( $r_s = 0,51$ ) e ciumenta ( $r_s = 0,54$ ). Uma análise descritiva da distribuição dos referidos padrões, na amostra geral e por sexo, também foi feita.

Palavras-chave: apego, teoria da posse, posse psicológica, ciúme, inveja.

Elyseu Jr., S. (2006). *Construction and validation of ownership scale*. Doctoral thesis. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, São Paulo, Brazil. pp. xvi + 168.

## ABSTRACT

This work deals with the building and validation of a scale of ownership of self-report, based on clinical experience and in an ethological ownership theory, that postulates it as a instinctive tendency of the individual to achieve and/or maintain the dominion of one or more figures of ownership by means of instinctive patterns of ownership behaviour, regulating the provision for self usufruct and/or of the offspring. This first version was composed of 25 items, related to the ownership of the two general types of figures of ownership: people and things. These items allow the subject to indicate the degree of intensity of the answers, in a 4-point Likert scale type (1-weak, 2-medium, 3-strong, 4-excessive). The phase of building included the semantical and theoretical analysis of the items by university students and judges, respectively. The level of agreement among five independent judges in relation to its theoretical pertinence was 90% and Kappa = 0,88, being, thus, high. The sample of the test was constituted of university students (N= 296, 140 male and 156 female) from the areas of humanities, exacts and biologics, aged 18-28. The phase of validation involved the reliability valuation, the construct validity and the criteria validity. The reliability study, made by the Spearman rank correlation coefficient (N= 84, 38 male and 46 female), indicated that the secure and anxious ownership patterns and envious pattern, for people figure, and the secure and anxious ownership patterns, for thing figure, presented acceptable temporal stability in the retest ( $p < 0,01$ ), four months later. The study of construct validity, made by factorial analysis by the method of analysis of principal components and Oblimin rotation, resulted in three interpretable factors (21,88% of variance), that evaluate the following dimensions: F1 - Ownership security – People, F2 - Ownership security – Things, and F3 - Ownership detachment. The good internal consistency of the scale was revealed by an Alpha of 0,70. As measure of external criteria, for the study of criteria validity, semi-structured clinical interviews were carried out in a smaller sample (N= 30, 15 male and 15 female). A valuation of agreement among three independent judges, the author included, about the categorisation and quantification of the answers of four interviews, of 69,69% and, by the Kappa coefficient, of 0,51, 0,43 and 0,73 for each pair of judges, was considered acceptable, suggesting the reliability of the criteria. The Spearman rank correlation coefficients, between the scale and interviews, indicated good validity ( $p < 0,01$ ) for the secure ( $r_s = 0,65$ ) and anxious ( $r_s = 0,73$ ) ownership patterns and envious pattern ( $r_s = 0,65$ ), when they refer to the figure of person or animal. When they refer to the figure of things, the coefficients were a little more modest, but significant ( $p < 0,01$ ) for the secure ( $r_s = 0,51$ ) and jealous ( $r_s = 0,54$ ) ownership patterns. A descriptive analysis of the distribution of the referred patterns, in the general sample and by sex, has also been carried out.

Key-words: attachment, ownership theory, psychological ownership, jealousy, envy.

Elyseu Jr., S. (2006). *Construction et validation d'échelle de possession*. Thèse doctorale. Pontificia Universidade Católica de Campinas. Campinas, São Paulo, Brésil. pp. xvi + 168.

## RÉSUMÉ

Il s'agit dans ce travail de la construction et de la validation d'une échelle de possession d'auto-évaluation, basée sur l'expérience clinique et sur une théorie ethologique de la possession, qui la postule comme une tendance instinctive de l'individu d'obtenir et/ou maintenir la domination d'une ou de plus figures de possession par moyen des étalons instinctifs de conduite de possession, réglant la provision pour usufruit personnel et/ou de la descendance. Cette première version a été composée de 25 items, relatifs à la possession des deux types généraux de figures de possession: personnes et choses. Ces items permettent au sujet d'indiquer le degré d'intensité des réponses, sur une échelle du type Likert de 4 points (1-faible, 2-moyenne, 3-fort, 4-excessive). La phase de construction a compris l'analyse sémantique et théorique des items par étudiants universitaires et juges, respectivement. Le degré d'accord entre cinq juges indépendants sur sa pertinence théorique a été de 90% et Kappa = 0,88, étant, donc, élevé. L'échantillon a été composé par des étudiants universitaires (N= 296, 140 hommes et 156 femmes) des sciences humaines, exactes et physiques, âgés entre 18 et 28. La phase de validation a compris l'estimative de précision, la validité de construct et la validité de critérium. L'étude de précision, faite par le coefficient de corrélation de postes de Spearman, avec un échantillon (N= 84, 38 hommes et 46 femmes), a montré que les étalons de possession sûre et anxieuse et étalon envieux, pour la figure de personne, et les étalons de possession sûre et jalouse, pour la figure de chose, présentèrent une stabilité temporelle acceptable au reteste ( $p < 0,01$ ), quatre mois après. L'étude de validité de construct, selon l'analyse factoriale, faite à partir de la méthode de l'analyse des composants principaux et de rotation Oblimin, a résulté en trois facteurs interprétables (21,88% de variance), qui évaluent les dimensions suivantes: F1 - Sécurité de la possession - Personnes, F2 - Sécurité de la possession - Choses, et F3 - Detachement de la possession. La bonne consistance interne de l'échelle a été révélée par un Alpha de 0,70. Comme mesure de critérium externe, pour l'étude de validité de critérium, des entrevues cliniques semi-structurées ont été réalisées utilisant un plus petit échantillon (N= 30, 15 hommes et 15 femmes). Une estimation d'accord entre trois juges indépendants, l'auteur compris, sur la catégorisation et la quantification des réponses de quatre entrevues, de 69,69% et, selon le coefficient Kappa, de 0,51, 0,43 et 0,73 pour chaque couple de juges, a été considérée acceptable, suggérant la précision du critérium. Les coefficients de corrélation de postes de Spearman, entre l'échelle et les entrevues, ont indiqué une bonne validité ( $p < 0,01$ ) pour les étalons de possession sûre ( $r_s = 0,65$ ) et anxieuse ( $r_s = 0,73$ ) et étalon envieux ( $r_s = 0,65$ ), quand ils se réfèrent à la figure de personne ou animal. Quand ils se réfèrent à la figure de choses, les coefficients ont été un peu plus modestes, mais significants ( $p < 0,01$ ) pour les étalons de possession sûre ( $r_s = 0,51$ ) et jalouse ( $r_s = 0,54$ ). Une analyse descriptive de la distribution des étalons de possession mentionnés, dans l'échantillon général et pour sexe, a aussi été faite.

Mots clés: attachement, théorie de la possession, possession psychologique, jalousie, envie.

## APRESENTAÇÃO

O nosso interesse pelo desenvolvimento de uma escala de padrões de posse e de padrões de desprendimento da posse e de inveja surgiu por dois motivos básicos: (1) contar com um instrumento de avaliação de uma das mais básicas manifestações da conduta humana e, portanto, de grande utilidade na avaliação psicodiagnóstica, na avaliação de mudanças num dado padrão em função de um processo psicoterápico, nas pesquisas científicas etc., tanto pela facilidade de aplicação em um indivíduo ou num grupo deles, como pela facilidade de avaliação dos resultados; e, (2) contar com um estudo empírico para a promoção do desenvolvimento de uma teoria da posse, que postulamos, na medida em que possa discriminar as formas de posse e, futuramente, definir as formas adaptativas ou em que nível cada forma se desvia da norma adaptativa; pois, só com um referencial preditivo é possível realizar a prevenção às formas desviantes, objetivo esse mais importante que o terapêutico.

A respeito da posse, por exemplo, podemos entender como a perda de figuras de posse (pessoas, alimentos, territórios etc.) ou a ameaça de sua perda ou falta pode gerar e, possivelmente, estruturar depressão ou ansiedade crônica, respectivamente. Nesse mesmo sentido, encontramos trabalhos científicos que mostram a importância da posse do território para a saúde psíquica e como a desterritorialização é contrária a ela.

Outro exemplo é a estruturação da posse reativa, gerada, entre outros motivos, pela frustração do comportamento de posse. Embora a compensação da falta de provisão possa ser feita dentro da lei e da ordem social, ela também pode ser feita fora delas com as previsíveis implicações sociais. Como já é sabido, isso é agravado pela desigualdade social, que desencadeia várias formas de disputa entre indivíduos pela posse de um bem (figura de posse), envolvendo nisso o ciúme e a inveja, que por sua vez, estão contemplados nos padrões de posse ciumenta e invejoso, respectivamente.

Não bastassem as nossas próprias experiências de posse, esses poucos exemplos dão uma idéia da sua dimensão e das implicações que ela tem para o indivíduo e para a sociedade da qual ele faz parte.

A grande relevância da posse na vida do homem, do mesmo modo que para muitas espécies animais, está no fato de que ela é não apenas uma tendência instintiva, mas um dos principais pilares da sobrevivência individual e da prole na medida em que, através do comportamento de posse, regula a provisão para o seu usufruto.

O desenvolvimento de uma teoria da posse, através do conhecimento científico dos padrões de posse, complementarará o outro principal pilar da conduta animal que é a de defesa contra ameaças ambientais, realizada pelos comportamentos de apego e de cuidar, contemplados pela Teoria do Apego.

Na Introdução deste trabalho, os constructos *posse* e *padrão de posse*, estão fundamentados em conceitos psicanalíticos e, principalmente, em conceitos e dados da abordagem etológica. Na realidade, a teoria etológica do apego constituiu um referencial tanto dos conceitos da Teoria da Posse, quanto da visão dos processos de estruturação e desenvolvimento da personalidade. Essa parte constitui o pólo teórico, necessário à construção de um instrumento de avaliação psicológica.



Como os comportamentos instintivos de apego e de posse contribuem significativamente para a compreensão psicanalítica da conduta humana, um capítulo sobre Psicanálise e Etologia foi escrito com a finalidade de tentar dimensionar a participação das condutas instintivas nessa compreensão.

A seguir, para a construção da escala, são apresentadas as definições operacionais dos padrões de posse e dos padrões de desprendimento de posse e de inveja. A Introdução se encerra com o estabelecimento dos objetivos, gerais e específicos.

Na seção do Método, explicitamos os procedimentos previstos para os pólos empírico e analítico, que objetivam, em última instância, a avaliação das qualidades psicométricas do instrumento.

Na seção de Resultados são contemplados, além da análise descritiva e validade de conteúdo, os estudos de precisão, de validade de critério e de validade de constructo, para, na seção seguinte, realizarmos a sua Discussão.

O trabalho é encerrado com as Conclusões, seguidas das Referências e dos Anexos, na ordem em que aparecem no texto.

## INTRODUÇÃO

Uma das mais freqüentes e significativas manifestações do ser humano é a sua expressão de posse, hajam vistas a sua linguagem cotidiana: meu, minha etc., e as suas condutas de aquisição de novos bens e em defesa da posse de bens já conquistados. A grande relevância da posse na vida do homem, do mesmo modo que para muitas espécies animais, está no fato de que ela é não apenas uma tendência instintiva, mas um dos principais pilares da sobrevivência individual e da prole na medida em que, mediante o comportamento de posse, regula a provisão para o seu usufruto.

O entendimento de que o comportamento instintivo de posse não pode ser identificado como o comportamento instintivo de apego ou o de cuidar, nem ser englobado neles nos levou a postular uma teoria de posse, baseada em tal comportamento (Elyseu Jr., 1996, 1998). Nessa teoria sugerimos a existência de padrões de posse, nas categorias segura, ansiosa e ciumenta, e de desprendimento da posse; agora, sugerimos mais dois padrões: o de posse reativa e o invejoso. Os padrões invejoso e de desprendimento, embora não sejam padrões de posse, estão diretamente relacionados a ela.

Há, dentro do pensamento psicanalítico, dois pontos altamente relevantes para a fundamentação teórica do constructo padrão de posse. O primeiro deles se refere ao conceito de relações de objeto, entendendo que um tipo de padrão de posse se estrutura quando há predominantemente um mesmo tipo de vivência em relação a uma pessoa ou a algum elemento ambiental, que no jargão psicanalítico é chamado de objeto, e que, no caso específico da vivência psicológica de posse, se constitui em objeto de posse. As sucessivas vivências com um determinado objeto de posse ensejam, portanto, a configuração de um padrão que, assim estruturado, tende a manifestar-se transferencialmente em situações futuras. Porém, como o conceito de objeto se encontra ligado ao conceito de energia psíquica (Laplanche & Pontalis, 1967/1970), o substituímos pelo conceito de *figura*, constituída fenomenicamente pela realidade e, por isso, mais de acordo com o modelo de funcionamento psíquico de processamento de informações.

Esta última observação nos remete ao segundo ponto do pensamento psicanalítico antes referido; trata-se da Teoria do Apego, mais conhecida como B.A.T. (*Biological Attachment Theory*), postulada por Bowlby (1969), que, com ela, criou a Psicanálise científica, da qual somos seguidores. Ele assim a chamou por conceber os fenômenos psíquicos como resultados do processamento de informação por meio de sistemas comportamentais filogenéticos e adotar o método etológico para o estudo desses fenômenos, nos quais se inclui o comportamento instintivo de apego. Esse ponto é de especial importância pelo fato de nos depararmos com a inserção de uma teoria etológica no pensamento psicanalítico e pelo fato de a Teoria do Apego constituir um valioso referencial conceitual.

A importância dada ao objeto em Psicanálise parece ter começado com a descoberta da importância da transferência no caso Dora (Freud, 1905/1968a), na

medida em que tal mecanismo reeditava simbolicamente, em relação a Freud, uma relação com um objeto original (pai), no qual ela havia se fixado. Tratava-se, portanto, de um objeto interno, isto é, concernente ao mundo psíquico e de fantasia de Dora. Quanto ao objeto externo, o primeiro psicanalista a dar maior importância a ele foi Ferenczi, que enfatizava o papel do analista como uma pessoa real, concreta (Zimmerman, 1999). Posteriormente, na década de 30, Melanie Klein (ex-analisanda de Ferenczi) destacou a importância do objeto para a vida psíquica ao reconhecer que as crianças se relacionam com os seus bonecos como se fossem seres vivos (Hinshelwood, 1991), reeditando, no brincar, as suas relações com os objetos originais, tal como foram vivenciadas por elas. Apesar de Klein considerar, segundo Spillius (1994), a possibilidade de as experiências com o objeto externo corrigir ou atenuar as fantasias primitivas (expressões inconscientes formadas pelas pulsões ligadas a objetos), sabemos que a sua concepção de objeto externo está mais para um continente de projeções pulsionais, que configuram nele aquilo que, depois, se tornará em objeto interno pelas introjeções. De qualquer forma, o grupo de Klein deu um passo a mais que Freud ao conciliar pulsões e objetos, especialmente expresso num trabalho de Susan Isaacs (1948/1952). Entre os autores britânicos, foi Fairbairn (1941/1954a e 1946/1954c) quem mais deu importância ao objeto externo ao dizer que o primeiro princípio, do qual derivam todas as suas principais idéias, é o de que a libido busca primariamente o objeto e não o prazer; chegando a considerar como melhor falar em fase do seio em vez de fase oral, e por entender também que a função do prazer libidinal é basicamente a de marcar emocionalmente a obtenção do objeto e não o contrário, isto é, o objeto sendo um marco na obtenção do prazer libidinal. Winnicott (1957/1990b, 1960/1990c), também, deu muito valor à natureza real do objeto (objeto objetivo) ao afirmar que metade da teoria da relação genitor/filho se relaciona à maternagem, ou seja, aos cuidados maternos

(provisões ambientais) que satisfazem as necessidades do bebê, e cujas mudanças de cuidados estão orientadas pela sua evolução. Não há, diz ele, bebê algum que sobreviva, física e emocionalmente, sem o ambiente, mesmo que não tenha consciência do sentido do suporte que recebe. O que se pode dizer é que as idéias destes autores podem ser identificadas como pertencentes ao modelo relacional, proposto por Greenberg e Mitchell (1983) para a classificação das vertentes teóricas da Psicanálise atual.

Adotamos o modelo relacional, pois temos também a convicção de que o fator de maior importância para a estruturação e desenvolvimento da personalidade são as relações e/ou as interações entre indivíduo e ‘objeto’ (ambiente), sobretudo as que provocam vivências afetivas significativas, e cujo campo mais profícuo é o sociocultural. Em outras palavras, o estudo e a compreensão da natureza e desenvolvimento das interações entre uma criança e outras pessoas, com as suas personalidades e seus referenciais culturais, alguns dos quais muito estruturados, é o que nos proporciona o melhor conhecimento da personalidade humana. Porém, os trabalhos sobre Personalidade, realizados pioneiramente, não a concebiam como um desenvolvimento epigenético, concepção esta adotada por Bowlby (1973) e descrita adiante. Às vezes, era enfatizado mais o aspecto biológico em detrimento do aspecto ambiental, outras vezes, o contrário.

Em 1957, durante um simpósio sobre “a contribuição de teorias atuais para a compreensão do desenvolvimento da criança”, Bowlby (1979) afirmou que, havia alguns anos, ele se deparara com o trabalho de etólogos, dedicados ao estudo do comportamento de animais em seu *habitat* natural. Eles não só estavam usando conceitos como os de conflito, mecanismo de defesa e instinto, que os psicanalistas quotidianamente usam no trabalho clínico, como tinham desenvolvido técnicas

experimentais para a testagem de suas hipóteses. Sobre a Etologia, disse ele naquela oportunidade:

In so far as it studies the development of social behaviour, and especially the development of family relationships in lower species, I believe it to be studying behaviour analogous, and perhaps sometimes even homologous, with much of what concerns us clinically; in so far as it is using field description, hypotheses with operationally defined concepts and experiment, it is using a rigorous scientific method. True, only after it has been tried in the crucible of research endeavour shall we know whether it will prove as fruitful an approach with humans as it has with lower species. Suffice it to say that it is an approach which commends itself most warmly to me because I believe it can provide the range of concepts and data which are needed if the data and insights contributed by other approaches, notably those of psychoanalysis, learning theory and Piaget, are each to be exploited and integrated (Bowlby, 1979, p. 27).

Portanto, para ele, a Etologia contribuiria fundamentalmente para a Psicologia, na medida em que estuda as condutas instintivas (filogenéticas) sob a ação ambiental, por meio de técnicas experimentais e rigorosa metodologia científica, criando uma sólida base de conhecimentos para explorar e integrar dados e *insights* de outras abordagens. Darwin (1859/1962), pai da Etologia, já havia afirmado apropriadamente que, para o bem-estar da espécie, os instintos são tão importantes quanto a estrutura corporal, e que cada espécie possui aqueles que se mostraram mais vantajosos para ela e, por isso, foram selecionados naturalmente. No caso da Psicanálise, a concepção clássica de instinto, como um esquema de comportamento herdado, parecendo corresponder a uma finalidade específica e fixa, deu lugar à noção de pulsão (*Trieb*), definida por Laplanche e Pontalis (1967/1970) nos seguintes termos:

“processo dinâmico que consiste numa pressão (carga energética, factor de motricidade) que faz tender o organismo para o alvo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal

(estado de tensão); o seu alvo é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objecto ou graças a ele que a pulsão pode atingir o seu alvo”. (p. 506)

Entretanto, embora Freud (1905/1967b) tenha feito uma distinção entre instinto e pulsão, ele manteve uma concepção energética (pulsional) de funcionamento psíquico (modelo psico-hidráulico), que, segundo Bowlby (1969, 1988/1989), caracteriza a Psicanálise tradicional. Embora não considere tal modelo como anticientífico, ele pretende corrigir, por meio de um novo paradigma, isso que ele considera uma deficiência metapsicológica freudiana. Assim, adotando o modelo cibernético como dissemos, concebeu tal funcionamento por meio de sistemas biológicos ativados por estímulos (informações) corporais e/ou ambientais. Tais sistemas, que ele chamou de comportamentais, são estruturas biológicas herdadas, organizadas entre si, com a função de processamento de informação e que foram desenvolvidas no processo adaptativo (evolucionário) de cada espécie animal. Dentro dessa concepção, o comportamento instintivo (filogenético) de qualquer espécie animal é uma das possíveis respostas, quando um sistema comportamental filogenético processa as informações (estímulos) que o ativam. Bowlby (1979) tem como modelo básico de comportamento instintivo uma unidade que compreende um padrão comportamental próprio da espécie e que é governado por um mecanismo que controla a sua ativação e, outro, que controla a sua terminação.

É observado, porém, que há comportamentos instintivos muito rígidos, desencadeados por um sinal liberador, que são funcionais desde a sua primeira manifestação e que foram chamados de padrões fixo de ação (Lorenz, 1981/1995), e que se acreditava até há pouco tempo não sofrerem modificação como resultado da interação com o ambiente. Contudo, essa crença passou a ser contestada por estudos etológicos. Ades (1991a), por exemplo, observou uma modificação no comportamento de predação

da aranha *Argiope argentata* por causa da experiência, contribuindo para a sua convicção de que a aprendizagem, nos seres animais, é uma lei geral. Cinco anos antes esse autor já havia proposto que a questão da rigidez e da flexibilidade comportamental fosse considerada de uma nova maneira, colocando o instinto e o comportamento aprendido como dimensões capazes de coexistir na mesma resposta, e não como elementos dicotômicos, já que o instinto incorpora aprendizagem (Ades, 1986/1989).

Villee, Walker e Barnes (1984), seguindo a classificação de Alcock, falaram dos instintos abertos como comportamentos funcionais que, quando realizados pela primeira vez, já estão sujeitos à modificação pelo ambiente. Falaram ainda dos comportamentos adquiridos por aprendizagem restrita e aprendizagem flexível; porém, essa classificação é muito genérica e não reflete as nuances encontradas na conduta animal. De fato, apesar de a aprendizagem ser, ao que parece, uma lei geral entre os animais, e poder modificar os sistemas comportamentais filogenéticos, responsáveis pelas respostas comportamentais instintivas, cada sistema não é susceptível à influência ambiental na mesma medida. Para explicar o fato de que nem todo aspecto do desenvolvimento biológico está sujeito às influências ambientais na mesma medida, Waddington (1957) postulou a Teoria da Epigênese, amplamente aceita pelos biólogos desenvolvimentistas e adotada pela Psicanálise científica. Segundo essa teoria o genoma governa os processos que determinam o desenvolvimento do organismo e, especialmente, a medida em que cada aspecto do desenvolvimento é relativamente sensível ou relativamente insensível às variações ambientais. Os aspectos relativamente insensíveis às modificações do ambiente são chamados de ambientalmente estáveis, e os relativamente sensíveis são chamados de ambientalmente instáveis. A vantagem de um aspecto do desenvolvimento ser ambientalmente instável é garantir, ao organismo, a possibilidade de que esse desenvolvimento seja alterado de acordo com o ambiente no qual ele se



encontra, com perspectiva de melhor adaptação. Porém, essa flexibilidade o expõe ao risco de que o desenvolvimento ocorra de maneira extraviada e as formas resultantes se adaptem de maneira perigosa a qualquer ambiente. Como essa flexibilidade de adaptação, em virtude do potencial biológico do organismo, não é ilimitada, as modificações ambientais também devem se dar dentro de certos limites, sob pena de inviabilizar qualquer desenvolvimento. Para Bowlby (1973), esse modelo teórico de Waddington, aplicado ao desenvolvimento da personalidade, implica que

“... the psychological processes that result in personality structure are endowed with a fair degree of sensitivity to environment, especially to family environment, during the early years of life, but a sensitivity that diminishes throughout childhood and is already very limited by the end of adolescence. Thus the developmental process is conceived as able to vary its course, more or less adaptively, during the early years, according to the environment in which development is occurring; and subsequently, with the reduction of environmental sensitivity, as becoming increasingly constrained to the particular pathway already chosen.” (p. 415 e 416)

Diz ele, que essa forte propriedade auto-reguladora de o indivíduo permanecer na linha de desenvolvimento na qual já se encontra, que Waddington (1957) chamou de homeorese, decorre da ação de processos fisiológicos e comportamentais que reduzem gradativamente, com o tempo, a influência de outras modificações ambientais. Esses processos a que ele se refere parecem corresponder a processos de aprendizagem e de estruturação de dados de memória (registros mnêmicos), pois quando esses dados mnêmicos são reativados por estímulos atuais e reprocessados pelos sistemas comportamentais, eles tendem a produzir as mesmas respostas (fenômeno homeorético), cada vez com menor influência ambiental.

Condizente com o modelo cibernético de processamento de informação, chamamos (Elyseu Jr., 1999) de transposição de resposta a reedição de uma resposta

antiga, desencadeada por uma figura atual diferente da original passada, que seria afinal, em termos da Psicanálise científica, uma releitura da transferência freudiana. Em outras palavras, a transposição de resposta é a forma de expressão do fenômeno homeorético, que caracteriza a estabilidade da personalidade, normal ou patológica (Elyseu Jr., 1996). De forma que, quando pensamos em padrão de conduta, como expressão homeorética da personalidade, devemos subentender os processos de aprendizagem e de estruturação de dados mnêmicos, e a posterior reativação destes por estímulos atuais e seu reprocessamento por meio de sistemas comportamentais. Subentendendo também que a aprendizagem, por sua vez, implica em realidades vividas, isto é, em interações com o ambiente, especialmente interações socioculturais. A propósito, a crença inicial de Bowlby (1988/1989) de que o caminho do desenvolvimento da personalidade é determinado, em alto grau, pelo modo como as figuras parentais tratam a criança, reiteradamente confirmada por estudos aprofundados de casos clínicos, se tornou axiomática dentro da Psicanálise científica.

É possível, como já foi citado, mas agora particularizando, que o desenvolvimento de um dado comportamento se faça, pela aprendizagem, de um modo extraviado em relação aos padrões socioculturais; mas, é possível também que um dado comportamento tenha sido bem adaptado ao ambiente no passado, e se tornado inadaptado no presente. Isso ocorre quando há uma superestruturação dos dados mnêmicos, isto é, uma forte estabilidade das modificações estabelecidas nas conexões nervosas, envolvidas no processo de contínua categorização da informação (Campos, Santos & Xavier, 1997), em virtude de uma superaprendizagem, isto é, de um fortalecimento do processo de modificação do comportamento, por causa das experiências que o indivíduo tem durante a vida (Messenger, 1979), que impossibilita a alteração da resposta. Mesmo que na situação atual existam aspectos que, no passado,

teriam desencadeado uma resposta diferente, eles não têm mais ação sobre a resposta antiga, que se manifesta. Essa forma extrema de expressão tem, evidentemente, graus diferentes daquilo que chamamos de fixidez inadaptativa (Elyseu Jr., 1996) e que usamos como critério de anormalidade psíquica, já que a normalidade se caracteriza especialmente pela flexibilidade adaptativa. Tais conceitos serão, oportunamente, melhor definidos. Obviamente, para a questão de avaliação da normalidade e anormalidade psíquicas não bastam esses critérios, é preciso considerar as condições ambientais, propícias ou não para a vida saudável do indivíduo.

A nosso ver, esses processos de aprendizagem e de estruturação mnêmica, embora limitem a sensibilidade epigenética, oferecendo resistência à influência de informações contraditórias subseqüentes, não parecem ter a função ou, pelo menos, a principal função, como pensa Bowlby, de garantir um desenvolvimento psicológico harmonioso, mas sim a de realizar, desde o início, o refinamento da adaptação do indivíduo ao ambiente em que ele começa a viver e garantir a estabilidade dessa adaptação, mesmo porque não é desejável que se mantenha um desenvolvimento harmonioso interno, mas desadaptado de modificações ambientais que se sucedem. Acreditamos que assim seja porque quando se pensa o processo evolucionário da maioria das espécies, se entende que, usualmente, pouca ou praticamente nenhuma modificação ambiental significativa ocorre ao longo de apenas uma geração de organismos, de sorte que a forma de adaptação inicial de membros de uma dada espécie, no seu ambiente de adaptabilidade evolutiva (ambiente natural), geralmente vale para bem enfrentar o ambiente durante o resto da vida, não havendo necessidade de reversão das formas comportamentais para uma nova adaptação. De fato, neste tipo de ambiente, os padrões de estímulo presentes permanecem, de maneira geral, praticamente os mesmos ao longo da vida dos indivíduos, requerendo, portanto, as mesmas respostas

adaptativas iniciais. Além disso, esses padrões de estímulo tendem a ser os mesmos para todos os membros da espécie, de modo que qualquer processo de aprendizagem, baseado neles, que modele a expressão instintiva, acarreta pouca diferença final nos padrões de conduta desses mesmos organismos. Não é assim se o ambiente de adaptação inicial for diferente para cada indivíduo ou para cada grupo de indivíduos, como freqüentemente acontece no ambiente humano. Por essa razão, independentemente da consideração da complexidade do sistema nervoso central do homem, os seus padrões de comportamento não só variam demasiadamente quando comparados aos padrões de comportamento de outras espécies animais, em virtude da maior complexidade ambiental, imposta sobretudo pelas demandas sócio-culturais a que está exposto, como também se tornam muitas vezes inadaptados, quando o ambiente atual difere significativamente do ambiente passado e o indivíduo não consegue mudar os seus padrões iniciais de resposta.

Quanto à estruturação de padrões comportamentais, o próprio Bowlby (1979) afirmou que, nos seres vivos, estrutura e função só podem desenvolver-se num ambiente, e que a forma exata que cada um adquire dependerá da natureza desse ambiente, apesar do poder da hereditariedade. Realmente, as influências ambientais estruturam comportamentos que, às vezes, são menos reversíveis que as influências genéticas (Ridley, 2003/2004) ou que alguns comportamentos são tão afetivamente estruturados, que tendem a uma fixidez muito maior que algum comportamento instintivo e, portanto, menos reversíveis (Elyseu Jr., 1996).

Foi nessa perspectiva de estudar etologicamente a conduta humana, isto é, de estudar o desenvolvimento de um comportamento instintivo – o de apego – com base na influência do ambiente no qual a criança se desenvolve, que Bowlby desenvolveu uma das formas mais auspiciosas de conhecimento psicológico do ser humano. Embora

Bowlby (1969) já viesse pesquisando, desde 1929, o desenvolvimento emocional infantil, o interesse em estudar os efeitos psíquicos da separação familiar em crianças foi precedido, segundo ele mesmo, pelo pioneirismo de Ana Freud e Dorothy Burlinghan em 1942 e 1944. Fairbairn (1943/1954b) notava concomitantemente os efeitos da separação familiar em soldados britânicos que tinham sido deslocados para o *front* e posteriormente requeriam atendimento psiquiátrico. Ele considerava a dependência infantil como o fator último que predispõe a todo desenvolvimento psicopatológico. Os sintomas, para ele, deveriam ser entendidos ou como efeito de conflitos ligados a um estado de dependência infantil, ou como defesas contra eles. Dentro desta perspectiva ele compreendia, entre outros sintomas, a manifestação de ansiedade intensa dos soldados que, subitamente, eram separados de seus lares, objetos e suportes rotineiros. Winnicott (1952/1992), nessa época, sentia uma necessidade urgente de discutir o significado da ansiedade. Para ele a causa da ansiedade é o fracasso ambiental em fornecer à criança suporte vivo e contínuo, próprio da maternagem. Davis e Wallbridge (1981/1982) nos dão conta de que a base dessa afirmação provém das observações dele sobre as crianças difíceis, evacuadas das grandes metrópoles por ocasião da Segunda Grande Guerra e que, na maior parte das vezes, provinham de lares desajustados. Além disso, Winnicott encontrou uma grande correspondência entre as suas observações e o trabalho de Bowlby com crianças que sofreram privações de cuidados maternos. Winnicott, Bowlby e Miller já tinham se dirigido anteriormente ao *British Medical Journal*, alertando para o perigo dessa evacuação de crianças pequenas, isto é, da separação delas de suas mães por período prolongado (Winnicott, 1939/1990a). Um trabalho de Spitz (1946), com a colaboração de Katherine M. Wolf, feito com uma centena de filhos de mães solteiras, que eram assistidas numa instituição penal, demonstrou que a depressão (anaclítica) apresentada

pelas crianças se devia à separação de suas mães por um período praticamente ininterrupto de três meses. Algumas delas só viam a mãe, no máximo, uma vez por semana.

No prefácio da primeira edição inglesa de sua obra *Attachment and Loss*, iniciada em 1956, Bowlby (1969) nos fala de sua investigação sistemática em 1948 sobre os efeitos da separação da mãe nos primeiros anos de infância sobre o desenvolvimento da personalidade. Contava ele, nessa oportunidade, com a colaboração de James Robertson, que estivera observando antes numerosas crianças (a maioria no segundo e terceiro anos de vida) durante e depois de uma temporada de semanas ou meses fora de casa. Ele se impressionara profundamente com a intensidade de aflição e desolação das crianças enquanto estavam fora de casa e com a extensão e a duração dos distúrbios depois do regresso delas ao lar. Na época, entretanto, não houve concordância de outros pesquisadores sobre a importância e o significado da perda da figura materna para o desenvolvimento psicopatológico, que Bowlby e colaboradores acreditavam constituir a variável dominante, dentre outras. As reações mais significativas, observadas nas crianças de mais de seis meses, separadas de suas mães, eram de protesto, de desesperança e de desapego; e, quando elas voltavam para casa, após o período de ausência, as mudanças observadas eram de intenso agarramento à mãe, que se mantinham por semanas, meses ou anos, ou de rejeição, temporária ou permanente, a ela.

Um oportuno convite da Organização Mundial de Saúde – OMS - para assessorá-la na área de saúde mental de crianças sem lar proporcionou a Bowlby uma valiosa oportunidade para conhecer não só muitos dos mais eminentes pesquisadores nas áreas da puericultura e da psiquiatria infantil, como se familiarizar com as respectivas literaturas. O estudo que, então, empreendeu em 1950, primeiro na Europa

(França, Holanda, Suécia, Suíça e Reino Unido) e, depois, nos Estados Unidos, resultou em 1951 em um relatório – *Maternal Care and Mental Health* –, que depois se transformou em livro, editado pela OMS e, mais tarde, revisto e ampliado com base em trabalhos de Mary Ainsworth com o título ‘*Child care and the growth of love*’.

As conclusões gerais a que esse estudo chegou, e que confirmam e ampliam os dados obtidos por Robertson, são resumidamente: (1) que a perda ou privação da figura materna, por si só ou combinada com outras variáveis, pode gerar reações e processos psicopatológicos e (2) que essas reações e processos são os mesmos que estão ativos em adolescentes e adultos ainda perturbados por separações sofridas nos primeiros anos de vida (Bowlby, 1965 e 1969). Era o início do que se tornaria a Teoria do Apego. Vários estudos contemporâneos ou posteriores, de colaboradores ou não, não só corroboram essas primeiras conclusões, como também as complementam. Entre eles estão os trabalhos de Lorenz e Tinbergen, que Bowlby descobriu em 1951, segundo afirmação de Elizabeth B. Paulon na apresentação da edição brasileira de ‘*A secure base: parent-child attachment and healthy human development*’ – (Bowlby, 1988/1989). Ela afirma também, nessa oportunidade, que ele passou a seguir os trabalhos de Harlow e Hinde, muito citados em suas obras. Num estudo recente, Lucion, Pereira, Winkelmann, Sanvito e Anselmo-Franci (2003) descobriram existir uma redução de cerca de 30% no número de células nervosas no *locus coeruleus* de ratos, avaliados em quatro diferentes idades: 11, 26, 35 e 90 dias de vida, que foram afastados de suas mães por apenas dois minutos diários, durante os primeiros dez dias de vida. Além disso, grande parte desses animais apresentou um quadro de infertilidade na vida adulta, caracterizado pelo desinteresse sexual, por dificuldade de ovular ou de produzir espermatozóides e, também, por alterações hormonais. Embora a pesquisa não tenha sido realizada com humanos, ela revela efeitos em nível físico da separação entre mãe e filho, pelo menos

entre os murinos. Motta, Lucion e Manfro (2005), revisando estudos sobre os efeitos da depressão materna no desenvolvimento neurobiológico e psicológico da criança, falam da estreita relação entre o padrão de cuidado primário e o desenvolvimento da criança. Quando há privação de cuidados maternos, condição usual da mãe deprimida, e *stress* significativo surgem alterações nos sistemas endócrino e comportamental da criança.

Trabalhos experimentais com crianças, segundo relatos do próprio Bowlby (1969, 1973), foram realizados, entre outros autores, por Ainsworth e Witting (1969), Ainsworth e Bell (1970), Rheingold (1969), Cox e Campbell (1968), Maccoby e Feldman (1972), nos quais foram observadas várias reações de choro, de chamamento à mãe e agarramento a ela por frustrar o comportamento instintivo de apego nas situações de separação. As freqüentes vivências de separação, ocorridas na tenra infância, estruturaram esses padrões ansiosos, diferentes do padrão seguro, estruturado por um convívio constante com uma mãe receptiva, conforme estudos de Ainsworth, Bell e Stayton (1971). Porém, cabe lembrar que os padrões ansiosos não são estruturados unicamente por situações de separação, as quais, por sua vez, só provocam ansiedade quando realizadas pela mãe (ou substituta) à revelia do desejo da criança. Aliás, os trabalhos mais significativos foram os de Mary D. S. Ainsworth, que, após refletir sobre as suas observações sobre bebês gandas, pôde estabelecer o conceito de **base segura** (Ainsworth, 1963), porque as crianças usavam a sua mãe como ponto de partida para as suas explorações, isto é, faziam pequenas incursões exploratórias no ambiente e voltavam, de quando em quando, a ela. As crianças amedrontadas não faziam isso, de sorte que o comportamento exploratório passou a ser considerado como uma dimensão capaz de discriminá-las quanto ao tipo de vinculação que mantinham com a mãe. As que conseguiam manifestá-lo tinham a sua mãe como base segura, isto é, uma figura de apego, constantemente disponível e receptiva, com a qual podiam contar; as que não



conseguiam, tinham a sua mãe como **base insegura**. Um outro trabalho, realizado com a colaboração de Blehar, Waters e Wall (1978), com 83 pares de crianças de 12 meses e suas mães, permitiu a essa autora discriminar melhor os tipos de vinculação (padrões de apego) da criança à sua mãe (figura de apego), em virtude da interação entre elas, e considerar a **segurança do apego** como a dimensão de maior utilidade. Esse trabalho foi inicialmente publicado sob o título de *“Patterns of attachment: assessed in the strange situation and at home”* e, depois, sob o título de *“Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation”*.

Um **padrão de apego** é a forma pela qual o comportamento de apego se organiza em virtude das experiências tidas com as suas figuras de apego durante a infância e a adolescência; e, uma **figura de apego (fda)** é qualquer figura mais capaz que o indivíduo para fazer frente a uma situação adversa, e à qual ele recorre através do comportamento de apego (Bowlby, 1969). A proximidade a uma figura de apego finaliza esse comportamento e gera um sentimento de segurança no indivíduo; por outro lado, a frustração do comportamento de apego, por ausência da figura de apego (como é o caso da separação), por sinalizar um aumento de risco para o indivíduo, gera um sentimento de insegurança (ansiedade). A criança que tem uma base segura tende a desenvolver um **padrão de apego seguro**, caracterizado, segundo Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978), por ela ser capaz de fazer explorações numa situação estranha, quando a mãe está por perto; por não se afligir com a chegada de uma pessoa estranha; por mostrar que está ciente do paradeiro da mãe; e, por acolhê-la alegremente quando ela retorna, buscando o seu colo ou mantendo-se junto dela. Esse padrão é considerado saudável psicologicamente, o que não acontece com os seguintes. A criança que tem uma base insegura tende a desenvolver um **padrão de apego inseguro**, caracterizado por ela não fazer explorações no ambiente, mesmo com a mãe presente; por

desmornar-se no desamparo e na desorientação na ausência da mãe; por mostrar-se alarmada com a chegada de um estranho; e, por não acolher alegremente a mãe, quando esta retorna. Pelo tipo de resposta que as crianças manifestavam em relação à mãe no seu retorno, esse padrão de apego pôde ser subdividido em **resistente**, quando a criança mostra forte ansiedade e raiva pela separação e dificuldade em recompor-se, mesmo quando os cuidadores tentam acalmá-la e reconfortá-la, e em **evitante**, quando a criança tende a evitar a proximidade à mãe, não a preferindo mais do que a um estranho. A quarta categoria, isto é, o **padrão de apego desorganizado/desorientado**, segundo Main e Solomon (1990, citado por Fonagy, 1999), se caracteriza pelo imobilismo exibido pela criança, por pancadas com as mãos ou com a cabeça, aparentemente sem um objetivo definido, causando a impressão de desorganização e desorientação. Além disso, pode manifestar o desejo de evadir-se da situação mesmo com os cuidadores presentes; supõe-se, portanto, que para ela o cuidador é fonte tanto de reassuramento, quanto de temor. No entanto, Bartholomew (1990, citado por Stein e cols., 2002) sugeriu as seguintes categorias para o apego adulto: seguro, despreocupado (desinteressado), preocupado e medroso; ao passo que o sistema de avaliação de Main e Goldwyn (1994, citado por Fonagy, 1999), para a *Adult Attachment Interview* (AAI), classifica os indivíduos em autônomos/seguros, inseguros/despreocupados, inseguros/preocupados e não-resolvidos. Stein e cols. (2002), afirmam que vários autores discutiram a vantagem de uma abordagem dimensional sobre uma categorial a respeito do apego adulto, e, atualmente, muitas medidas de auto-relato adotam a mensuração em termos de uma dimensão contínua.

Bowlby (1973) lembra que, depois de ter identificado em 1952, junto com Robertson, as reações de crianças à separação de suas mães em ambientes institucionais, como a de protesto, a de desespero e a de desapego, ele mesmo (Bowlby, 1960)

formulou a tese de que elas são fases de um único processo, no qual o protesto expressa a ansiedade de separação, o desespero revela tristeza e luto pela perda da esperança em recuperar a mãe, e o desapego expressa uma defesa contra o sofrimento a uma nova separação. Entende-se que, no **desapego**, está sendo desativado o comportamento de apego da criança pela figura de apego; porém, isso pode ser revertido caso não se estruture em um padrão fixo, condição esta, psicopatológica. Esses padrões são estruturados de acordo com o tipo de experiência que o indivíduo tem com as suas figuras de apego, e constituem aspectos integrantes da personalidade normal ou patológica.

Bowlby (1969) referiu que o que mais impressiona o leitor desses relatos de pares interagentes é o grau de ajustamento entre si, isto é, eles se modelam um ao outro. Os estudos de David e Appell (1966 e 1969, citado por Bowlby, 1969) sobre a resposta de um dos parceiros em relação à iniciativa do outro, mostraram que a das mães variavam muito mais do que a dos bebês. Assim, enquanto a variância na incidência da resposta das mães era muito grande, a dos bebês estava próxima de zero. Isso é esperado não só por causa da dotação genética da mãe, como também da sua longa história de relações interpessoais. De modo que ao considerar um determinado padrão de apego na criança é preciso também considerar o padrão de cuidado materno.

Bowlby (1969) disse ainda que, de fato, há muitas evidências de forte correlação entre o padrão de apego de uma criança e o padrão de cuidados maternos que elas receberam no devido tempo, citando, entre outros, os trabalhos de Waters (1978), de Waters, Wippman e Sroufe (1979), e de Arende, Gove e Sroufe (1979), e num livro posterior (Bowlby, 1988/1989), os trabalhos de Sroufe (1985), e de Wärtner (1986). Nesse mesmo sentido, Bowlby (1973) disse que a confiança ou a falta de confiança de uma criança em que a sua figura de apego estará disponível e receptiva se desenvolve ao

longo dos primeiros anos de vida, e que a desconfiança não se restringe a episódios de separação entre elas, mas também por falta de correspondência desta figura às solicitações básicas da criança, como, por exemplo, ter o colo. E, uma vez desenvolvida uma dada impressão, ela tende a permanecer mais ou menos inalterada pelo resto da vida. Segundo Fonagy (1999), Bowlby propôs que os ‘modelos internos ativos’ do indivíduo (*Self*) e dos outros constituem protótipos de todas as relações posteriores, e que Collins e Read (1994) os consideraram como relativamente estáveis ao longo da vida do indivíduo. Fonagy diz ainda que estudos longitudinais com crianças, avaliadas inicialmente com o procedimento da Situação Estranha (*Strange Situation* de Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978) e, até a adolescência ou início da fase adulta, com a Entrevista de Apego Adulto (*Adult Attachment Interview* – AAI – de George, Kaplan & Main, 1996, citado por Fonagy, 1999), demonstram a estabilidade temporal do apego. Finalmente, Fonagy (1999) diz que três estudos longitudinais, realizados por Hamilton (1994, citado por Fonagy, 1999), Main (1997), e Waters, Merrick, Albersheim, Treboux e Crowell (1995), demonstram uma correspondência de 68 a 75% entre as classificações de apego, feitas na infância e na fase adulta.

Cabe, ainda, ressaltar que Bowlby (1988/1989) não só ficou grato a Mary Ainsworth pelo seu conceito de base segura, como passou a considerá-lo como crucial para compreender como uma pessoa se desenvolve e funciona durante toda a sua vida, de maneira emocionalmente estável. Tal importância decorre do fato de que sem uma figura maternal protetora o filho não sobrevive. A proteção é exercida pela figura de apego por meio de um **comportamento instintivo de cuidar** (maternagem, de Winnicott), identificado e reconhecido tanto na espécie humana, como em outras espécies animais. No entanto, essa modalidade de comportamento pró-social não surge apenas na idade adulta; ele se inicia na infância e, segundo Carvalho (2000), está sob a

influência do contexto sócio-afetivo e da organização ambiental (estruturação das atividades, e. g., brincar de mamãe/filhinha, e nível de fatores de risco, e. g., evitar que a criança mais nova seja mordida por animais). O filho, por seu lado, complementa o comportamento de cuidar por meio de um **comportamento instintivo de apego**, caracterizado pela busca e/ou manutenção de proximidade ou contato a esta figura para ser cuidado, especialmente protegido, por ela.

O comportamento de apego é o resultado de um sistema de regulação homeostática de segurança, que concorre para a proteção do próprio indivíduo. Portanto, não é qualquer forma de comportamento de buscar ou manter proximidade com outra pessoa que pode ser considerada como a de apego, isto é, uma criança pode, por exemplo, procurar outra para brincar do mesmo modo que um adulto se aproxima de outro por ter os mesmos interesses que os seus etc. A propósito, Bowlby (1990 e 1969/1990) afirma que no relacionamento interpessoal há mais do que um programa diádico partilhado de apego-cuidado, e que Bretherton (1980) estava correta quando disse que ele, ao definir o comportamento de apego, tinha em mente o resultado de um sistema comportamental de regulação de segurança. As atividades desse sistema tendem a diminuir o risco de o indivíduo dar-se mal e levam-no a sentir um alívio de ansiedade e um aumento do sentimento de segurança. Neste sentido, ele sugeriu que o comportamento de apego é uma resposta instintiva contra os perigos do meio ambiente de adaptabilidade evolutiva da espécie, entre os quais o maior é a ação de predadores. Assim, a ansiedade foi entendida corretamente por ele como uma resposta primária, irreduzível a outros termos mais simples, provocada pela indisponibilidade da figura de apego, quando o indivíduo dela necessita. Teorias dessa espécie, segundo Bowlby (1973), mas sem a devida atenção por parte dos psicanalistas, foram sugeridas antes por William James em 1890, por Suttie em 1935 e por Herman em 1936.

A **Teoria do Apego** é, afinal, um conjunto de afirmações que pretende explicar o comportamento de apego, o seu aparecimento e desaparecimento episódicos, assim como os tipos de apegos duradouros que os indivíduos formam por causa das suas interações com determinadas figuras de apego, especialmente, durante a infância.

### **Uma teoria da posse**

Apesar da excelência da Teoria do Apego, existem dois fatos fundamentais a considerar: (1) a ansiedade não é uma resposta restrita à frustração do comportamento de apego, mas a qualquer evento que tenda a impedir a realização de uma conduta instintiva ou, em última análise, ameace a sobrevivência do indivíduo, e (2) o comportamento de apego, por ter a função de regular a segurança do próprio indivíduo, pela via de proteção dada pela figura de apego, como a pouco afirmado, não cobre outras funções como, por exemplo, a do comportamento de posse, que é a de regular a provisão para usufruto próprio e/ou da prole, e, portanto, igualmente necessário à sobrevivência. Além dessas razões importantíssimas, a notória questão da posse, presente na vida do homem e de outros animais, nos levou a sugerir (Elyseu Jr., 1996) e, depois, postular uma teoria etológica da posse (Elyseu Jr., 1998), baseada no comportamento de posse e também nas vivências de posse, e, nela, sugerir a existência de alguns padrões de posse, à semelhança do que foi feito em relação ao apego. Porém, antes de expormos sucintamente essa teoria, de abordarmos a questão da posse na literatura científica e, finalmente, operacionalizarmos os conceitos de padrões de posse queremos deixar claro desde já que vemos a Teoria da Posse apenas como complementar à Teoria do Apego e que ambas explicam aspectos importantes da conduta animal e da humana, como se poderá deduzir do que se seguirá. Ficará claro

também que o valor psicobiológico da conduta agressiva se expressa tanto como um dos meios de conquistar ou manter alguma coisa do ambiente para usufruto próprio e/ou da prole, quanto como um dos meios de defesa de ambos.

Para entendermos uma teoria etológica da posse é preciso considerarmos antes quais são as condições ecológicas básicas, tanto no que se refere aos animais, quanto no que se refere ao ambiente. Por seu lado, os animais apresentam um *potencial biótico*, isto é, a capacidade de uma população aumentar em número em condições ambientais favoráveis; porém, por outro lado, esse potencial enfrenta condições desfavoráveis, isto é, uma *resistência ambiental* que compreende a predação, o parasitismo, os efeitos climáticos, as limitações de espaço e alimento e as competições intra e interespecífica. Num ecossistema em equilíbrio, como o encontrado no ambiente natural, o tamanho da população se mantém relativamente estável como resultado do confronto entre o potencial biótico e a resistência ambiental (Silva Jr. & Sezar, 1989). Considerados em termos de conduta, os animais pouco ou nada podem fazer contra os parasitas, os efeitos climáticos e as limitações de espaço e alimento, restando enfrentar os outros fatores da resistência ambiental, ou seja, a predação e as competições intra e interespecífica (Elyseu Jr., 1998). Para enfrentar a predação ambiental, Bowlby (1969) afirma que algumas espécies animais, entre as quais a humana, desenvolveram os comportamentos de apego e de cuidar. Além dessas formas de defesa contra os predadores há, ainda, além do mimetismo, os comportamentos de vigilância, de alarme, de fuga, de congelamento (catalepsia) e de manifestações agonísticas, e, entre essas, está o comportamento de luta em defesa própria ou da prole.

Mas, que comportamentos foram desenvolvidos nas espécies animais para serem realizadas as competições intra e interespecíficas, cujas metas-fixadas é vencer o outro, conquistando ou mantendo algum bem existente no ambiente para usufruto próprio ou

da prole? Exceto os comportamentos de luta e de fuga, os demais citados não são utilizados nessas competições; nelas, os comportamentos de luta e de fuga deixam de ter o sentido de defesa pessoal, e passam a ter o sentido de obter ou manter a posse de algo para usufruto próprio ou dos filhos. No caso da fuga, o indivíduo carrega a sua figura de posse para preservá-la do outro, mais forte que ele. No outro caso, o indivíduo luta pela posse da fêmea, do território etc. Embora os padrões motores do ato predatório sejam, segundo Moyer (1969, citado por Vieira, 1983), nitidamente distintos dos da agressão intra-específica, e dependam, segundo Pradhan (1975, citado por Vieira, 1983), de áreas cerebrais e neurotransmissores diferentes, entendemos que o comportamento de luta entre congêneres pela posse do alimento tem o mesmo sentido do comportamento predatório, na medida em que, ambos, se destinam à consecução do alimento.

Assim, em relação ao sentido de usufruir o ambiente, muitas espécies animais desenvolveram comportamentos instintivos como o de luta pela posse ou em defesa da posse do território, da fêmea e do alimento; como o predatório, que visa à posse da presa; como os de coleta e armazenagem, que se destinam à posse do alimento ou a manutenção deste por meio de comportamentos de esconder, de carregar na fuga ou, ainda, de prender. Esses comportamentos, observados também na espécie humana, são algumas formas específicas de o indivíduo poder ter à sua disposição as figuras de posse, ou seja: alimento, território, congêneres etc., como provisão para seu usufruto e/ou da prole. Damos a essas formas comportamentais, com a função de regular a provisão, o nome genérico de **comportamento instintivo de posse**, pelo fato de que, na tradição etológica, sempre que diferentes formas de comportamento têm em comum a mesma consequência se costuma reuni-las numa só categoria, rotulada conforme essa consequência (Bowlby, 1969). O que acabamos de expor está de acordo com o fato de que a sobrevivência animal está estruturada, basicamente, em dois sentidos: (1) o de



defender-se do ambiente, sobretudo da predação, e (2) o de usufruir dele, servindo-se do que já está disponível ou tendo que obter aquilo que ainda não está, o que implica em competições tanto intra, quanto interespecíficas.

O **comportamento de posse** é, então, o resultado de um sistema de regulação de provisão, cujas atividades tendem a reduzir o risco de o indivíduo e, conseqüentemente, de a prole ficarem desprovidos de bens necessários às suas vidas. Quando o risco se reduz o indivíduo sente um alívio de ansiedade e um aumento do sentimento de segurança. O comportamento de posse, tal como outros comportamentos instintivos corrigidos para a meta, é ativado e finalizado basicamente por *inputs* sensoriais, de *feedback* ou não, e mediado por sistemas de controle comportamentais.

Definimos a **figura de posse (fdp)** como qualquer figura que possua características para serem usufruídas pelo indivíduo e/ou pela sua prole, de modo imediato ou oportuno, e em virtude da qual o comportamento de posse se manifesta. Distingue-se, entre as figuras de posse, alimentos, territórios (espaços) e congêneres, e, no caso do homem, também objetos pessoais, bens patrimoniais, pecuniários, vinculados (cargo, privilégio etc.) etc., e cujo conjunto constitui a provisão. É fundamental, também, termos claro que uma figura de posse pode ser possuída ou não. No entanto, entendemos como necessária uma distinção entre tipos gerais de figura de posse, a saber: pessoas e animais – e – objetos e demais bens, por causa da distinção que pode ser feita entre interação e relação, pois, geralmente, o indivíduo interage com outras pessoas e animais, mas apenas se relaciona com coisas, sobre as quais sente maior controle e, provavelmente, mais direito de posse. Por exemplo, um indivíduo pode ameaçar o outro de abandono, o que um objeto não faz; na interação mãe-filho, um tem o outro como figura de posse e dela usufruem. Quando se ganha ou se conquista uma figura de posse, surge o sentimento de ganho (enriquecimento); e, quando se perde,

surge o sentimento de perda (empobrecimento). Quando se mantém a posse tranqüila da figura de posse, há o sentimento de segurança. Quando há a ameaça de perda da figura de posse, seja porque ela ameaça abandonar o indivíduo, seja porque outra pessoa ameaça tirá-la dele, surge o sentimento de ansiedade, e se a figura é importante para o indivíduo e um outro usufrui dela, surge o sentimento de ciúme pela figura de posse e ódio pelo rival. O ódio pode dirigir-se também à figura de posse, caso ela atenda o interesse do rival ou mostre interesse por ele. O não possuidor da figura de posse, na impossibilidade de sua obtenção ou, pelo menos, enquanto não a obtém, sente inveja de seu possuidor.

White e Mullen (1989) não definem o ciúme apenas como um afeto; para eles, o ciúme amoroso é um complexo de ações, emoções e pensamentos que se segue à ameaça ou perda da auto-estima e/ou da existência ou qualidade do relacionamento amoroso, por causa da percepção de uma atração amorosa, real ou potencial, entre o seu parceiro (a) e o (a) rival, que também pode ser imaginário (a). Esses autores dizem que, segundo a teoria sociobiológica moderna, cuja premissa básica é a de que o comportamento social, tanto dos animais quanto do homem, está em última análise sob controle genético, o ciúme da fêmea é mais marcado pelo medo e ansiedade em perder o investimento paternal do parceiro sobre os seus filhos do que pela manifestação sexual extraconjugal dele. Isso porque, para garantir a perpetuação de seus genes, as fêmeas tendem ao investimento maternal e desejam, como reforço, a participação do parceiro, ao passo que a estratégia reprodutiva dos machos, para garantia de perpetuação de seus genes, é feita pela inseminação de várias fêmeas, já que os machos, ao contrário das fêmeas, não têm a mesma confiança de paternidade. Por essa razão é que o ciúme do macho, baseado na ameaça sexual do rival, é marcado pela competitividade e agressão. Segundo White e Mullen (1989), muitos sociobiologistas, no entanto, observam que

machos humanos investem pesadamente em sua própria prole ou a de suas irmãs, de sorte que aquilo que é observado em muitas espécies animais não pode ser, pura e simplesmente, transposto para a espécie humana. Em outras palavras, muitos sociobiologistas entendem que os comportamentos sociais humanos não estão tão sob controle genético como o observado nos animais.

Temos observado, na clínica e fora dela, que a intensidade do ciúme, do mesmo modo que a inveja, é diretamente proporcional à importância que a figura de posse tem para o indivíduo, determinada pelas implicações que ela possa ter para ele. A importância da figura de posse, por sua vez, não é a mesma ao longo da vida do indivíduo, de sorte que a intensidade do ciúme ou da inveja pode variar pela mesma figura ou, até mesmo, desaparecer em relação a ela. Há várias situações em que o ciúme pode tornar-se muito intenso: uma delas é quando o indivíduo, não tendo a oportunidade de vivenciar a divisão das figuras de posse com outras pessoas, se sente o único 'dono' delas e, conseqüentemente, forte ciúme quando o outro usufrui ou tenta usufruir as suas figuras de posse. Outra situação é quando há grande interesse pela figura de posse, qualquer que seja, gerando rivalidade entre congêneres. O grau de rivalidade, envolvendo ciúme e inveja entre irmãos parece depender do grau de atendimento que as figuras parentais dedicam a eles, pois se observa que, quanto mais atendimento elas dão, mais rivalidade existe entre eles. A persistência dessa rivalidade fraterna, expressa muitas vezes na hora da partilha, é provavelmente a principal causa para tornarem crônicos o ciúme e a inveja, caracterizando padrões específicos. O padrão de posse ciumenta, a propósito, já havia sido sugerido em um trabalho anterior (Elyseu Jr., 1998). É interessante notar que o ciúme e a inveja derivam dessa situação de disputa entre rivais pela posse de uma figura de posse. Tal situação, que configura o que chamamos de complexo fraternal, é uma competição intraespecífica, na qual o possuidor da figura

de posse sente ciúme dela, e o rival desafiante, caso não a obtenha, inveja a sua posse. Essa disputa pode ser até por uma figura sexual, porém não incestuosa, já que nesse caso específico fica configurado o complexo de Édipo (Elyseu Jr., 2003).

Agora, é preciso deixar claro que posse e comportamento de posse, assim como vivência de posse e posse psicológica, são conceitos diferentes. A **posse** é uma tendência ou disposição instintiva (filogenética) em obter e/ou manter figuras de posse, isto é, em ter o domínio sobre ela. Essa disposição é um atributo do indivíduo, que parece não ser afetado pela idade na medida em que a posse de figuras de posse é permanentemente essencial à saúde física e psíquica ou até mesmo à sobrevivência, seja em relação ao alimento, seja em relação à proteção (abrigo etc.), seja em relação à afeição (conforto). O **comportamento de posse** é todo aquele que realiza a obtenção e/ou a manutenção da figura de posse, gerando a **vivência de posse**, na qual predomina um sentimento de ter um relativo ou absoluto domínio sobre essa figura. No entanto, a vivência de posse não se limita à obtenção e/ou manutenção da figura de posse, através do comportamento de posse, ela pode ocorrer também através do ganho de figuras de posse, dadas por outras pessoas. Finalmente, as vicissitudes pelas quais passa a tendência de posse, desde a tenra infância, através do comportamento de posse e do ganho de figuras de posse, gerando vivências de posse, são basicamente o que estrutura a **posse psicológica** ou **padrão de posse psicológica**, isto é, uma forma organizada de posse em virtude da qual os indivíduos sentem, pensam, desejam e se comportam sempre da mesma maneira (fenômeno homeorético).

Há, com base em nossa experiência clínica, quatro diferentes padrões de posse: segura, ansiosa, ciumenta e reativa, condizentes respectivamente com os afetos básicos de segurança, de ansiedade, de ciúme, e de segurança (defensiva), e que, por sua vez, são fases de processos de avaliação de situações ambientais diferentes. No caso da posse

reativa, a defesa contra a ansiedade de novas perdas e privações é feita pelo incremento do comportamento de posse que, em sendo realizado, gera um sentimento de segurança (defensiva). Há também dois padrões de não-posse, derivados diretamente da posse, a saber: (1) o padrão de desprendimento da posse, caracterizado pelo desinteresse ou indiferença (apatia) quanto à posse de figuras de posse, e (2) o padrão invejoso, caracterizado pela inveja ao possuidor das figuras de posse, pelo fato de estas diferenciá-lo como mais afortunado que o indivíduo invejoso.

Esses diferentes padrões, como formas organizadas de ser, podem se realizar, homeorética e transferencialmente, em situações futuras, podendo ter uma dimensão não condizente com essa realidade futura, até um grau extremo como, por exemplo, não se sentir dono do que é seu ou sentir-se dono do que não é seu. A existência do sentimento de posse psicológica, na ausência da posse legal, já havia sido observada, segundo Pierce, Kostova e Dirks (2003), por Furby (1980), por Isaacs (1933), e por Etzioni (1991), entre outros; e, a sua inexistência, mesmo tendo a posse legal, por McCracken (1986). A capacidade de o indivíduo de desfazer essa inadaptação depende do grau de estruturação do padrão. Quanto menor a estruturação, maior é a flexibilidade adaptativa, e quanto maior a estruturação, maior é a fixidez inadaptativa, explicadas logo adiante. O grau de estruturação do padrão de posse, como qualquer outro, depende especialmente da frequência das experiências de posse e da importância que elas têm para o indivíduo, lembrando, como dissemos, que o estabelecimento de um padrão envolve processos de superaprendizagem e de superestruturação mnêmica.

Os registros mnêmicos, derivados dessas experiências, vão formando o que Bowlby (1969, 1973) passou a chamar de **modelo funcional** (modelo interno ativo). Para ele, este modelo, que corresponde *grosso modo* ao objeto interno da Psicanálise tradicional, é um conceito altamente preciso por constituir-se de todas as informações a

respeito de uma dada figura, seja a do próprio indivíduo (modelo orgânico ou do *Self*), seja a de qualquer figura ambiental (modelo ambiental). Assim, os modelos funcionais do indivíduo e das figuras ambientais são referenciais mnêmicos para a conduta voluntária. Porém, a memória não tem apenas a função de ser um referencial para as operações do sistema comportamental voluntário; ela integra o sistema comportamental automático (Elyseu Jr., 1996) e, como tal, pode operar automaticamente. Dessa forma, a reativação dos mesmos modelos funcionais (ambiental e orgânico) – modelos internos ativos - constitui uma **pressão homeorética orgânica** (Bowlby, 1969) para a manifestação automática da mesma resposta, gerada originalmente por eles. E, se a situação ambiental atual apresentar alguma semelhança com as situações antigas, estruturadoras desses modelos funcionais, ela não só se constitui em *inputs* sensoriais, que reativam esses modelos, como também se constitui em uma **pressão homeorética ambiental** (externa), concorrendo igualmente para a manifestação da mesma resposta. A concorrência de fatores internos e externos para a manifestação de uma mesma resposta está extensamente discutida no artigo “*A base psicobiológica da ‘transferência’ e a sua ativação*” (Elyseu Jr., 1999).

A influência de informações inconscientes processadas, nas várias manifestações psíquicas, normais ou patológicas, constitui a base do pensamento psicanalítico; porém, ao contrário da Psicanálise tradicional, a Psicanálise científica afirma que ela não deriva de informações reprimidas, mas das reativadas, por entender que o reprimido são as informações excluídas do processamento posterior. Entendemos, porém, que o mais importante não é o fato de uma informação processada ser inconsciente, mas o quanto ela está estruturada, pois, mesmo consciente, pode ser que ela esteja fora do controle do sistema comportamental voluntário, isto é, o indivíduo continua sob a influência da informação processada automaticamente. Pelo exposto, devemos entender que a

resposta transferencial, gerada pelas pressões homeoréticas, não é necessariamente adaptativa à realidade atual, podendo, no entanto, ser modificada em uma resposta adaptativa (flexibilidade adaptativa) pelo sistema comportamental voluntário, o que não acontece se ela for muito estruturada e continuar sob controle do sistema comportamental automático (fixidez inadaptativa). Além disso, a resposta transferencial, geralmente egossintônica, constitui uma verdade emocional para o indivíduo, por incluir também um componente afetivo consciente, que, no caso da posse, é o sentimento de ter um relativo ou absoluto domínio sobre uma figura de posse. Em outras palavras, um dado padrão de posse psicológica pode se expressar transferencialmente em relação a diferentes figuras de posse, com as quais o indivíduo interage ou se relaciona.

Pierce, Rubenfeld e Morgan (1991), revisando a literatura, teorizaram que a posse psicológica, vivenciada pelo empregado em relação à organização em que trabalha e expressa em termos de ‘meu trabalho, minha empresa etc.’, tem conseqüências sociopsicológicas positivas na medida em que está associada a altos níveis de motivação para a realização de comportamentos, que vão além dos requeridos pela organização, e que a beneficiam. Posteriormente, Pierce, Van Dyne e Cummings (1992), numa exploração conceitual e operacional sobre a posse psicológica humana, a definiram como um estado em que o indivíduo sente o alvo da posse ou parte dele como seu. Esses autores incluem na posse psicológica características da posse financeira, como o sentimento de responsabilidade do indivíduo e interesses comuns com outros proprietários para proteger o alvo da posse, apontados em 1912 por Webb, e como o sentimento de orgulho, apontado em 1979 por Bernstein, como aquele que minimiza a fuga ao trabalho e motiva o empregado para altos níveis de realização. Mais tarde, Pierce, Kostova e Dirks (2001), postularam uma teoria da posse psicológica em

organizações, e, dois anos depois, rerepresentaram-na num artigo mais abrangente (Pierce, Kostova & Dirks, 2003). Desses dois artigos, destacamos as suas idéias mais básicas. Concordando com o fato de que os fatores genéticos e experienciais são importantes, eles propõem que a posse psicológica surge porque satisfaz certos motivos humanos, alguns de natureza genética e, outros, de natureza social, e sugerem que as suas origens se encontram em três motivos principais, como segue.

- 1) Eficácia e efectância. Baseados em alguns autores, Pierce, Kostova e Dirks afirmam que o motivo subjacente à posse é estar no controle. Do controle resultam os sentimentos de eficácia e de prazer que, por sua vez, motivam a efectância, entendida como a disposição para explorar e controlar o ambiente.
- 2) Auto-identidade. Baseados, também, em alguns autores, eles dizem que as posses servem para as pessoas se autodefinirem, na medida em que elas se ligam aos objetos e os integram no *Self*; servem também de expressões simbólicas do seu *Self* perante os outros; e, servem ainda para mantê-lo ao longo da vida.
- 3) Ter um lugar. Baseados ainda em alguns autores, eles finalmente afirmam que a posse e o estado psicológico de posse podem ser explicados pela tendência inata das pessoas em possuir um território ou espaço, pois a casa é um lugar que serve de refúgio e de origem.

Além disso, Pierce, Kostova e Dirks (2001, 2003) afirmam que há caminhos para o desenvolvimento da posse psicológica, a saber:

- 1) Controlando o alvo: o controle do objeto parece ser a chave do fenômeno da posse;
- 2) Envolvendo-se com o alvo: há uma relação causal na associação entre um indivíduo e um objeto, na medida em que gera sentimentos de posse; e,



- 3) Investindo o *Self* no alvo: o indivíduo se sente possuidor daquilo que cria, constrói ou produz.

Sobre a definição do constructo de posse psicológica, eles acrescentaram alguns aspectos distintos, a saber:

- 1) O senso de posse se manifesta no significado e emoção, associados com ‘meu’, ‘minha’, ‘nosso’ etc. ;
- 2) A posse psicológica reflete uma relação entre o indivíduo e o objeto, que é experienciado como tendo uma íntima relação com o *Self*; e,
- 3) O estado de posse psicológica é complexamente composto por núcleos cognitivos e afetivos.

Cabe destacar que, para eles, o estado psicológico de posse tem uma ampla gama de efeitos positivos; por exemplo, quando sentem a posse de um alvo, as pessoas apresentam comportamentos engajados nesse alvo, assumindo riscos e sacrifícios. Mas, observam também que tal estado tem o seu lado negro; por exemplo, pessoas excessivamente possessivas não repartem suas coisas com os outros e não são cooperativas. Além disso, o estado de posse psicológica está frequentemente associado ao desajustamento psicológico, quando, por exemplo, a pessoa apresenta uma orientação consumista de ter posses extrínsecas e sucesso financeiro. Pode estar associado, ainda, a doenças funcionais; por exemplo, as pessoas podem vir a sentir *stress*, quando têm mudanças radicais dos seus alvos de posse. Além do que já foi exposto, cabe acrescentar que Pierce, Kostova e Dirks (2003) ressaltam o interesse que muitos autores, de várias disciplinas, tiveram sobre a gênese das tendências possessivas e sobre a ‘psicologia do meu’ e de propriedade, como, por exemplo, Litwinski (1942 e 1947), Etzioni (1991) e Furby (1991) etc. Observam também que a psicologia da posse foi estudada nos seguintes contextos: (1) no desenvolvimento infantil; (2) no

comportamento do consumidor: nos mais idosos, dentro dos costumes e práticas de diferentes sociedades, na perspectiva de ter uma casa, e nos diferentes estratos socioeconômicos; (3) dentro das discussões filosóficas do 'ser'; e, (4) no local de trabalho.

Entretanto, cabe aqui ressaltar duas diferenças entre os trabalhos de Pierce e colaboradores e os que desenvolvemos. Eles concebem a posse psicológica como um estado em que o indivíduo sente o alvo da posse ou parte dele como seu, o que parece corresponder àquilo que entendemos por vivência de posse, ao passo que a concebemos como um traço, isto é, um padrão recorrente de conduta, em geral parcialmente transposto (transferido). E, enquanto eles teorizam a posse psicológica por motivos como eficácia e efectância, auto-identidade e ter um lugar para habitar, a teorizamos como um dos aspectos mais básicos da personalidade, pelo fato de o sistema comportamental de posse, concebido como uma organização filogenética, mas modificado por experiências ontogênicas, ser uma característica permanentemente ativa dentro do indivíduo, humano ou não, e que regula tudo o que se refere à posse. Isso não significa, porém, que estamos nos contrapondo às suas asserções, mesmo porque 'ter um lugar para habitar' se refere à posse de território, um dos referenciais mais importantes da teoria que postulamos.

Cabe, aqui, dizer também que o nosso interesse pelo tema da posse, como algo distinto do conceito de apego em Bowlby, surgiu em 1982, durante a elaboração do livro '*Contribuições a uma teoria de personalidade*', que infelizmente só foi publicado muito mais tarde (Elyseu Jr., 1996). No entanto, dois anos depois, publicávamos uma teoria da posse de base etológica, isto é, uma concepção filogenética da posse, independente de contextos particulares em que o comportamento de posse e a vivência de posse, incluída a posse psicológica, possam ser estudados. Essa **Teoria da Posse**,

que contempla outras espécies animais além da humana, se baseia na tendência instintiva de posse, realizada pelo comportamento de posse, mediado por um sistema de controle comportamental, e que tem como meta-fixada obter e/ou manter a figura de posse como provisão para usufruto, imediato ou oportuno, do próprio indivíduo ou da sua prole (Elyseu Jr., 1998).

Tanto na Teoria do Apego, quanto na Teoria da Posse o conceito-chave é o de sistema de controle comportamental, entendido como um conjunto de estruturas biológicas, organizadas entre si, capazes de processar as informações (*inputs* sensoriais exteroceptivos), geradas pelo ambiente (estímulos exteroceptivos); e, também, as informações (*inputs* sensoriais intero e propioceptivos), geradas pelo corpo do próprio indivíduo (estímulos intero e propioceptivos), além das informações da memória (dados mnêmicos ativados), produzindo e regulando as respostas (sentimentos, comportamentos etc.), já que essas, por sua vez, se constituem em novas informações para finalizar ou dar continuidade ao processamento. Exemplifiquemos isso com a posse do alimento. Sabemos que a tendência alimentar, incluindo a sensação de fome, é ativada por *inputs* interoceptivos, gerados por estímulos do estômago e intestinos e pela queda da taxa glicêmica. Se o alimento está à disposição, o comportamento de posse não é ativado e o comportamento alimentar se realiza de imediato, mas se não está, o alimento precisa ser obtido para que a alimentação se realize. A ativação da tendência alimentar e a indisponibilidade do alimento ativam o comportamento de posse em relação a essa figura de posse. O comportamento de posse do alimento pode ser ativado também, tanto pela lembrança, voluntária ou automática, da comida (dados mnêmicos ativados), como por *inputs* exteroceptivos, gerados pela presença do alimento. Isso pode acontecer independentemente da tendência alimentar estar pré-ativada, pois a motivação pode ser outra. Seja por falta da figura de posse (alimento, no caso), seja por uma

eventual disputa para mantê-la, o comportamento de posse é ativado. A obtenção ou a manutenção da figura de posse põe fim a esse comportamento, mostrando com isso a existência de uma regulação homeostática da provisão. A Teoria da Posse é, pois, um conjunto de afirmações que pretende explicar o comportamento de posse, o seu aparecimento e desaparecimento episódicos, assim como as formas de posse duradouras que os indivíduos estruturam em virtude de suas interações com determinadas figuras de posse, especialmente, durante a infância.

Apesar de o tema da posse ser extremamente comum e, ela mesma, fazer parte do dia-a-dia de cada pessoa, ele ainda não tinha sido tratado, de forma genérica e integrada, como aqui. Além dos trabalhos citados por Pierce, Kostova e Dirks (2003), incluídos os seus, destacamos, como também relevantes, os que seguem.

Para Vieira (1983) a territorialidade no homem se expressa em domínios físicos, sociais e psicológicos. Assim, a segurança da posse territorial pode ser vista no fato de uma pessoa preferir negociar no seu escritório a negociar no escritório da outra pessoa; a desestabilização (insegurança) de uma criança é muito menor se ela for perseguida na rua do que na sua própria casa, porque o seu último reduto de segurança não foi atingido. Mais especificamente, esse autor relaciona os esquemas hierárquico e espaço-territorial, isto é, os dois esquemas sociais complementares, que permitem e regulam a vida gregária humana, à possibilidade do desenvolvimento de psicoses endógenas, caso se tornem desregulados. Segundo ele, o esquema hierárquico permite compreender as síndromes afetivas – as formas maníaca e melancólica – baseadas nas vivências de ascensão brusca de dominância sobre os congêneres e de declínio dessa dominância, respectivamente. Assim, as psicoses maníaca e depressiva estariam ligadas à escala de dominância vivenciada pelos indivíduos em virtude do poder que cada um tem nas relações sociais, isto é, se alguém tem poder para submeter os outros aos seus desejos

ele vivencia força e euforia (mania) e, ao contrário, se perde esse poder ele vivencia fraqueza e tristeza (melancolia). Por sua vez, o esquema espaço-territorial, segundo o autor, permite explicar e compreender a distorção sofrida pelo Eu – as formas paranóica e paranóide – baseada na identificação que o indivíduo tem com o espaço em que ele habita. Assim, a forma paranóica se relacionaria com o ataque sofrido pelo indivíduo no seu domínio territorial, e a paranóide se relacionaria com a ameaça sofrida em domínio territorial alheio. Isso porque é muito menos traumatizante, como no exemplo da criança perseguida na rua, ser ameaçado em território alheio do que ser atacado no centro do seu território, mesmo porque, no primeiro caso, o indivíduo ainda pode buscar, como demos a entender, refúgio no seu próprio território. Em outras palavras, devemos entender que a segurança da posse territorial é essencial ao bem-estar e, também, à saúde psíquica, pois, para Vieira (1983), além dessas possibilidades, o indivíduo ‘desterritorializado’ tende a apresentar outros problemas psíquicos, como a inibição da sexualidade, inviabilizando a reprodução.

Além dele, muitos outros autores atestam a importância da posse territorial no homem. Carvalho (1987), por exemplo, baseada na evidência cotidiana do comportamento territorial humano, entrevistou 246 pacientes internados em enfermaria de clínicas medico-cirúrgicas de quatro hospitais gerais de Belo Horizonte – MG, esperando que este tipo de comportamento acontecesse com eles, isto é, que delimitassem, tomassem posse e defendessem o seu território. Suas conclusões foram de que os pacientes se dividem equitativamente entre aqueles que, de fato, delimitam, tomam posse e defendem o seu território e aqueles que delimitam, tomam posse, mas não o defendem. Não houve diferença significativa quanto às extensões destinadas e as definidas como suas pelos pacientes, embora estes desejassem idealmente mais espaço do que lhes era oferecido. O grau de escolaridade influenciou no nível [de exigência] de

atendimento da necessidade territorial, isto é, ele foi maior em pacientes com escolaridade de 2º grau do que com escolaridade de 1º grau. A faixa etária também influenciou na extensão do território desejada, isto é, os pacientes com idade entre 18 e 30 anos desejam mais extensão territorial do que pacientes com idade entre 42 e 60 anos. Mas, segundo o nosso presente interesse, o mais importante neste estudo é que, independentemente do sexo, idade, nível de escolaridade, tempo de internação e capacidade de locomoção, os pacientes estabelecem, de modo geral e de forma realista, a extensão de seu território de acordo com o espaço disponível das enfermarias. Como esse tipo de trabalho tem sido objeto de muitos estudos, especialmente no exterior, Sawada, Galvão, Mendes e Coleta (1998) procuraram adaptar o *Anxiety due to territory space intrusion questionnaire* para a cultura brasileira, disponibilizando assim um instrumento de medida para as pesquisas nessa área. No entanto, não conhecemos trabalhos em que esse instrumento tenha sido utilizado.

Lira, Cartagena, Romani, Torres e Batista Filho (1985), estudando o estado nutricional de crianças menores de seis anos, segundo a posse da terra, em áreas rurais do Estado de Pernambuco, concluíram por uma alta prevalência de desnutrição energético-proteica, anemia e hipovitaminose A, assim como uma associação significativa entre desnutrição energético-proteica e tamanho da propriedade rural, isto é, os casos de desnutrição decrescem na medida em que aumenta o tamanho da propriedade. Num trabalho posterior, Zuñiga, Sequeira e Cartagena (1986), estudando o estado nutricional e posse da terra em adultos da área rural do nordeste brasileiro, concluíram que tanto a altura, quanto o peso de ambos os sexos aumenta por causa da posse de maior extensão de terra. Noutro trabalho, em que se estuda o perfil alimentar e posse da terra na área rural do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, Romani e Cartagena (1986) observaram que na medida em que aumentava a quantidade de terra

possuída maior era a média de ingestão calórica, que, nos grandes proprietários, chegava a três mil calorias/dia, semelhante à média encontrada nos países desenvolvidos.

Para darmos continuidade ao trabalho, aqui se torna necessária a distinção de duas das disciplinas que estudam o comportamento animal, ou seja: a Etologia e a Ecologia Comportamental. Nascida da Zoologia, a Etologia, se constitui numa disciplina que estuda os comportamentos instintivos das espécies animais em ambiente natural. Porém, segundo Alcock (2003), ela focalizou mais o estudo das causas próximas do comportamento, isto é, quais são os mecanismos que controlam o comportamento e como esses mecanismos se desenvolvem ontogeneticamente, mesmo depois de Tinbergen (1951), um dos fundadores do moderno estudo do comportamento animal ao lado de Lorenz, ter postulado, além dessas causas próximas, também as causas remotas, ou seja, a funcional e a filogenética. Em outras palavras, respectivamente, qual o valor adaptativo do comportamento para o indivíduo e/ou espécie, e como ele se originou e se modificou ao longo da filogênese. As causas remotas passaram a ser mais focalizadas por uma outra disciplina – a Ecologia Comportamental – que, hoje, predomina no estudo do comportamento animal. Esse esquema tinbergeniano encaixa-se facilmente na dicotomia ‘*proximate-ultimate*’, que Mayr (1961) demonstrou ser central para a Biologia. Contudo, nenhum dos trabalhos anteriormente citados desenvolveu uma teoria etológica da posse, nem mesmo se apoiou consistentemente na Etologia ou na Ecologia Comportamental. Por isso, vamos agora tentar explicar a tendência à posse como filogenética e, portanto, com valor de sobrevivência, mas que pode se expressar em uma de diferentes formas por causa da aprendizagem, determinada basicamente por um ambiente específico.

Parece certo que no processo evolucionário, em virtude de pressões adaptativas ambientais ou pressões ecológicas (Wilson, 1975), os seres vivos se diferenciaram basicamente em autótrofos (vegetais) e heterótrofos (animais) e, desde que os heterótrofos não sintetizam o seu próprio alimento como fazem os autótrofos, o seu material energético tem que ser tirado do meio ambiente. Assim, sob as pressões adaptativas alimentar e defensiva (não virar alimento alheio), os animais foram, *pari passu* a elas, desenvolvendo um corpo adaptativo, isto é, um corpo capaz de adaptar-se ao seu ambiente de adaptabilidade evolutiva, específico e em constante modificação, resultando na diversidade biológica (animal).

Sob o aspecto de a pressão adaptativa alimentar, o desenvolvimento desse corpo adaptativo implica não só no desenvolvimento dos órgãos dos sentidos para captar as oscilações do meio ambiente, e no desenvolvimento do sistema nervoso para discriminar e avaliar essas oscilações, localizando o alimento, mas também no desenvolvimento das estruturas comportamentais que, ativadas, gerem o comportamento específico para encontrá-lo (comportamento exploratório), para obtê-lo (comportamento de posse) e para ingeri-lo (comportamento alimentar). Entende-se, com isso, que a tendência à posse do alimento é inerente ao próprio processo evolutivo das espécies animais, e que o comportamento instintivo é o resultado da estruturação funcional evolucionária da espécie, sob as pressões adaptativas ambientais antes citadas. Com a diversidade biológica, se desenvolveu uma teia alimentar entre os seres heterótrofos, uma grande rede de cadeias alimentares interligadas, começando pelos animais herbívoros menos potentes e culminando, no final de cada cadeia alimentar, num predador carnívoro mais potente; e, na medida em que o comportamento predatório é um meio de obter outro animal como alimento (figura de posse), o classificamos como uma das formas de comportamento de posse. Outro fato a considerar no processo



evolucionário é o surgimento da reprodução sexuada através, obviamente, de seres diferenciados sexualmente. Por causa da pressão reprodutiva, os machos, em muitas espécies animais, disputam a posse da fêmea, de modo que o comportamento de luta pela sua posse (obtenção ou manutenção) deve ser entendido também como uma das formas de comportamento de posse. Finalmente, na medida em que a alimentação e a criação dos filhos implicam a existência de um espaço físico, que tenha alimento e condições de abrigo, um tal território também passa a ser objeto de posse, disputado entre congêneres de muitas espécies animais.

Dissemos pouco antes que a cadeia alimentar termina em um predador mais potente, o que quer dizer que a conquista de um bem (alimento, no caso) depende, muitas vezes, do poder físico exercido pela força muscular, do mesmo modo que esse poder físico é necessário para a defesa pessoal. Quando não se tem esse poder físico para quaisquer dos casos, é preciso dispor de um outro indivíduo mais forte para realizar a conquista do bem desejado ou a sua defesa, ou seja, é preciso dispor de uma figura de posse para usufruir dela. Assim, nas espécies animais mais evoluídas, os filhos usufruem os pais (figuras de posse), que realizam a caça ou a pesca para a sua alimentação, na medida em que ainda não podem caçar ou pescar por si mesmos. Da mesma forma, os filhos usufruem os pais (figuras de posse), quando estes realizam a sua defesa individual, enquanto eles não conseguem fazê-la por si mesmos. Esses comportamentos de alimentar e de proteger os filhos constituem parte do comportamento de cuidar dos pais; no entanto, apenas quando protegem os filhos é que eles se constituem em figuras de apego. Do exposto, podemos tirar duas afirmações: (1) que uma figura de apego pode ser uma figura de posse, embora o contrário não seja necessariamente verdadeiro, e (2) que o filho só pode manifestar um comportamento de apego porque tem a posse de uma figura de apego, caso contrário, ele tem antes que

obtê-la através do comportamento de posse. Aqui, é oportuno considerar o fato de que o comportamento de luta dos pais em defesa da cria não tem apenas o sentido de protegê-la individualmente, isto é, não realiza somente um comportamento de cuidar em resposta ao seu comportamento de apego, mas também um comportamento de posse, como forma de manter a posse da uma figura que perpetuará os seus genes. Nesse caso, o comportamento de posse vai além do sentido de usufruto ambiental para proveito próprio ou da prole, ou seja, alcança também o sentido de 'usufruto' da espécie.

Pensamos que uma figura de apego deva ter apenas o sentido de figura protetora na medida em que atende o comportamento de apego, e em virtude do qual ela é definida, assim como uma figura alimentar (a mãe mamífera) atende o comportamento alimentar etc. Porém, elas se constituem antes como figuras de posse já que o indivíduo só usufrui o que possui, como já referimos. Embora o conceito de figura de posse seja mais abrangente do que o de figura de apego, ele não cobre também todo tipo de figura existente. Cremos que o termo mais adequado para uma abrangência total de figuras existentes é o de figura de relação, tomando-se por base a vida de relação do indivíduo com o ambiente (Ecologia).

Pelo anteriormente exposto, o comportamento de posse, da mesma forma que o de apego, é observado não só nas espécies animais mais evoluídas, mas também na humana; apesar de que, no homem, o sentimento de posse sobre figuras de posse transcende, muitas vezes, a sua posse legal como havíamos mencionado. Na dimensão da territorialidade observamos o domínio que as pessoas mostram ter sobre o seu quarto, o seu armário etc. muitas vezes disputados dentro da família; o domínio de um espaço num grupo de estudos ou de um lugar à mesa de jantar; o domínio sobre um local (rua, praça pública, escola etc.), em geral, exercido pelo grupo a que se pertence etc. Na dimensão alimentar observamos também o domínio sobre os alimentos das próprias

hortas e pomares ou comprados no supermercado e como eles podem vir a ser “vigiados”, as costumeiras disputas entre irmãos pelo chocolate, que, muitas vezes, é consumido frugalmente, quando não é guardado ‘eternamente’ para não acabar. Essa última conduta é pertinente ao sugerido padrão de posse reativa. Embora, por razões culturais, não se fale em posse da fêmea humana ou de outra pessoa, as manifestações de domínio sobre elas são notórias. Assim se diz: minha mulher, meu filho, com uma disposição semelhante a que se tem em relação a objetos possuídos, ou também se diz autoritariamente: “você não vai atendê-lo, fique aqui comigo, vá buscar a minha roupa etc.”. Observamos mais marcadamente o domínio sobre objetos, sobretudo os de uso pessoal, mas a imensa variedade deles não basta para esgotar a dimensão da posse no homem. Ele, ainda, pode possuir bens patrimoniais, pecuniários, vinculados, como cargos, privilégios etc., e, além de um corpo, até a posse de uma idéia: fórmula, tese, segredo etc. Altman (1979), por exemplo, chega a considerar a dimensão mental pessoal como um espaço privativo universal do homem, cujo acesso é regulado seletivamente pelo indivíduo, e cuja má regulação afeta o seu equilíbrio e a sua identidade. Em outras palavras, é um espaço pessoal (privacidade) que ele deve defender contra invasões alheias para manter o seu equilíbrio e a sua identidade. Apesar de Vieira (1983) afirmar que, na maior parte dos trabalhos sobre ‘espaço pessoal’, as noções de ‘território’, ‘distância interpessoal’, ‘área defendida’ etc. se acham confundidas, ele mesmo conclui pela existência desse espaço pessoal, que sofreria grandes alterações instintivo-emocionais ao ser seriamente invadido, condição esta que ele entende como causa da anorexia nervosa, e que teremos oportunidade de expor adiante. Isso nos permite considerar esse espaço pessoal como uma figura de posse a ser defendida, assim como um conhecimento, passível de usufruto.

A questão da posse, cabe ainda dizer, transcende a dimensão individual, indo desde o pequeno grupo até as dimensões governamentais como, por exemplo, a disputa pela posse de patentes industriais, de mercados, de territórios etc. Além disso, a dimensão e sofisticação da posse no homem, relativamente a outras espécies, são alguns dos fatores, dentre muitos outros, que contribuem para que haja a impressão de um enorme abismo entre as condutas da espécie humana e de, outras, animais; e, conseqüentemente, entre a Psicanálise e a Etologia ou a Ecologia Comportamental. Por isso, se torna relevante tecer agora algumas considerações sobre essa questão.

### **Psicanálise e Etologia**

Quando Bowlby (1969) adotou o modelo cibernético de processamento de informações, por sistemas comportamentais, para a explicação do funcionamento psíquico humano ele estava introduzindo na Psicanálise o mesmo tipo de modelo adotado nas ciências do comportamento animal. Para Guerra, Otta e Bussab (1992) tais ciências, como a Etologia, a Ecologia Comportamental, a Sociobiologia etc., se utilizam das descobertas e dos modelos teóricos das outras. Com isso, essa Psicanálise, que ele passou a chamar de científica, ficou diferenciada da Psicanálise tradicional, que se apóia no conceito de pulsão (*Trieb*), isto é, de todas as escolas psicanalíticas que têm uma concepção energética de funcionamento psíquico. Quando desenvolveu a Teoria do Apego, baseada no comportamento instintivo de apego, ele estava contribuindo para a Psicanálise científica com conhecimentos da Etologia, animal e humana.

Embora a sua teoria, ao que parece, não tenha mobilizado na clínica um contingente significativo de adeptos, ela estimulou uma quantidade enorme de pesquisas; verificamos, por exemplo, 451 publicações relacionadas à Teoria do Apego,

de agosto a novembro de 2002, numa única base de dados (PsycInfo), ou seja, uma média de cinco publicações diárias nesse período. Nossa opinião é a de que a primeira parte da asserção acima, isto é, a de que a Teoria do Apego não mobilizou na clínica um contingente significativo de adeptos ocorreu por três motivos básicos: (1) o fato de a Psicanálise científica conceber o funcionamento psíquico como resultante do processamento de informações causou uma impressão negativa nos psicanalistas tradicionais, como se o homem estivesse sendo ‘robotizado’, (2) o uso freqüente de termos como o de sistema comportamental, o de comportamento de apego e o de cuidar etc. lhes deu a falsa impressão de um comportamentalismo subjacente, e, (3) as explicações etológicas usadas por ela, por serem aparentemente menos sofisticadas, lhes parecem muito pobres para explicar a vida psíquica do homem - um ser altamente complexo e diferenciado de outros seres animais. Sobre esse último motivo é fundamental esclarecer que a Psicanálise científica adotou a abordagem etológica para a compreensão psicológica do homem, mas não ignora os achados de outras abordagens. Em 1957, Bowlby (1979) dizia crer que a Etologia pudesse proporcionar um repertório de conceitos e dados necessários para que os dados e *insights* de outras abordagens, como os da Psicanálise, da Teoria da aprendizagem etc. pudessem ser explorados e integrados.

A impressão, mesmo a de muitos psicólogos, de que a Etologia e a Ecologia Comportamental são disciplinas muito adequadas ao estudo de outras espécies animais, mas não da humana, decorre da sua concepção de que não há semelhança psíquica significativa entre os animais e o homem, como se esse praticamente não trouxesse, como aqueles, uma bagagem comportamental filogenética; e, também, como se a concepção etológica fosse inatista e não interacionista (relacional), como a psicanalítica. A respeito da negação de algo existente, Charcot, talvez baseado no provérbio francês

*“le refus de connaître n’empêche pas d’exister”*, disse a Freud: *“La théorie c’est bon, mais ça n’empêche pas [la découverte clinique] d’exister.”* (Freud, 1893/1967a, p. 18), isto é, a teoria é desejável porque pode refletir a realidade, mas pode igualmente distorcê-la ou, até, negá-la. Por isso, tentando modificar aquela impressão, propomos inicialmente, entre algumas das semelhanças psíquicas entre o homem e outras espécies, o reconhecimento da existência de uma consciência animal.

O fenômeno da consciência para Campos, Santos e Xavier (1997) é fruto da evolução e do funcionamento do sistema nervoso, que, porém, não se traduz em uma entidade única, mas sim em um

“... conjunto de habilidades mediadas pelo processamento paralelo, porém, cooperativo, de informações em diferentes módulos do sistema nervoso. Não obstante essa organização modular, o funcionamento cooperativo e integrado dos diferentes módulos produz uma sensação unificada.” (Campos, Santos & Xavier, 1997, p. 183)

Esses autores afirmam que, quando um ambiente é simples e regular, e, portanto, previsível, a seleção natural pode ser favorável à evolução de um sistema no sentido da sua adaptação e otimização a esse ambiente, atuando especialmente no nível do indivíduo e do seu comportamento. Para fazer frente à imprevisibilidade ambiental um mecanismo mais flexível deve ser selecionado, mas tal sistema requer também uma grande quantidade de informações sobre o ambiente, que armazenadas no sistema nervoso sob a forma de modificações nas conexões entre as células nervosas – modelo interno ambiental (modelo funcional ambiental, de Bowlby) – permitem avaliar e solucionar problemas de forma imediata ou de forma antecipatória, quando é identificado um padrão regular de eventos. Falam, ainda, de uma ‘consciência primária’, “definida como o conhecimento dos estímulos externos e internos” (Campos, Santos &

Xavier, 1997, p. 187) e de uma “... consciência ‘superior’, vista [...] como a capacidade de refletir sobre as próprias experiências ao longo do tempo como ocorre em seres humanos...” (Campos, Santos & Xavier, 1997, p. 190), isto é, reconhecem e diferenciam uma consciência, de uma autoconsciência.

Concordando com eles, Ades (1997), examinando o valor e os limites do conceito de consciência para uma ciência comportamental, acredita que, de fato, se deve distinguir dois tipos de consciência: uma, que é ‘dar-se conta’ da existência de algo no contato imediato que o indivíduo tem com o seu contexto, interno ou externo, e outra, típica do ser humano, que é ‘dar-se conta do dar-se conta’, isto é, “...o indivíduo é capaz de designar e de descrever o seu conhecimento das coisas; [e,] ...capaz de ser comunicada em nível simbólico, isto é, pode ser dita” (Ades, 1997, p. 134) Ele acha plausível a existência da consciência (‘dar-se conta’) nos animais, mas que não é possível chegar a um conhecimento dos conteúdos dela. Procura, no entanto, para o reconhecimento da consciência animal, basear-se na analogia com o ser humano, “...partindo de aspectos de seu comportamento ou de sua fisiologia suficientemente semelhantes a aspectos do comportamento ou da fisiologia do homem que eu sei acompanhados de consciência.” (Ades, 1997, p. 139 e 140). Não visa, portanto, um acesso direto à essa consciência, já que as consciências são incomunicáveis, mas busca uma aproximação analógica, por meio de critérios externos. Apesar de sua simpatia ao ‘antropomorfismo introspectivo’, Ades (1997) reconhece a sua margem restrita de aplicação para o conhecimento da consciência animal, tornando-se cada vez mais metafórica à medida que, na escala zoológica, se afasta do padrão humano. Ele propõe, como essencial, conhecer os animais naquilo que os torna peculiares e compará-los ao ser humano, quando isso for apenas frutífero e não como uma via epistemológica para atingir-se a consciência das outras espécies animais. Finaliza, afirmando que

“se tem de haver identificação, que seja a nossa identificação cognitiva com o animal *enquanto animal*. Trata-se de um antropomorfismo às avessas. Não projetar nossas emoções e propósitos no animal mas, ao contrário, tentar, a partir do conhecimento prévio dele, simular dentro de nós seu modo de captar aspectos do ambiente e de agir dentro de sua circunstância.” (Ades, 1997, p. 154)

Ribeiro (1997), analisando criticamente o artigo de Ades, afirma que o antropomorfismo não pode, *per se*, revelar as características psicológicas dos animais, e que Ades, ao negar aos animais a consciência do segundo tipo (‘dar-se conta do dar-se conta’), baseada na existência do eu e da linguagem, cria uma separação radical entre o homem e outras espécies. Ao contrário, Ribeiro acredita que a questão da consciência, na experiência introspectiva de muitas pessoas, é algo pré-linguístico, relacionado à cognição, à percepção, à sensação, à atenção, à memória, ao sentimento, ao pensamento, à imaginação etc., e que uma alternativa para o ‘saber que sabe’ seria o ‘saber que sente’, possível, a seu ver, nos animais. Indaga, além disso, se ao buscar a função da consciência não se estaria buscando a função dos processos de atenção; pois, qual seria a diferença entre prestar atenção e estar consciente? Ele crê, por isso, que uma sugestão de método estaria no estudo da atenção; e finaliza, dizendo que discutir sobre a consciência é entrar num mundo de conjecturas e falta de métodos, mas diz também: “é bem melhor fazer o que fez Ades do que afastar o assunto como intratável ou, ainda pior, desprezá-lo em nome de uma assepsia pretenciosa” (Ribeiro, 1997, p.164).

Bueno (1997), por sua vez, afirma a existência de estudos que mostram que os animais podem formar representações de uma ampla faixa de acontecimentos para compará-las aos estímulos atuais e, com isso, garantir a sua sobrevivência. Segundo ele, quando um animal pode fazer uso de uma informação não disponível no seu ambiente presente ele possui uma representação. Na medida em que as representações não são



diretamente observáveis, a análise de seus efeitos sobre o comportamento revelam a sua estrutura e função, pois ele só pode ser explicado como resultado do controle realizado pela representação interna. Afirma, finalmente, que

“as habilidades cognitivas dos animais, o emprego de representações de eventos no processo de adaptação ao ambiente e a organização de representações como imagens levam necessariamente à questão da continuidade das funções mentais entre animais e humanos e da possibilidade de existência de uma consciência animal” (Bueno, 1997, p. 176).

Salvo melhor juízo, os estudiosos do comportamento animal, de um modo geral, admitem a existência de uma consciência animal e, mesmo, a existência de um ‘*continuum*’ no desenvolvimento psíquico das espécies, ainda que com saltos de qualidade de uma para outra. Pessoalmente, reconhecemos a existência de uma consciência animal, mas ainda não estamos em condições de reconhecer, nele, a qualidade de autoconsciência. Em um trabalho anterior (Elyseu Jr., 1996), pudemos demonstrar, através dos comportamentos voluntários (autocontrolados) e dos comportamentos automáticos (epiléptico e não epiléptico), a existência de dois tipos de sistemas comportamentais, que preferimos chamar de sistema neuropsíquico voluntário ou do Eu e de sistema neuropsíquico automático. Obviamente, eles processam informações de modo autocontrolado e de modo automático, respectivamente. Essa diferenciação básica possibilitou uma melhor compreensão de várias questões psíquicas como, por exemplo, a existência de mecanismos de defesa automáticos, que, portanto, não são realizados pelo sistema neuropsíquico voluntário ou do Eu, que corresponde, *grosso modo*, ao Ego freudiano, única estrutura responsável pelos mecanismos defensivos. Cremos que esses sistemas neuropsíquicos também podem ser usados para a verificação de uma consciência animal. Primeiro devemos admitir duas afirmações: (1)

que os animais, pelo menos os mais evoluídos, apresentam, como os humanos, comportamento voluntário, e (2) que a consciência é o estado de conhecimento momentâneo da informação, seja do percepto, gerado pelo processamento do *input* sensorial, seja da representação mental, gerada pelo processamento do dado mnêmico (reprocessamento da informação original). Embora os processamentos do *input* sensorial e do dado mnêmico sejam realizados pelo sistema neuropsíquico automático, o sistema neuropsíquico voluntário só opera com base na informação consciente, perceptual ou representacional, sem a qual a fala e o pensamento ficam interrompidos (o célebre “branco”) ou, ainda, se interrompe o comportamento de busca daquilo que se esquece durante o percurso até ele. Assim, todo animal que apresente comportamento voluntário, subentendendo-se a existência de um sistema neuropsíquico homólogo ao nosso, depende do conhecimento da informação, e, portanto, tem necessariamente consciência.

Como exemplo, relatamos um fato, contado por Cathy Hayes, que treinou uma chimpanzé (Vickey) para pegar objetos, beijar a ‘mamãe’, dar o pé ou a mão na hora da higienização etc., mediante um comando verbal. Durante uma sessão de higienização, sem premeditação, Cathy disse a Vickey: ‘beije seu pé’. A chimpanzé olhou surpresa para ela e, em seguida, à repetição do comando verbal, beijou o próprio pé e novamente olhou para Cathy com uma expressão que, nas palavras de Lorenz, “... só poderia ser descrita como assombro.” (Lorenz, 1981/1995, p.436). Ridley (2003/2004) relata outro exemplo: um bebê chimpanzé fingiu estar sendo atacado por um adolescente para conseguir permissão de sua mãe para mamar no seu peito, parecendo que ele é capaz de ter uma ‘teoria da mente’, isto é, saber que o outro pensa. No mesmo sentido, Warneken e Tomasello (2006) concluíram que chimpanzés de três a quatro anos, tal como crianças de um ano e meio, parecem entender e ajudar um humano, quando este está em

dificuldade. Numa das tarefas do experimento deixava-se cair um objeto sem pegá-lo, enquanto o animal olhava; os três chimpanzés testados pegaram o objeto e o devolveram à pessoa, mostrando que eles entendem as metas de alguém e têm alguma motivação altruística, embora esta não apareça em outros tipos de situação. Um último exemplo: Breuer, Ndoundou-Hockemba e Fishlock (2005) acreditam terem feito as duas primeiras observações de uso de ferramentas em gorilas selvagens da floresta pantanosa de Mbeli, ao norte do Congo, fato já conhecido em relação aos chimpanzés e orangotangos. Uma gorila adulta, tentou cruzar uma lagoa caminhando em dois pés, mas quando a água chegou no nível da cintura ela voltou para a beirada. Reentrou na lagoa, usando um galho fino diante de si para testar a profundidade da água. Após entrar novamente na lagoa em posição ereta, avançando por 8 a 10 metros, largou o galho e voltou para a beirada, porque o seu bebê começou a chorar. Outra gorila adulta desfolhou um tronco de um arbusto morto e o fincou no chão com suas mãos e o segurou como apoio com a sua mão esquerda, enquanto ia dragando ervas aquáticas com a outra mão para junto de si, depois ela tirou o tronco e o colocou sobre um terreno pantanoso para lhe servir de ponte, a qual cruzou bipedalmente, e depois caminhou quadrupedalmente para o meio de uma clareira.

Retomando a questão inicial da adequabilidade das explicações etológicas para a compreensão psicológica do homem, à exceção da Psicanálise científica, as demais teorias psicológicas prescindiram em grande parte da consideração mais extensa e aprofundada do sentido e da importância das condutas instintivas no desenvolvimento psíquico humano, já que eram vistas como características eminentemente animais. Essas teorias se limitaram ao estudo da percepção, dos processos de aprendizagem, do desenvolvimento cognitivo-racional e da linguagem, do desenvolvimento emocional e suas expressões simbólicas, e das formas psicopatológicas de cada um desses diferentes

aspectos, exclusivamente humanos. Em que pese todo o conhecimento científico adquirido por essas teorias psicológicas, elas se limitaram também ao estudo das causas próximas do comportamento (suas causas imediatas e o seu desenvolvimento ontogenético) e, portanto, a elas falta fundamentação da Etologia, apesar de que, como afirma Alcock (2003), esta tenha se prendido também ao estudo dessas causas próximas e, por isso, desde 1975, as pesquisas sobre as causas últimas ou remotas do comportamento (sua função e o seu desenvolvimento filogenético), feitas, por exemplo, pela Ecologia Comportamental, têm merecido o interesse crescente dos autores. Para Bussab e Otta (1992), os conhecimentos sobre as causas remotas são acréscimos fundamentais para a compreensão da conduta do indivíduo, pois coloca as causas próximas sob uma perspectiva diferente.

A perspectiva evolucionária no estudo do comportamento humano pode ser vista, por exemplo, num artigo de De Toni, De Salvo, Marins e Weber (2004) sobre o apego. Antes, cabe lembrar que o processo de hominização, frente às modificações ambientais, fez com que diversas formas de comportamento se originassem ou se alterassem em relação às formas pré-hominídeas. Esses autores, apoiados em Leakey (1997) e Lewin (1999), relatam que uma dessas formas foi a marcha bípede, selecionada como mais eficiente energeticamente do que o quadrupedismo siamesco. Com a postura ereta, a função dos membros anteriores e posteriores, que antes serviam à preensão às árvores, foi alterada. Os pés passaram a servir à locomoção térrea, e as mãos, ora livres, passaram a servir à preensão práxica. O seu desenvolvimento em direção a uma praxia fina teve correspondente desenvolvimento de regiões corticais, responsáveis pela sensibilidade tátil e pela atividade motora das mãos, proeminentemente representadas nos homúnculos de Penfield. Outra alteração, derivada da postura ereta, foi a redução das dimensões pélvica e torácica; conseqüentemente, segundo Bussab e Otta (1992), o

período gestacional também foi reduzido para manter a viabilidade do parto, pois só um neonato menor conseguiria traspasar a bacia pélvica. Com isso surge o fenômeno de neotenia: o bebê humano nasce “premature” e apresenta mais prolongadamente características de seu desenvolvimento inicial, isto é, um prolongamento da fase infantil, inclusive alguns traços na fase adulta, que no ancestral, se restringiam à infância (Bussab, 2000) e, portanto, exige mais cuidados parentais. Um dos resultados disso é o processo de fortalecimento dos comportamentos de cuidar nos pais e de apego nos filhos, criando maior vínculo entre eles e favorecendo não só a instituição familiar, como a construção do vínculo afetivo (Bussab & Ribeiro, 1998).

A inserção do macho humano na família, por sua vez, se deu provavelmente por dois importantes motivos: (1) cuidar da prole como forma de garantir a perpetuação de seus genes, e (2) manter-se junto da fêmea como forma de garantia de paternidade, impedindo a cópula dela com outro macho. Mas, isso só foi possível porque, também, a fêmea humana foi perdendo as características indicativas do seu período fértil e se tornando, por períodos cada vez maiores, receptiva à cópula. Percebemos, então, que uma intrincada rede de determinantes biológicos e sociais deve ter tido lugar para o desenvolvimento do comportamento de cuidar na espécie humana. O fato é que esse enorme investimento parental no cuidado da prole (constituída, em geral, de apenas um filho por gestação) faz com que os filhos, dentro do referencial teórico da posse, se constituam nas figuras de posse mais importantes dos pais. Normalmente, nada supera o sentimento de posse dos pais pelos filhos, especialmente quando estes ainda são crianças. Assim, os conhecimentos decorrentes do estudo das causas remotas do comportamento (perspectiva evolucionária) nos ajudam a compreender melhor porque o comportamento de apego no ser humano é tão marcante e, conseqüentemente, tão influente no desenvolvimento da personalidade. Mas, mesmo quando se trata da

explicação, baseada nas causas próximas (perspectiva ontológica), adotada para a compreensão do comportamento, podemos eventualmente observar uma substancial diferença entre a dada pela Psicanálise tradicional e a dada pela Etologia.

Tomemos como exemplo o comportamento paranóide, caracterizado basicamente pela existência, no indivíduo, de idéias e sentimentos injustificados de estar sendo perseguido, isto é, de estar sendo prejudicado constantemente por algo ou alguém e do qual procura afastar-se. A explicação psicanalítica tradicional é a de que tal comportamento resulta basicamente da crença fantasiosa da existência de um objeto perseguidor, criado especialmente pelas projeções do “instinto” de morte sobre ele, como forma de preservar o ‘*Self*’ e o bom objeto interno, apesar de que também é considerada a influência das experiências reais de privação e dor, provocadas por esse objeto persecutório (Segal, 1964). Alternativamente, com base em um dos dois grandes ‘esquemas sociais’, ou seja, o esquema espaço-territorial, Vieira (1983) defende a tese etológica de que o padrão paranóide do indivíduo deriva de experiências persecutórias reais na periferia de seu território ou em território alheio, onde ele se encontra mais vulnerável, ressaltando porém que, no homem, a extensão simbólica da territorialidade alcança domínios físicos, sociais e psicológicos, como afirmou num trabalho anterior de 1974.

A explicação etológica está baseada em realidades vividas, as quais estruturam em alto grau a conduta do indivíduo, fato esse que se tornou axiomático dentro da Psicanálise científica. Mas, além dessa possibilidade de formação de um modelo funcional persecutório, baseado na atuação real da figura de relação, há a possibilidade de o indivíduo atribuir características agressivas ao objeto, por analogia consigo mesmo, na medida em que, normalmente, se identifica com outros seres humanos. Além disso, Bowlby (1973) não deixa de reconhecer a existência e a utilidade do conceito de

projeção e, portanto, a possibilidade de fantasias persecutórias, baseadas na projeção das próprias características agressivas no outro; diga-se, porém, que essas características agressivas constituem parte do modelo funcional do *Self*, isto é, são informações que o indivíduo tem de si, derivadas das realidades vividas por ele e não de uma agressividade pulsional. Por exemplo, tais características agressivas podem ir sendo condenadas repetidamente a ponto de o indivíduo criar uma defesa contra a sua admissão ou, até mesmo, a sua emergência na consciência e passar a reportá-las como existentes na outra pessoa. Já a explicação psicanalítica tradicional, como a que faz a teoria kleiniana, está baseada na suposição de que a razão da projeção da agressividade reside especialmente na defesa que o indivíduo faz contra o seu ‘instinto’ de morte, postulado por Freud (1920/1967c), por entender que ele o ameaça internamente, desde o seu nascimento. Parece-nos muito questionável essa concepção de homem, natural e fundamentalmente conflitivo, implícita nessas afirmações, além de o ‘instinto’ de morte e a defesa contra ele permanecerem no campo especulativo, já que não são passíveis de verificação empírica.

Da mesma forma, a teoria kleiniana fala da inveja como uma expressão primária desse ‘instinto’ de morte com o fim de atacar o que há de bom no objeto, que, psicologicamente ou objetivamente estragado, deixa de mobilizar a própria inveja (Klein, 1957/1974 e Segal, 1964). Baseando-nos em Tinbergen (1951), que entende o instinto como programado para ser acionado por um estímulo externo, e em Lorenz (1966), que vê a agressividade como servindo apenas à vida, vemos a inveja como existente na competição intra-específica (Elyseu Jr., 2003), isto é, a inveja é a tendência instintiva de despojar o outro de seus bens (figuras de posse), já que a sua manutenção, pelo outro, implica em desigualdade e tende a ser desvantajoso para o indivíduo. Ainda

que na espécie humana possam existir outras motivações para a manifestação invejosa, a motivação instintiva é, obviamente, básica.

Devemos reconhecer, no entanto, que uma expressão instintiva, selecionada como adaptativa, pode ganhar formas e graus de intensidade patológicas em virtude das experiências do indivíduo com o seu ambiente. Por exemplo, Vieira (1983) oferece um modelo eto-ecológico da anorexia nervosa, segundo a perspectiva de que

“...a emergência actual, inadaptativa e patológica, de comportamentos sociais fixados durante períodos da evolução filogenética de nossa espécie, pode estar na origem da produção de síndromos psicopatológicos do Homem, que assim adquirem explicação e compreensibilidade...” (Vieira, 1983, p.433)

Assim, os animais de ‘tipo distante’ apresentam uma ‘distância individual’, uma espécie de espaço, que não pode ser invadido sem que se promova a fuga ou, quando essa é impossível, o contra-ataque violento (reação crítica). No entanto, quando ambas as alternativas são impossíveis, o animal permanece em estado de tensão, não tomando os alimentos sólidos disponíveis. A resposta anoréxica só não ocorre se o animal estiver ‘domado’, isto é, se ele apresenta sistematicamente uma ‘distância de fuga’ reduzida. Segundo ele (Vieira, 1983),

“diversos trabalhos (cf., por ex., Harper, Wiens & Matarazzo, 1978) permitem admitir como provável que a criança desenvolve um ‘espaço pessoal’ – tanto físico como simbólico, cuja estruturação acompanha a maturação da personalidade juvenil. Na puberdade esse espaço parece dilatar-se sendo maior nos homens do que nas mulheres (Aiello e Aiello, 1974, *in* Harper e col., 1978).”

Para ele, uma conjunção de fatores fisiológicos, psíquicos e relacionais permite comparar o comportamento de recusa em alimentar-se das anoréxicas com o dos



animais selvagens de ‘tipo distante’, quando perdem o espaço individual e permanecem em estado de tensão; obviamente, tendo-se em conta as dimensões que esse espaço adquire na espécie humana. Essa doença, predominantemente feminina, tende a aparecer quando a adolescente manifesta a tendência formadora da ‘distância pessoal’, iniciada na infância, e sofre uma invasão excessiva de uma figura dominante; em geral, uma mãe hiperprotetora e invasiva. Impedida de fugir ou de contra-atacar, a adolescente, hipersensível à intromissão do dominante, manifesta uma evolução patológica, isto é, a anorexia, interpretada como uma forma de recusar a dominação do seu espaço pessoal em construção. Não queremos, porém, dar a impressão de que essa explicação, ainda que básica, seja a única existente; por exemplo, pode ser que a anoréxica também esteja se vingando da mãe pelo atendimento diferenciado que ela dispensa ao irmão. Essa dimensão intrapsíquica, muitas vezes inconsciente, é área de conhecimento da Psicanálise tradicional e, como tal, complementa a explicação etológica.

Lorenz (1981/1995) considerava a Etologia Comparativa como uma disciplina muito importante e que ela pôde desenvolver-se pelo fato de existir padrões de comportamento, característicos das espécies, tão empíricos quanto os padrões morfológicos usados na Anatomia Comparativa. Como formas de estudo comparativo são usadas a analogia, a homologia e, combinação das duas, a homoiologia. Homologia existe quando características comportamentais ou morfológicas, comuns a algumas espécies, derivam de uma espécie ancestral comum a elas; ao passo que, a analogia existe quando características, presentes em espécies diferentes, devem a sua semelhança a processos de evolução convergente pelo fato de existir um valor de sobrevivência, mais ou menos idêntico, para cada uma delas. Assim, o estudo de analogias é uma forma muito importante de investigação do comportamentos sociais humano e animal

na medida em que esse valor de sobrevivência revela um sentido comum a eles. Um dos exemplos de analogia, dado por Lorenz (1981/1995), entre o comportamento de seres humanos e gansos é quando eles sentem ciúme ou se apaixonam. Afirmar que os gansos sentem ciúme ou se apaixonam, para ele, não constitui antropomorfismo, tanto quanto não constitui quando se fala em olhos e pernas dos animais.

Realmente, as semelhanças aparentes mais notadas entre homens e animais são de caráter filogenético, isto é, manifestações emocionais e comportamentais instintivas, o que não quer dizer que sabemos como essas manifestações emocionais são vividas pelos animais. Por outro lado – e isso é o mais importante - o fato de a conduta humana ser, na maioria das vezes, mais sofisticada que a dos outros animais não deve servir para mascarar o seu sentido básico. Por exemplo, o fato de a conduta religiosa ser universal no ser humano e inexistir nos animais nos dá uma impressão de uma total dessemelhança entre eles, que porém se revela falsa, quando compreendemos que o sentido básico da conduta religiosa é o da busca de proteção (Elyseu Jr., 1996; Scheroki e Bussab, 2001), que, em termos etológicos, é a expressão do comportamento instintivo de apego dirigido a anjos, santos e deuses (figuras de apego). Nesse sentido, não somos dessemelhantes dos animais, que, analogamente ao homem, também buscam proteção. Em outras palavras, o fato de o homem transcender as motivações básicas de sobrevivência não as elimina e, portanto, muitas analogias podem ser feitas entre os comportamentos instintivos sociais humanos e os de outras espécies animais, como esse do comportamento de apego, usado como exemplo de conduta defensiva. No entanto, na espécie humana, quantos outros fatores podem estar em jogo, além dessa busca? Por exemplo, a conduta religiosa de uma criança pode ser por obediência aos pais, por medo inconsciente de perda do seu amor ou de que morram por castigo de deus se ela não tiver essa conduta etc. Essa rede de pensamentos e afetos inconscientes, encontrados na

espécie humana, constitui um conhecimento psicanalítico tradicional, que explica a conduta religiosa da criança, dada como exemplo; mas que, embora consideremos verdadeira, seria incompleta sem o conhecimento etológico, e vice-versa.

Sabemos que muitos fatores ambientais influentes foram (e alguns ainda são) comuns no desenvolvimento filogenético de diferentes espécies, incluída a humana, apesar de que muitos outros fatores são diferentemente influentes para cada espécie em particular. No entanto, todas elas sobreviveram e sobrevivem em virtude de processos de discriminação e de avaliação quantitativa e qualitativa desses fatores ambientais. Portanto, o maior referencial de conduta de um animal, humano ou não, são as avaliações quantitativas (cognitivas) e qualitativas (emocionais) dos acontecimentos relacionados a ele, desejados ou não, e que, memorizados e oportunamente reprocessados, determinam, dependendo de outros fatores em jogo no momento, as suas aceitações, recusas e preferências, tanto de modo voluntário, quanto, muitas vezes, automático. Assim, supõe-se que esses processos homólogos de avaliação, existentes nas espécies animais e humana, possam produzir o mesmo tipo de resposta, na forma característica da espécie.

Nesse sentido, num trabalho anterior (Elyseu Jr., 1999), defendemos a existência de um processo psíquico, comum à espécie humana e, outras, animais. Trata-se da conhecida transferência, concebida pela Psicanálise tradicional em termos de deslocamento de energia psíquica e concebida pela Psicanálise científica em termos de reprocessamento de informações. Essa transferência (transposição de resposta em termos do modelo cibernético), que preferimos chamar de conduta transferencial, é entendida, da mesma forma que em Freud (1912/1968b), como a reedição na atualidade de uma resposta vivida anteriormente; e, no mesmo sentido de Ferenczi (1909/1991), isto é, que ela é ativada por alguma informação presente, a qual está sendo avaliada

como se fosse a mesma da situação passada. Entendemos que a sua função é adaptativa na medida em que dota o indivíduo de uma resposta pronta e imediata para situações atuais assim avaliadas, isto é, há um controle mnêmico tanto para selecionar e avaliar a informação atual, como para oferecer a resposta antiga a ela. O controle mnêmico, como um dos determinantes da conduta, pode ser visto em Ades (1991b e 1993); a memória, por sua vez e segundo Messenger (1979), decorre da aprendizagem, a qual já pode ser verificada desde a maioria dos principais filos de metazoários.

Embora a conduta transferencial esteja ligada a acontecimentos específicos na vida passada do indivíduo e, portanto, haja um processo de aprendizagem em jogo, a sua manifestação envolve basicamente respostas afetivo-emocionais e comportamentais filogenéticas; mas, o que mais a caracteriza é a sua reedição automática. Assim, entendemos como conduta transferencial, o seguinte exemplo obtido de Carthy (1966/1980, p. 73): “um gaio (ave da família dos Corvídeos) inexperiente, intoxicado pela ingestão de uma borboleta monarca, passa depois a rejeitar também a espécie mimética apetecível *Limentis archippus*.”. Seria um contra-senso, afinal, pensar que o animal não utilizaria tanto da experiência da sua espécie, quanto das suas experiências individuais passadas para enfrentar as situações presentes.

Nesse sentido, Skinner (1953/1985, p. 135) diz que quando não nos sentimos bem diante de um recém-conhecido é porque ele se parece com quem não gostamos, isto é, há um processo de generalização. Ele afirma que “o argumento freudiano de que os primeiros condicionamentos emocionais afetam os ajustamentos pessoais posteriores pressupõem esse processo”. Mas, se a generalização e a transferência constituem um mesmo processo, parece que a conduta generalizada é mais consciente e menos estruturada emocionalmente do que a conduta transferencial, pelos exemplos de generalização, como o dado por Millenson (1967/s.d., p. 199): “os pais que ensinam

suas crianças a dizerem ‘obrigado’ em casa estão implicitamente contando com a generalização para que o ‘obrigado’ seja emitido fora de casa.”

Entretanto, o mais importante para efeito de uma teoria psicológica humana não está no fato de o homem e outros animais apresentarem mecanismos e comportamentos semelhantes, apesar de, assim, darem indícios de uma continuidade no desenvolvimento psíquico animal e de contribuírem com valiosas hipóteses de pesquisa. O mais importante, supomos, está no fato de que processos e comportamentos filogenéticos estão presentes no animal humano e que sua influência na estruturação da personalidade é altamente significativa, como tudo que é básico. Em outras palavras, uma teoria psicológica humana será tão mais completa e consistente se edificada sobre os alicerces das condutas instintivas, as quais trazem inerentemente os seus sentidos. Isto é, ela deve começar considerando os comportamentos instintivos na medida em que constituem a aprendizagem da espécie para uma adaptação ‘grosseira’ ao ambiente de adaptabilidade evolutiva, o qual, por sua vez, transforma, através do processo de aprendizagem, os sistemas comportamentais responsáveis pela mediação desses comportamentos. Essas transformações dos sistemas comportamentais, codificadas nos genes e transmitidas hereditariamente, constituem a aprendizagem filogenética, como dissemos há pouco; mas, por certo e especialmente na espécie humana, a aprendizagem ontogenética, limitada às disposições constitucionais do indivíduo e com a função de refinar a sua adaptação ao ambiente, não se limita a essa transformação de sistemas comportamentais básicos de sobrevivência, ela também desenvolve sistemas comportamentais, responsáveis pela regulação dos comportamentos aprendidos. Em outras palavras, como diz Ridley (2003/2004), não se trata mais de natureza *versus* criação, e sim de natureza *via* criação.

Embora, cada nova aprendizagem desenvolva um sistema comportamental (ontogenético), utilizando-se em grande parte de outros sistemas pré-existentes, por meio de uma nova estruturação mnêmica, ele não se transforma em um sistema comportamental filogenético, a menos que vá sendo selecionado naturalmente em uma mesma linhagem de indivíduos. Um comportamento aprendido dentro da cultura humana, apesar de não ter um valor de sobrevivência, considerando-se o habitat remoto da espécie, pode tê-lo dentro do habitat atual por causa das pressões seletivas culturais vigentes. A permanência das mesmas pressões tornam a resposta adaptativa cada vez mais estruturada; neste sentido, a cultura teria um papel preponderante na seleção e no direcionamento do desenvolvimento de padrões de condutas e, portanto, na modificação dos sistemas comportamentais pré-existentes. Por outro lado, sendo a cultura uma expressão da natureza humana a formulação anterior pode ser invertida, isto é, a criação (ambiente) *via* natureza. Para Bussab e Ribeiro (1998, p. 178), “no exato momento em que a sobrevivência fica afetada pela cultura, começa a se exercer uma pressão seletiva que seleciona o comportamento cultural”. Para eles,

“o ser cultural do homem deve ser entendido como biológico. Há mais do que um jogo de palavras na afirmação de que o homem é naturalmente cultural, ou ainda, de que a chave para a compreensão da natureza humana está na cultura e a chave para a da cultura está na natureza humana. O homem é a um só tempo, criatura e criador da cultura.” (Bussab & Ribeiro, 1998, p. 181 e 182)

E, para Cassirer (1944/1972), o traço distintivo da cultura humana é o seu universo simbólico, constituído pela linguagem, pelo mito, pela arte, pela religião etc. Sobre a linguagem humana, por exemplo, ele diz que, diferentemente de outras espécies, ela possui estrutura sintática e lógica definida, ela é proposicional e, especialmente, possui uma função simbólica. O homem não consegue mais avaliar a realidade sem a

influência desse seu universo simbólico, cuja dimensão vai, por exemplo, desde a linguagem matemática, constituída de símbolos essencialmente conceituais, até a mais profunda linguagem vivencial, constituída de símbolos emotivos, como é o caso da expressão de um grande entusiasmo por ter ingerido uma hóstia consagrada.

Só o cérebro humano, cujo desenvolvimento não encontra precedentes na história natural, é capaz de tão diversificadas nuances de expressão simbólica, mesmo quando há participação de alguma tendência instintiva. Por exemplo, falamos há pouco que a conduta religiosa se baseia no comportamento instintivo de apego na medida em que o indivíduo busca proteção, mas que não se limita a isso. Além dos rituais de oferendas, consagrações etc., com óbvio significado simbólico, existem também a idealização das figuras divinas, com as quais se mantêm relações transferenciais a partir das realidades vividas com as figuras do seu círculo de relacionamento, como, por exemplo, as vivências de gratidão, de respeito etc. Um exemplo, que parece não envolver uma tendência instintiva específica, é a ‘reação de aniversário’, tratada por Cassorla (1982/2004) como uma forma de luto patológico, que eclode por ocasião do aniversário da morte da pessoa amada ou quando o indivíduo completa a idade em que essa pessoa morreu. Como exemplo disso, podemos citar o medo inusitado, em alguém com 42 anos, de sofrer um infarto. Uma explicação possível para esse fato é que a pessoa não se dá conta de que esse sintoma deriva de uma forte identificação inconsciente com o seu pai, falecido de infarto com essa idade. Manifestações emocionais, simbólicas ou não, patológicas ou não, como as contidas nesses dois exemplos, têm recebido originalmente explicações da Psicanálise tradicional, baseadas usualmente nos mecanismos psíquicos. E, provavelmente, nem expressões emocionais simbólicas, nem mecanismos, como o de idealização, serão encontrados fora da espécie humana.

No entanto, a nosso ver, mais do que o simbolismo, são os valores culturais o grande traço distintivo da cultura humana, na medida em que, assimilados, constituem uma “segunda herança” (herança ambiental), altamente diferenciada de outras espécies animais, capaz de determinar, em alto grau, o tipo de personalidade do indivíduo ou, pelo menos, influenciar significativamente a sua vida, criar suas idiossincrasias. Por exemplo, a experiência de perda, naturalmente desprazerosa, pode derivar não apenas do evento em si, mas também, do conceito de perda, cujo significado cultural, altamente depreciativo, foi assimilado emocionalmente. Assim, a perda no sentido conceitual ‘pesa’ mais emocionalmente do que a factual (episódica). Do mesmo modo, o “olhar de Medusa”, isto é, a atribuição de valores ao indivíduo, constrói grandemente a sua auto-imagem, que influirá significativamente na sua conduta, assim como a atribuição de valor a uma idéia pode transformá-la em um mito a ser seguido. Por exemplo, a crença religiosa de que, dando a vida pelo seu deus o indivíduo será glorificado, está em franca contradição com a tendência instintiva de sobrevivência; crê-se também, numa cultura capitalista, que o sucesso pessoal se revela pelo tamanho do patrimônio material alcançado, ou seja, o valor dado à posse de bens materiais faz com que o indivíduo supere largamente aquilo que estava estabelecido pela tendência instintiva de posse nos nossos ancestrais remotos.

Afinal, pelo exposto, devem ter ficado claras ou pelo menos subentendidas algumas semelhanças e dessemelhanças psíquicas entre animais e humanos, pois como afirma Ridley (2003/2004), a diferença e a semelhança podem ser verdadeiras concomitantemente. As semelhanças permitem deduzir pela validade de analogias, especialmente quando se trata de manifestações comportamentais e afetivas filogenéticas, e quando se trata de uma consciência de ‘dar-se conta’. Portanto, se nota a importância de contar com as contribuições da abordagem etológica, que alcança



também a compreensão de algumas manifestações psicopatológicas. Além disso, a Etologia nos dá sólidas informações, na medida em que usa um método científico rigoroso, que descreve o campo e submete as suas hipóteses, calcadas em conceitos operacionais definidos, à verificação empírica. E que, sendo interacionista, contempla não só o estudo dos comportamentos filogenéticos, como também a influência do meio ambiente, que, no caso da espécie humana, é essencialmente constituído pela sua cultura, isto é, pela linguagem, pelo simbolismo, pelos valores morais e não morais, como os vistos nos últimos exemplos, etc. Por essas razões é que Bowlby afirmou, como dissemos, que a Etologia contribuiria para o desenvolvimento da Psicanálise científica, embora não deixasse claro se esta está limitada à Teoria do Apego ou aberta à inclusão de outras teorias etológicas, como a da Posse, por exemplo.

Ao darmos realce à abordagem etológica queremos, apenas, reforçar a idéia de que ela é extremamente útil à uma teoria psicanalítica, tornando-a melhor. Não pretendemos contrapor-la à abordagem psicanalítica, mesmo porque não vemos a possibilidade de prescindir das suas contribuições, especialmente no que tange ao conhecimento dos processos e mecanismos psíquicos, da riqueza simbólica de muitas manifestações psíquicas e da diversidade das motivações humanas, criadas pela rede de associações ideacionais e emotivas de cada indivíduo em particular. Cabe lembrar ainda que, pelo método psicanalítico, se pode alcançar a dimensão intrapsíquica que, muitas vezes, é não manifesta diretamente, ao passo que, pelo método etológico, a observação se mantém em nível do comportamento manifesto. Por outro lado, este é mais confiável do que aquele na medida em que, na situação real, o indivíduo age, não raras vezes, de maneira completamente diferente do que anteriormente expressou verbalmente. Porém, entre o método psicanalítico e o método etológico, para a compreensão do homem, devemos utilizar os dois.

Além dos motivos já expostos, relevantes em si mesmos, o motivo principal de toda a digressão anterior é contextualizar a questão da posse e do comportamento de posse. A dimensão da posse no homem, como a de outras tendências instintivas, não poderia deixar de ser altamente diferenciada da de outras espécies animais, por causa do diferencial qualitativo do seu psiquismo em relação ao alcançado por essas outras espécies e da sofisticada cultura criada por ele. Assim, por exemplo, existe um código escrito sobre o direito de propriedade, que garante ao indivíduo a sua posse, dispensando a sua constante presença no local para defendê-la. Mas a cultura humana não desfez a tendência instintiva de posse no homem e, dessa forma, muitos dos comportamentos de posse são comuns a ele e outras espécies animais. Portanto, não são diferentes, a não ser na forma de expressão, o comportamento de fuga de um animal (em relação a outro) para manter a posse do alimento que carrega na boca, e o comportamento de fuga de um homem para não ter a bolsa roubada de sua mão. Não vemos como diferente também qualquer comportamento de luta a fim de conquistar ou defender um bem (figura de posse) etc. Além disso, a similitude comportamental, existente entre a competição intra-específica do homem e de outras espécies, permite supor a existência de afetos de ciúme e de inveja nestas últimas. Bowlby (1979), por exemplo, discorrendo sobre o desenvolvimento de padrão de conduta, relata que ratos adultos, que sofreram frustração alimentar intermitente no início da vida, tendem a armazenar mais alimento do que os que não tiveram essa experiência. Tal padrão, que categorizamos como de posse reativa, é o mesmo dos usurários humanos. No entanto, muitas pesquisas serão necessárias para que se tenha um melhor conhecimento a respeito da dimensão da posse nas diferentes espécies animais.

Do mesmo modo que os padrões de apego se desenvolvem por causa da relação/interação do indivíduo com as figuras de apego, através do comportamento de

apego, os padrões de posse se desenvolvem por causa da relação/interação do indivíduo com as figuras de posse, através do comportamento de posse e, também, dos ganhos de figuras de posse dadas pelos outros, durante os anos de imaturidade (infância e adolescência). O comportamento de posse, cuja meta-fixada é obter e/ou manter tais figuras, pode realizar-se ou não, pois o indivíduo pode não conquistar ou não manter a sua figura de posse, numa disputa com um rival (privação da figura), ou pode perdê-la por morte, no caso de pessoa ou animal, ou, por destruição ou perda mesmo, no caso de coisas etc. Nas ações independentes da figura de posse (pessoa) ela pode doar-se ou, contrariamente, abandonar o indivíduo, pode agir, doando figuras de posse ou, pelo contrário, tirá-las do indivíduo ou, ainda, frustrar a sua posse. Essas vicissitudes na relação/interação com as figuras de posse são as situações básicas que geram as vivências de posse ou de frustração da posse, as ansiedades (medos) e angústias (dor, pesar, tristeza) de separação e de perda de figuras de posse, o ciúme a elas, a inveja ao outro, a raiva de perda etc. Supomos que essas vivências podem se estruturar em padrões específicos de posse, como os descritos a seguir.

### **Padrões de Posse**

Conforme já expusemos, entendemos por padrão de conduta uma expressão homeorética da personalidade, isto é, uma forma repetitiva de ser. Subentendendo-se nisso os processos, antes citados, de superaprendizagem e de superestruturação de dados mnêmicos, cujos dados, quando reativados por estímulos atuais ou por pensamento corrente e reprocessados por sistemas comportamentais, produzem a mesma resposta. As realidades vividas no início da vida em relação às principais figuras de posse, seja pela sua importância, seja pela sua frequência, ou por ambas, estruturarão os diferentes

tipos de padrão de posse e os relacionados a ela. Cada padrão de posse é, portanto, uma forma pela qual o sistema comportamental filogenético de posse se modifica em virtude das experiências com as principais figuras de posse (aprendizagem), durante os anos de imaturidade (infância e adolescência). Dito de outra maneira, a forma como os indivíduos se comportam, ao longo de suas vidas, em relação à questão da posse, varia em tipo e grau, conforme as suas experiências em relação a ela.

As evidências, dentro e fora da clínica psicológica, mostram que as vivências mais significativas em relação à figura de posse são a da sua obtenção ou a frustração da sua posse, a da sua manutenção, a da sua privação (a figura é tirada do indivíduo por alguém), a da sua perda ou de ameaça de perda da posse, feita pela figura de posse mesma (abandono) ou feita por um rival (disputa), e a do seu ganho gratuito. Viver a posse da figura de posse de maneira segura, viver o risco de perdê-la para outra pessoa, viver a ameaça de abandono por ela, viver a frustração, a privação, o ganho ou a perda da posse são possibilidades que podem ocorrer de maneira sistemática e/ou de forma 'única', mas significativa na vida inicial do indivíduo, predominando muitas vezes uma delas e estruturando nele um tipo específico de padrão de posse. É claro que essa predominância pode ser insignificante, não estruturando um padrão marcadamente diferenciado, mas traços de padrões diferentes.

Com essa ressalva, entendemos que se a vivência de posse, no início da vida, for predominantemente segura em relação às principais figuras de posse, supomos que se estruturará um **padrão de posse segura**; se a vivência for predominantemente a de ameaça de perda da posse de uma (ou mais de uma) pessoa, feita por ela mesma ou ameaça de perda da posse de figuras de posse, feita por outra pessoa (rival), supomos que se estruturará um **padrão de posse ansiosa**; se a vivência for predominantemente a de ter um rival, dividindo ou tentando dividir o usufruto da figura de posse, supomos

que se estruturará um **padrão de posse ciumenta**; e, finalmente, se a vivência for predominantemente a de frustração e/ou privação e/ou perda de figuras de posse, supomos que se estruturará, como reação, um **padrão de posse reativa**. Porém, esse tipo de defesa não é a única resposta possível às vivências de frustração e/ou privação e/ou perda da posse; pode ocorrer também a desativação do comportamento de posse, estruturando um **padrão de desprendimento da posse**. Se a vivência predominante for a de não ter a posse de uma ou mais figuras de posse, que o outro possui, supomos que se estruturará um **padrão invejoso**.

Da mesma forma que os padrões de apego, os de posse, o de não posse (desprendimento) e o invejoso podem ser discriminados por determinados critérios como a manifestação ou a ausência de um ou mais comportamentos, como, por exemplo, o exploratório, o de luta (ou outras manifestações agonísticas), o de coleta, o de armazenagem, o de vigilância, o de controle, o de esconder e, até, o de fugir, e também por sentimentos e desejos, como, por exemplo, os invejosos e ciumentos, além da confiança (segurança), ansiedade e raiva. Quer dizer, se o indivíduo está à procura de uma figura de posse ele deverá manifestar um comportamento exploratório; na aquisição dessa figura, dependendo da configuração situacional, ele deverá apresentar um comportamento de luta pela posse ou, outro, de tomar para si (coletar e armazenar); na manutenção dessa figura, quando a sua posse está ameaçada ou ele não quer dividir o seu usufruto, o indivíduo deverá manifestar os comportamentos de vigilância e de controle sobre ela, de luta pela sua posse, de escondê-la ou de fugir, carregando-a. Devemos dizer, também, que essas situações básicas de interação/relação, isto é, essas realidades vividas são permeadas dos afetos há pouco citados.

**Padrão de posse segura (PS):** Estrutura-se com base em vivências de domínio tranqüilo e constante sobre as figuras de posse. Traduz-se pela confiança (segurança) do

indivíduo de que a figura de posse não vai abandoná-lo, nem de que ela lhe seja tirada ou perdida. Por sentir-se seguro quanto à posse da sua figura de posse, não precisa vigiá-la ou controlá-la (no caso de pessoa ou animal) e pode desfrutar do ambiente ou explorá-lo calmamente, isto é, voltar tranqüilamente a sua atenção para outras coisas. Quando se trata de objetos, especialmente os pessoais, o indivíduo não os esconde dos outros, não tem medo de que se estraguem ou de que não possam ser substituídos, caso acabem por uso ou consumo, e pode emprestá-los sem receio de que se estraguem ou de que não sejam devolvidos. O indivíduo com padrão de posse segura não se preocupa, por exemplo, com a possibilidade de traição por parte do parceiro(a), nem o(a) impede de sair; faz uso dos seus objetos ou os empresta sem se preocupar com o seu desgaste; não se preocupa com o consumo dos alimentos de que dispõe, porque acredita que poderá obtê-lo quando necessitar etc.

**Padrão de posse ansiosa (PA):** Estrutura-se com base em vivências de ameaça de perda da posse da figura de posse (pessoa), feita por ela mesma ou por outra pessoa (rival) ou, ainda, porque já foi privada de alguma forma dessa figura. Traduz-se por uma ansiedade de perda (insegurança) e pelo comportamento de vigiar os movimentos da figura de posse (pessoa ou animal), para ver se não está sendo desconsiderado ou abandonado por ela. O indivíduo tenta controlá-la querendo saber do seu paradeiro e o que fez ou está fazendo para saber se não está correndo um risco maior de que ela lhe seja tirada; nestas circunstâncias, ficam prejudicados ou anulados os seus comportamentos exploratórios ou o seu desfrute do ambiente. No caso de objetos, tem medo de que se acabem ou se deteriorem precocemente, limitando o seu uso ou consumo. Guarda-os para preservá-los ou para não serem perdidos. Esconde-os dos outros para que não lhe sejam tirados e tende também a não emprestá-los por medo de que sejam estragados ou de que não lhe sejam devolvidos. A pessoa com padrão de

posse ansiosa vive sempre com receio, por exemplo, de que os seus objetos pessoais (como roupas, sapatos etc.) se estraguem; por isso, toma cuidado ao usá-los e fica preocupada se chega a emprestá-los. Quer sempre saber onde o seu (sua) parceiro (a) está ou o que fez e onde foi, ou o (a) impede de sair por medo de perdê-lo (la) etc.

**Padrão de posse ciumenta (PC):** Estrutura-se com base em vivências relativas à divisão ou tentativa de divisão do usufruto da figura de posse, feita por um rival. Traduz-se pelo ciúme e pelo comportamento do indivíduo em vigiar a sua figura de posse (pessoa, animal ou objeto) e/ou a controlá-la (no caso de pessoa ou animal) para que não seja usufruída pelo rival, pelo qual manifesta conduta agonística, até o ponto de agressão física. Nestas circunstâncias, o seu desfrute do ambiente ou os seus comportamentos exploratórios ficam anulados ou muito prejudicados. No caso de objetos também pode escondê-los para não serem usufruídos pelos outros e, nesse sentido, tende a não emprestá-los. O indivíduo com padrão de posse ciumenta vigia, por exemplo, a namorada ou está sempre junto para evitar que outra pessoa usufrua dela e fica com ‘cara feia’ se alguém tende para isso; esconde seus objetos pessoais para que os outros não os usem, pois eles são de uso exclusivo seu etc.

**Padrão de posse reativa (PR):** Estrutura-se reativamente contra vivências de frustração e/ou de privação de posse e/ou de perda de figuras de posse. Traduz-se, diferentemente do padrão de desprendimento da posse e do padrão invejoso por uma intensificação do comportamento de posse, como forma de compensação do que foi perdido ou do que não teve, e como defesa contra um novo estado de quase completa falta de provisão, prejudicando a expressão dos comportamentos exploratórios, que não estejam voltados para a posse. Aqui há uma ansiedade de perda muito maior daquela encontrada no padrão de posse ansiosa, isto é, um medo de reviver esse estado de falta, tanto que o indivíduo procura, por um lado, possuir o que for possível e, por outro, não

dispor de suas figuras de posse, resultando no acúmulo da provisão. A pessoa com padrão de posse reativa está sempre guardando, por exemplo, objetos desnecessários, por serem repetidos aos que já tem, ou objetos inúteis, porque não vão ser mais usados. Economiza além do necessário e usa os seus pertences ‘além da conta’; está sempre tentando aumentar o seu patrimônio e/ou guardando dinheiro sem o objetivo de usá-los em proveito próprio, mas apenas para sentir que tem a sua posse, isto é, evitar sentir-se completamente desprovido etc.

**Padrão de desprendimento da posse (DP):** Estrutura-se como defesa contra vivências de frustração e/ou de privação da posse e/ou de perda de figuras de posse, e também contra vivências de culpa pela posse, ou, ainda, de ser forçado a manter a posse (tomar conta do que é seu). Traduz-se, diferentemente do padrão de posse reativa e do padrão invejoso, pela não manifestação do comportamento de posse, desativado por esses tipos de vivência. O indivíduo não vivencia um sentimento de posse, nem mesmo pelas suas figuras de posse e, portanto, não as vigia ou controla, nem as guarda ou esconde, tanto que são facilmente doadas ou descartadas, o que concorre para a falta de provisão. Não manifesta também os seus comportamentos exploratórios para a realização de posse, mas apenas em sentidos diversos. A pessoa com padrão de desprendimento da posse não está interessada na outra a ponto de preocupar-se, por exemplo, em saber o que ela faz ou onde está; no plano material, age desprendidamente doando até mesmo os seus objetos pessoais, dos quais está ainda fazendo pleno uso etc.

**Padrão invejoso (PI):** Estrutura-se com base em vivências de não ter a posse de figuras de posse, que os outros possuem. A falta de posse pode ocorrer por frustração à posse e/ou por privação da posse e/ou por perda de figuras de posse. Traduz-se, diferentemente dos padrões de posse reativa e de desprendimento da posse, pela tendência, em geral mais desiderativa que comportamental, de que a figura de posse do



outro seja destruída, ou que ele perca a sua posse, ou, ainda, que não a alcance. Os comportamentos exploratórios para a realização da posse são frequentemente prejudicados porque o indivíduo se detém sobre as posses do outro, que ele quer desfazer ou impedir, e sente alegria quando se realiza o prejuízo do outro. O indivíduo com esse padrão vive desejando ou mesmo agindo para que o outro, por exemplo, perca a namorada, não tenha sucesso nas vendas, não consiga o emprego, não entre na faculdade, etc.

Outras características observadas nos padrões

Certas observações sobre os afetos presentes nesses padrões são interessantes; por exemplo, a alegria verificada, muitas vezes, quando há prejuízo do outro é a mesma que se verifica num ganho pessoal; os padrões de posse segura e de desprendimento da posse não envolvem a ansiedade de perda como envolve o padrão de posse ansiosa. O padrão de posse reativa também envolve a ansiedade, menos pela possibilidade de o comportamento de posse ser novamente frustrado, e mais pela possibilidade de ocorrer novas privações ou perdas de figuras de posse a ponto de ficar 'sem nada'. Tal ansiedade é, não só, mas também, a resposta natural esperada a tudo que tenda a impedir a realização de tendências instintivas, como já afirmado; porém, a sua manifestação crônica caracteriza um sintoma patológico.

Os padrões que expusemos aqui já estavam presentes, alguns clara e, outros, implicitamente, em dois trabalhos anteriores (Elyseu Jr., 1996 e 2000). Neles, especialmente no último, tais padrões foram explicados como resultados de processos de superaprendizagem e de superestruturação mnêmica de vivências específicas de situações básicas de interação, seguindo o axioma da Psicanálise científica de que o indivíduo é, em grande parte, o reflexo de suas realidades vividas no passado, especialmente no período da infância. Embora essa visão geral não seja exclusiva dessa

escola psicanalítica, a expressão *realidade vivida* é enfatizada por ela não só como uma ocorrência real, mas também como o resultado de processos automáticos de avaliação quantitativa e qualitativa. Com base nisso e com a participação relativa dos processos voluntários de elaboração, a pessoa vai formando os seus modelos ambiental e do *Self* (modelos internos ativos). Embora seja intrapsíquica, a representação mental acompanhada de afetos não deixa de ser uma ‘realidade vivida’ e passível de modificação por novas elaborações, desde que os processos de aprendizagem e de estruturação mnêmica anteriores permitam.

Não deixa de ser interessante mencionar que, nos trabalhos de que falamos há pouco, também se podem ver outros padrões que têm estreita relação com a obtenção, a frustração, a privação, a manutenção da posse de figuras de posse, ou com a sua perda. Por exemplo, o padrão maníaco, que se estrutura, em geral, em virtude do poder vivenciado pelo indivíduo na conquista e/ou na manutenção de figuras de posse e, sobretudo, pelo excessivo atendimento prestado por elas; ou, o padrão depressivo, que implica na estruturação de vivências de perda de figuras de posse ou de perda do poder em relação a elas, embora nessa estruturação o fator concorrente, que parece ser o mais importante, é o amor por essas figuras. Queremos dizer, a perda, do ponto de vista da posse, faz o indivíduo sentir-se apenas empobrecido (vazio), mas, se a figura de posse é amada, ele também se sente triste. Outros exemplos são o padrão narcísico reativo, que, como defesa contra os sentimentos de inferioridade, busca a posse de figuras de posse valorizadas socioculturalmente, e o padrão esquizóide, que se estrutura com base em vivências de frustração de desejos, entre os quais se encontra o desejo de posse. Entretanto, tais padrões não são objetos de estudo do presente trabalho porque as suas estruturações, embora relacionadas à posse, não estão especialmente centradas nela.

Finalmente, cabe mencionar que o padrão de posse predominante tende a manifestar-se de forma consistente em todas as relações do indivíduo em que estão envolvidas as figuras de posse, ainda que nem sempre de forma igualmente evidente. Por exemplo, uma pessoa pode manifestar de forma clara um padrão ciumento em relação ao cônjuge, filhos e amigos, mas em se tratando de assuntos da esfera profissional (cargos e papéis), ou no que tange a seus bens materiais, a identificação da natureza da relação com as figuras de posse tem que se apoiar em indícios indiretos ou mesmo em certo grau de inferência. Esta questão nos remete, portanto, às dificuldades de avaliação dos padrões de posse e à necessidade de se contar com instrumentos válidos para o fazer, o que vem a ser o objetivo no presente trabalho.

## **Objetivos**

### Objetivo geral

Construir e validar uma escala de discriminação de padrões de posse, com base em um instrumento piloto que desenvolvemos.

### Objetivos específicos

1. Realizar análise teórica dos itens já desenvolvidos:
  - 1a. análise semântica dos itens;
  - 1b. análise sobre a pertinência dos itens (validade de conteúdo).
2. Realizar estudo de validação do instrumento:
  - 2a. estimativa da precisão (teste e reteste);
  - 2b. validade de critério;
  - 2c. validade de constructo (análise fatorial e consistência interna).

## MÉTODO

Para cumprirmos os objetivos desse trabalho, de construirmos, com base em um instrumento piloto, uma escala discriminativa de padrões de posse nas categorias segura, ansiosa, ciumenta e reativa, e de mais dois padrões diretamente relacionados a ela, isto é, o de desprendimento da posse e o invejoso, e de realizarmos uma primeira pesquisa de precisão e validade do instrumento, adotamos o modelo de construção de instrumentos de avaliação psicológica proposto por Pasquali (1999), que supõe procedimentos concernentes a três pólos: teórico (exposto na Introdução), empírico (procedimentos experimentais) e analítico (procedimentos estatísticos).

### **Participantes**

A amostra contou com a participação de 296 universitários, sendo 71 de curso de Medicina de uma universidade estadual, 96 dos cursos de Engenharia de Computação (33) e de Análise de Sistemas (63), e 129 dos cursos de Administração de Empresas (49) e de Psicologia (80) de duas universidades particulares, todas situadas numa cidade do interior do Estado de São Paulo. Desses participantes, 84 participaram do reteste, e 30 participaram das entrevistas clínicas.

## **Juizes, Entrevistador e Aplicador**

Cinco psicólogos clínicos de orientação psicodinâmica avaliamos os itens com o objetivo de verificar a adequação da representação comportamental do padrão de posse que cada item pretende medir.

Três psicólogos de orientação psicodinâmica avaliamos quatro entrevistas semi-estruturadas, para a verificação do grau de precisão entre juizes, considerado satisfatório com base em um acordo mínimo de 70%.

Dez estudantes universitários fizeram, por cinco vezes, a análise semântica dos itens e das instruções, contribuindo para a redação final da escala, adequada ao público-alvo.

Realizamos não somente a aplicação da escala no teste e no reteste, como também todas as entrevistas clínicas.

## **Instrumentos**

**Escala piloto de padrões de posse – EPP** - Compõe-se de 68 itens, dos quais 52 foram construídos para representarem comportamentalmente o constructo padrão de posse, segundo as modalidades previstas: segura, ansiosa, ciumenta e reativa, e os padrões de desprendimento da posse e invejoso, relacionados à posse. Esses itens foram idealizados para caracterizar os diferentes tipos de padrões, tanto para pessoas e animais, como para coisas, espaços e bens em geral, e mesmo a combinação desses padrões no mesmo indivíduo. Os 16 itens restantes, supostamente não discriminativos desses padrões, foram construídos como respostas alternativas, apenas para compor a escala. Ela

apresenta inicialmente uma instrução inicial, seguida de perguntas formuladas com base na definição operacional desses constructos, e requer, como resposta aos itens discriminativos, o assinalamento de respostas **sim** ou **não** e a indicação da sua intensidade, graduada em números, como segue: 1 - fraca, 2 - média, 3 - forte, e 4 - demasiada. Para responder aos itens não discriminativos, basta o assinalamento de respostas **sim** ou **não**. Para a aplicação da escala, além das regras gerais de aplicação de um instrumento de avaliação psicológica, é fundamental que o aplicador tenha certeza da correta compreensão das instruções por parte do participante, já que se trata de uma escala de auto-relato. Para a validade dos resultados é essencial que o aplicador siga exatamente as recomendações e instruções do instrumento (Pasquali, 2001). A escala piloto completa e a forma de avaliação se encontram no Anexo A; porém, para se ter uma visão da distribuição dos itens discriminativos em relação aos diferentes tipos de padrões e a relação dos não discriminativos apresentamos a Tabela 1.

**Tabela 1.** Distribuição dos itens segundo os diferentes padrões e quanto aos dois tipos de figura de posse na escala piloto.

Padrões	Pessoas/animais						Padrões	Coisas/espacos etc.					
PS	2a	3b	4c	5a	6c	7d	PS	15c	16a	17c	18b	20a	22c
PA	2c	3c	4b	5c	6a	7c	PA	15b	16b	18a	20b	21b	22b
PC	4a	5d	6b				PC	15a	16c	20c			
PR	7a						PR	17a	19b	21a	22a	23d	
DP	2b	3a	4d	5b	6d	7b	DP	15d	19a	23a	23b		
PI	8b	9c	10b	11a	12b	13a							
Itens não discriminativos													
1a - 1b - 7e - 9a - 9b - 10a - 11b - 12a - 13b - 14a - 14b - 17b - 19c - 21c - 23c													

**Entrevista semi-estruturada sobre padrões de posse** (Anexo B) - Trata-se de uma entrevista clínica semi-estruturada por perguntas, formuladas a partir da definição operacional dos constructos relativos à posse, que podem se desdobrar em novas perguntas, caso a resposta inicial não seja suficiente para caracterizar um dado tipo de padrão de posse. Essa definição envolve, para os objetos, espaços e bens em geral, o comportamento exploratório do ambiente e o de vigilância sobre eles. Envolve ainda os comportamentos de guardar ou esconder, de usar, de emprestar, de economizar ou consumir a figura de posse, e as questões relativas à perda da figura de posse ou à sua privação, obtenção ou manutenção, e a possibilidade de frustração à sua posse. Para as pessoas e animais, a definição operacional envolve o comportamento exploratório do ambiente e o de vigilância e controle sobre eles. Envolve também as questões relativas à perda da figura de posse ou à sua privação, obtenção ou manutenção, e as possibilidades de ser abandonado por ela ou de frustração à sua posse. A entrevista é iniciada com uma pergunta sobre a possível existência de um objeto transicional, tido como a primeira possessão da criança. Seguem-se as perguntas formuladas com base nas definições operacionais antes referidas, que também constituem o referencial para a categorização das respostas. É acordada com o(a) entrevistado(a) a intensidade das respostas dadas por ele (ela), como segue: 1 - fraca, 2 - média, 3 - forte, e 4 - demasiada.

### **Procedimento**

Depois de apresentar o projeto de pesquisa, já qualificado, ao Comitê de Ética da PUC-Campinas e obtida a sua aprovação, realizamos os seguintes passos:

- 1- Os itens da escala, construídos com base na nossa experiência clínica, foram submetidos à análise semântica de dez universitários do público-alvo para verificar se os mesmos e as instruções de aplicação eram bastante inteligíveis para eles. Tal análise se repetiu por cinco vezes pelo fato de alguns itens terem sido reformulados e, outros, acrescentados.
- 2- A seguir, as definições operacionais dos constructos (tipos de padrão) e a escala, já analisada semanticamente, foram enviadas a quatro juizes independentes (psicólogos clínicos de orientação psicodinâmica) para a análise de conteúdo, isto é, para verificarem a adequação ou pertinência das definições operacionais de cada constructo e, também, a adequação ou pertinência dos itens da escala com as definições operacionais de cada constructo. Houve sugestões por parte de dois juizes e, uma pequena parte da escala, reformulada, foi reavaliada por todos.
- 3- Enquanto essa análise de conteúdo estava sendo feita, fizemos, por meio de carta (Anexo C), um pedido formal aos diretores ou coordenadores de seis diferentes cursos de graduação de instituições privadas de ensino, previamente escolhidos, solicitando sua permissão para convidar os estudantes a participarem da pesquisa. À esta carta foram anexados os Objetivos e Método da Pesquisa, além da Escala de Padrões de Posse e a Autorização do Comitê de Ética da PUC-Campinas (Anexo D).
- 4- Após a aprovação dos diretores e coordenadores fomos às salas de aula convidar os estudantes universitários a participarem da pesquisa. Nessa oportunidade eles foram esclarecidos quanto à sua natureza e o que se esperava deles como participantes.



- 5- Os interessados receberam, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo E) para responderem à Escala piloto de Padrões de Posse - EPP, guardando uma cópia para si. A seguir, se submeteram à aplicação da EPP. Nessa etapa, de teste, a amostra foi constituída por participantes das três universidades (N= 296).
- 6- Quatro meses depois, o mesmo procedimento foi utilizado com uma parte da amostra inicial para a realização do reteste (N= 84) . Nessa oportunidade, no entanto, solicitamos que pouco mais de trinta interessados assinassem uma lista, fornecendo o nome e o telefone para posterior agendamento de entrevistas clínicas individuais, a serem usadas como critério externo.
- 7- Feito o agendamento, as entrevistas foram realizadas na universidade de origem do aluno. Na entrevista, os alunos assinaram um novo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo F), especialmente preparado para ela, recebendo uma cópia dele. Completadas as 30 entrevistas clínicas, agradecemos e dispensamos os demais alunos, assinantes da referida lista.
- 8- Durante cada uma das entrevistas clínicas (N= 30), gravadas em fita cassete, fizemos apontamentos sobre as respostas dadas, procurando já categorizá-las conforme os constructos estabelecidos. Depois de cada entrevista, revimos a gravação e terminamos de categorizar as respostas.
- 9- Quatro das trinta entrevistas, escolhidas aleatoriamente, foram fielmente transcritas e enviadas a dois outros juizes independentes para a categorização, segundo a definição operacional dos mesmos constructos, e indicação da intensidade das respostas. O objetivo foi o de verificar a precisão das avaliações feitas por nós três. Uma concordância mínima de

70% entre os juizes atestaria a fidedignidade do critério externo para verificar os coeficientes de correlação entre esse critério e o teste.

10- Finalmente, para as análises estatísticas, construímos as bases de dados com os valores obtidos no teste, no reteste e nas entrevistas, levando-se em consideração o sexo dos participantes e o tipo de figura de posse, ou seja, de pessoas e animais, e de coisas, espaços etc. Nas planilhas do teste e do reteste atribuímos, aos itens não respondidos, valor zero e, aos itens que teoricamente seriam não discriminativos, valor nove. As demais respostas recebiam, como já explicado, valores de 1 a 4. Para a comparação entre os escores obtidos no teste e os obtidos nas entrevistas foi preciso, antes, converter os escores obtidos no primeiro, através do mesmo procedimento usado na quantificação final das respostas das entrevistas, isto é, estimando-se para cada padrão a média das suas intensidades.

## RESULTADOS

### **Análise Descritiva**

Foi avaliada a distribuição das respostas em relação aos padrões de posse segura, ansiosa, ciumenta e reativa, padrão de desprendimento da posse e padrão invejoso, quanto à figura de pessoas e animais, e, exceto o último, quanto à figura de coisas, espaços etc. Para cada caso foram estimadas as frequências absoluta e relativa, segundo a amostra toda (N= 296) e segundo o sexo dos participantes (140 homens e 156 mulheres), como mostra a Tabela 2. A frequência das respostas em cada item, no geral e por sexo, se encontra no Anexo G. Dos participantes, 84 participaram do reteste, e 30 participaram das entrevistas clínicas.

Da amostra inicial de 304 participantes, descartamos oito deles pelos seguintes motivos: a) três deles, apesar de assinalarem as respostas, não indicavam a sua intensidade, b) dois assinalaram um **x** e um assinalou S (sim) e N (não) no lugar reservado para indicar a intensidade, e c) dois deixaram em branco muito mais do que o índice aceitável de 5%, indicado pela literatura, segundo Tabachnick e Fidell (1996, citado por Freitas & Borges-Andrade, 2004).

**Tabela 2.** Frequências absoluta e relativa de respostas no teste, no geral e por sexo, segundo o tipo de padrão.

Padrões quanto à figura de pessoas e animais	Geral (N= 296)	%	Homens (N= 140)	%	Mulheres (N= 156)	%
Posse Segura	259	87,5	128	91,4	131	84,0
Posse Ansiosa	262	88,5	121	86,4	141	90,4
Posse Ciumenta	77	26,0	36	25,7	41	26,3
Posse Reativa	88	29,7	44	31,4	44	28,2
Desprendimento de posse	54	18,2	34	24,3	20	12,8
Padrão Invejoso	282	95,3	132	94,3	150	96,2
Padrões quanto à figura de coisas, espaços etc.	Geral	%	Homens	%	Mulheres	%
Posse Segura	281	94,9	130	92,9	151	96,8
Posse Ansiosa	268	90,5	130	92,9	138	88,5
Posse Ciumenta	90	30,4	47	33,6	43	27,6
Posse Reativa	237	80,1	119	85,0	118	75,6
Desprendimento de posse	111	37,5	50	35,7	61	39,1

A Tabela 2 mostra que, por exemplo, 259 participantes ou 87,5% da amostra (N= 296) responderam a um ou mais itens relativos ao padrão de posse segura, que 262 ou 88,5% responderam a um ou mais itens do padrão de posse ansiosa e assim por diante, o que permite deduzir que, de uma maneira geral, as pessoas apresentam manifestações de diferentes tipos de padrão. Observa-se, também, nessa tabela que a grande maioria apresenta respostas relativas aos padrões de posse segura e ansiosa, seja para a figura de pessoas e animais, seja para a figura de coisas, espaços etc. já que a proporção de respostas em cada um destes padrões gira em torno de 90%, e no padrão de posse segura para a figura de coisas chega a praticamente 95%. O mesmo ocorre com a frequência de respostas no padrão invejoso, que é de 95,3%. Por outro lado, as respostas relativas aos padrões de posse ciumenta e de posse reativa e padrão de desprendimento da posse estão abaixo dos 30%, quanto à figura de pessoas; mas, não quanto à figura de coisas etc., já que as respostas relativas aos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse, embora modestas, alcançam, no geral, 30,4% e 37,5%, respectivamente, e o padrão de posse reativa chega a 80%.

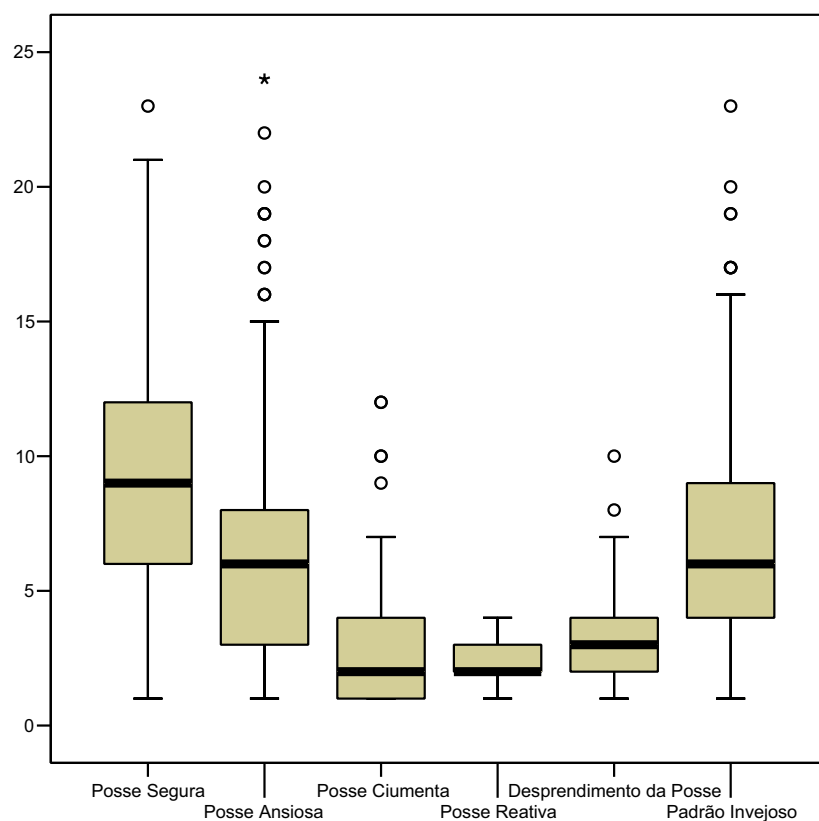
**Tabela 3.** Valores mínimo, máximo, máximo possível, dos quartis, da moda, da mediana e da média da distribuição dos escores em cada padrão, no geral (N= 296).

Padrões quanto à figura de pessoas/animais	Valor mínimo	Valor máximo	Valor máximo possível	Q1*	Moda*	Mediana*	Média*	Q3*
Posse Segura	1	23	24	6	8	9	9	12
Posse Ansiosa	1	24	24	3	6	6	6	8
Posse Ciumenta	1	12	12	1	1	2	3	4
Posse Reativa	1	4	4	2	2	2	2,5	3
Desprend. da Posse	1	10	24	2	2	3	3	4
Padrão Invejoso	1	23	24	4	6	6	7	9
Padrões quanto à figura de coisas, espaços etc.	Valor mínimo	Valor máximo	Valor máximo possível	Q1*	Moda*	Mediana*	Média*	Q3*
Posse Segura	1	19	24	4	8	7	7	9
Posse Ansiosa	1	24	24	3	6	5	6	8
Posse Ciumenta	1	8	12	1	2	2	2,5	3
Posse Reativa	1	14	20	2	3	4	4	6
Desprend. da Posse	1	10	16	1	2	2	2,5	3

\* Valores aproximados para os quartis, a moda, a mediana e a média.

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos escores dos diferentes padrões, nos quais o valor máximo de cada um deles não é necessariamente o mesmo, por causa do número diferente de itens, já que a intensidade máxima de resposta (valor 4) é constante. Nesse sentido, quanto à figura de pessoas e animais, os escores atingem ou são próximos do valor máximo, exceto o padrão de desprendimento da posse, que fica aquém da metade. Os escores da mediana e dos quartis sugerem que praticamente não existe assimetria na curva representativa da distribuição dos escores dos padrões de posse segura e de posse reativa. A assimetria à direita é leve no padrão de posse ansiosa e no padrão invejoso, e acentuada nos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse. Quanto à figura de coisas etc., apenas no padrão de posse ansiosa o valor máximo é atingido, no padrão de posse segura chega a quatro quintos e, nos demais, a dois terços. Nos padrões de posse segura e de posse ansiosa a assimetria à direita é leve, nos padrões de posse ciumenta, de posse reativa e de desprendimento da posse é mais acentuada. A dispersão assimétrica à direita, na maioria dos padrões, sugere uma tendência da amostra a

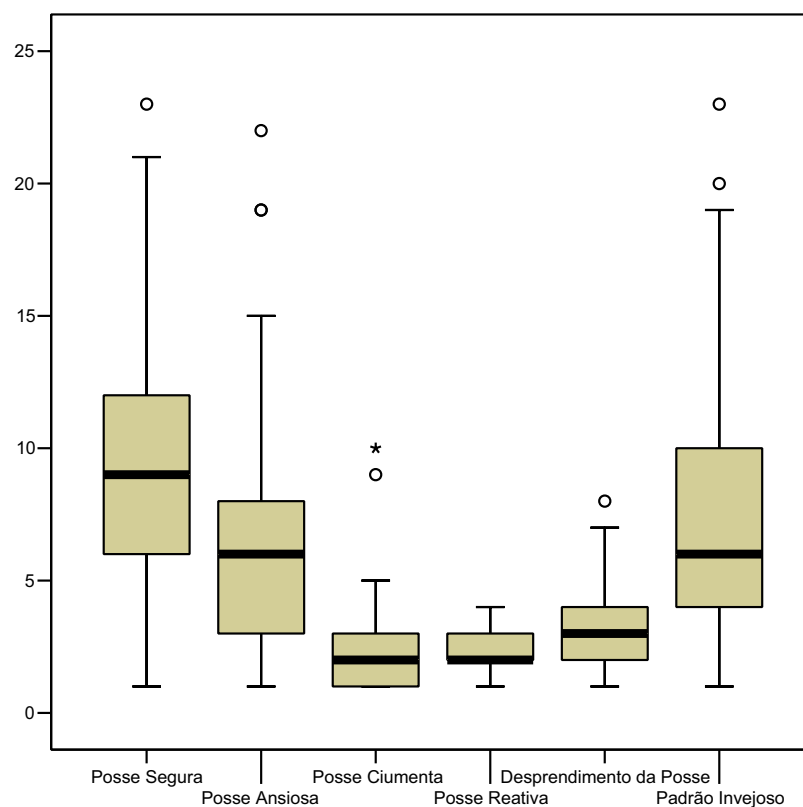
expressar valores baixos quanto à intensidade da resposta. Para melhor visualização da distribuição e dispersão da amostra, quanto aos itens que compõem os diferentes padrões, são apresentados *boxplots* e histogramas.



**Figura 1.** *Boxplots* de padrões relativos à figura de pessoas e animais - Geral.

A Figura 1 apresenta a dispersão de respostas da amostra geral para os seis padrões, referentes à figura de pessoas e animais. Os padrões de posse segura e de posse ansiosa e padrão invejoso apresentam distribuição mais uniforme, com as medianas mais ou menos centralizadas entre os quartis, apesar da sua dispersão indicar uma assimetria à direita, um pouco mais acentuada nos dois últimos casos, pela presença de *outliers*. Quanto ao padrão de posse ciumenta, a dispersão é muito reduzida, com a distância interquartilhar de três pontos. A mediana no valor dois e o primeiro quartil no

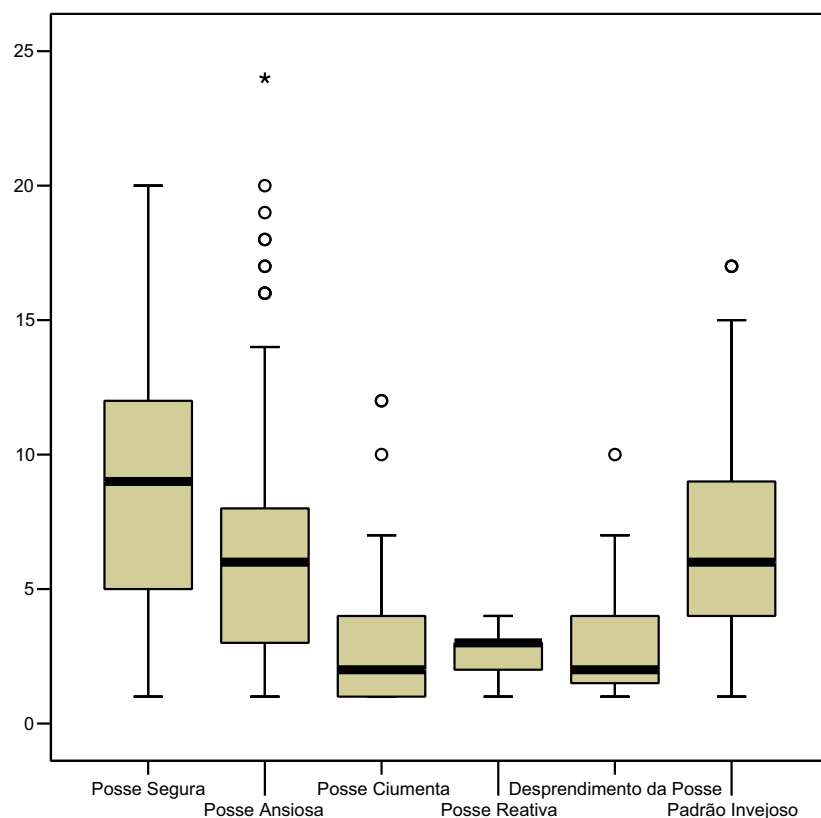
valor um indicam que a intensidade de respostas é muito baixa, não refletindo a suposta dispersão teórica, encontrada no padrão invejoso, seu correlato. Os padrões de posse reativa e de desprendimento seguem a mesma tendência do padrão de posse ciumenta.



**Figura 2.** *Boxplots* de padrões relativos à figura de pessoas e animais - Homens.

A Figura 2 mostra que, entre os homens, os diferentes padrões, quanto à figura de pessoas e animais, apresentam a mediana e os quartis de forma bastante semelhante aos encontrados na amostra geral. Nos padrões de posse segura e de posse ansiosa, e padrão invejoso, além de boa amplitude interquartilhar, as medianas estão mais ou menos centralizadas entre os quartis. Nos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse ela continua centralizada entre os quartis, mas superposta ao primeiro quartil no padrão de posse reativa. Todos esses padrões continuam, também, apresentando dispersão muito reduzida e intensidade de resposta muito baixa. Quanto à

assimetria, ela continua sendo positiva e conserva mais ou menos os mesmos graus encontrados nos padrões correspondentes da amostra geral.

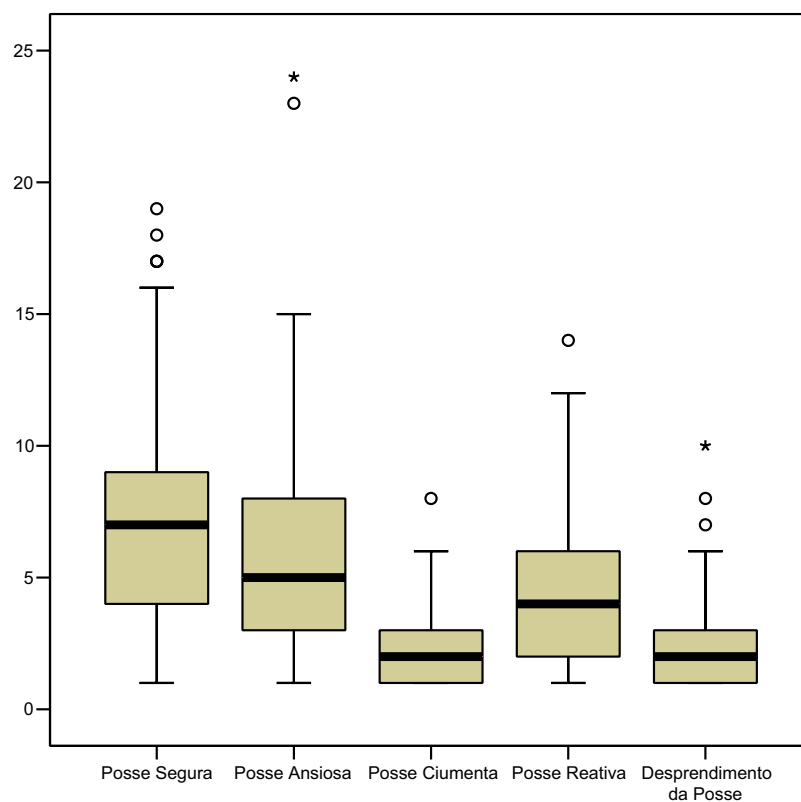


**Figura 3.** *Boxplots* de padrões relativos à figura de pessoas e animais - Mulheres.

Observamos na Figura 3 que, entre as mulheres, os padrões, quanto à figura de pessoas e animais, apresentam a mediana mais ou menos centralizada entre os quartis, à semelhança daquela encontrada na população geral, exceto no padrão de posse reativa, que, de superposta ao primeiro quartil passou a ser superposta ao terceiro quartil, mas porque a distância interquartilhar é de apenas um ponto. Essa distância aumentou um pouco no padrão de posse segura e de desprendimento da posse, mas se manteve mais ou menos igual nos demais padrões. Considerando-se os diferentes escores, praticamente não há assimetria nos padrões de posse segura e de posse reativa, mas ela



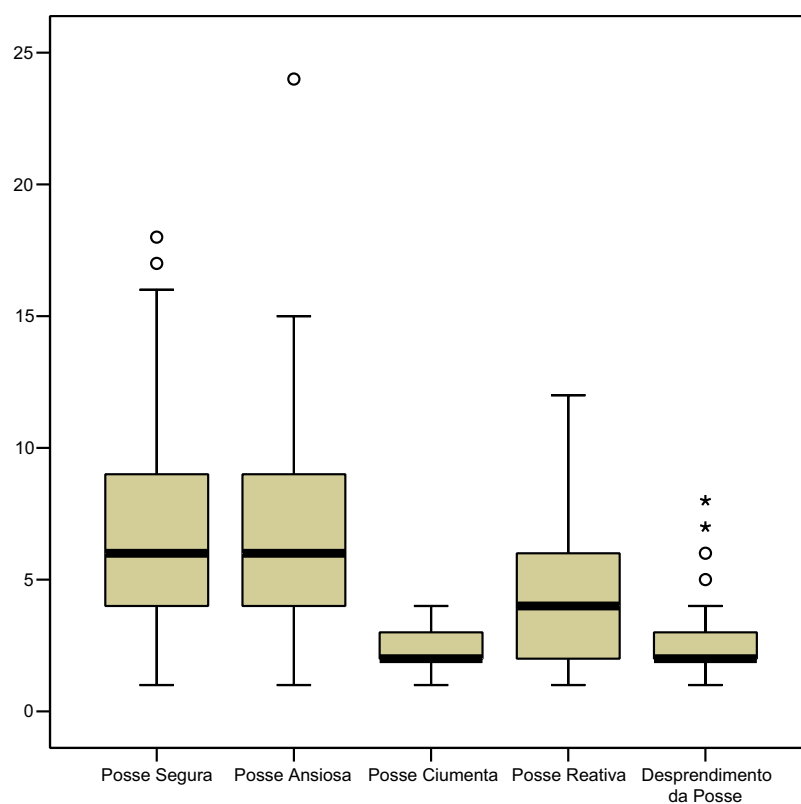
se apresenta de forma positiva e leve no padrão invejoso e mais acentuada nos padrões de posse ciumenta, de desprendimento da posse e de posse ansiosa. Dessa forma, nesse tipo de análise, não se constata grandes diferenças entre os homens e mulheres, e entre esses e a população geral, quanto a esse tipo de figura.



**Figura 4.** *Boxplots* de padrões relativos à figura de coisas etc. – Geral.

Na população geral, os padrões relativos à figura de coisas etc., mostrados na Figura 4, apresentam pequenas diferenças quanto à dispersão verificada em relação à figura de pessoas. A mediana do padrão de posse reativa não se superpõe ao primeiro quartil, como verificado nesse último tipo de figura, seguindo a tendência geral de se apresentar mais ou menos centralizada entre o primeiro e terceiro quartis. Aqui não aparece o padrão invejoso já que não há, obviamente, inveja às coisas. Outra mudança é

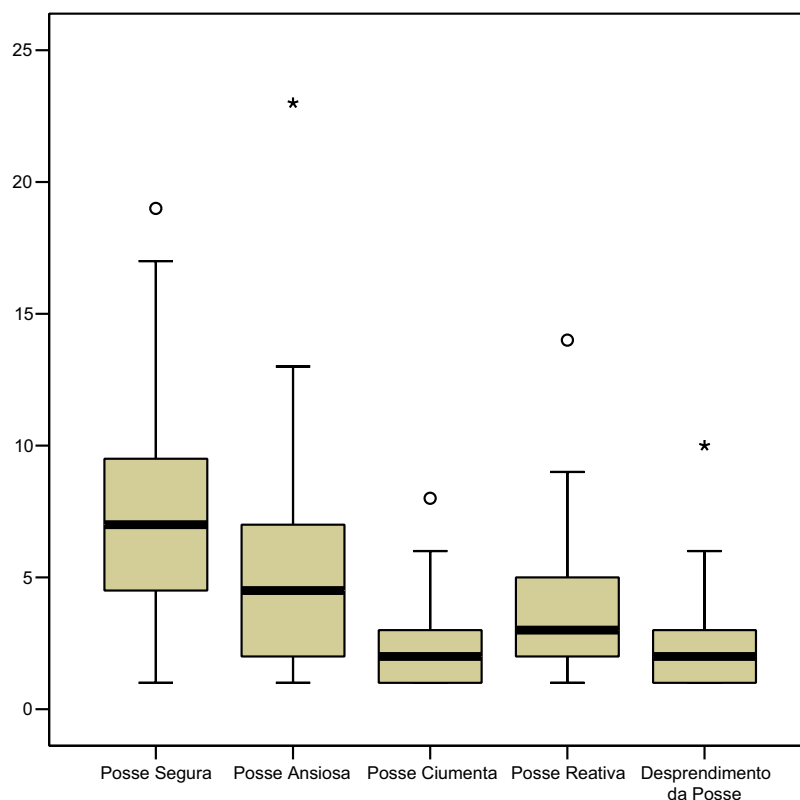
a dispersão bem maior no padrão de posse reativa com a distância interquartilhar de quatro pontos; no entanto, nos padrões de desprendimento da posse e de posse ciumenta essa dispersão é muito reduzida, além de o primeiro quartil se apresentar no valor um, indicando também que a intensidade de suas respostas continua baixa. *Grosso modo*, os mesmos graus de assimetria à direita, verificados nos padrões quanto à figura de pessoas, continuam sendo observados nos seus correspondentes aqui.



**Figura 5.** *Boxplots* de padrões relativos à figura de coisas etc. – Homens.

Na Figura 5, entre os homens, observamos nos padrões quanto à figura de coisas etc. algumas alterações em relação à população geral. A mediana nos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse deixa de ser centralizada entre os quartis e passa a se superpor ao primeiro quartil. Porém, ela se mantém mais ou menos centralizada

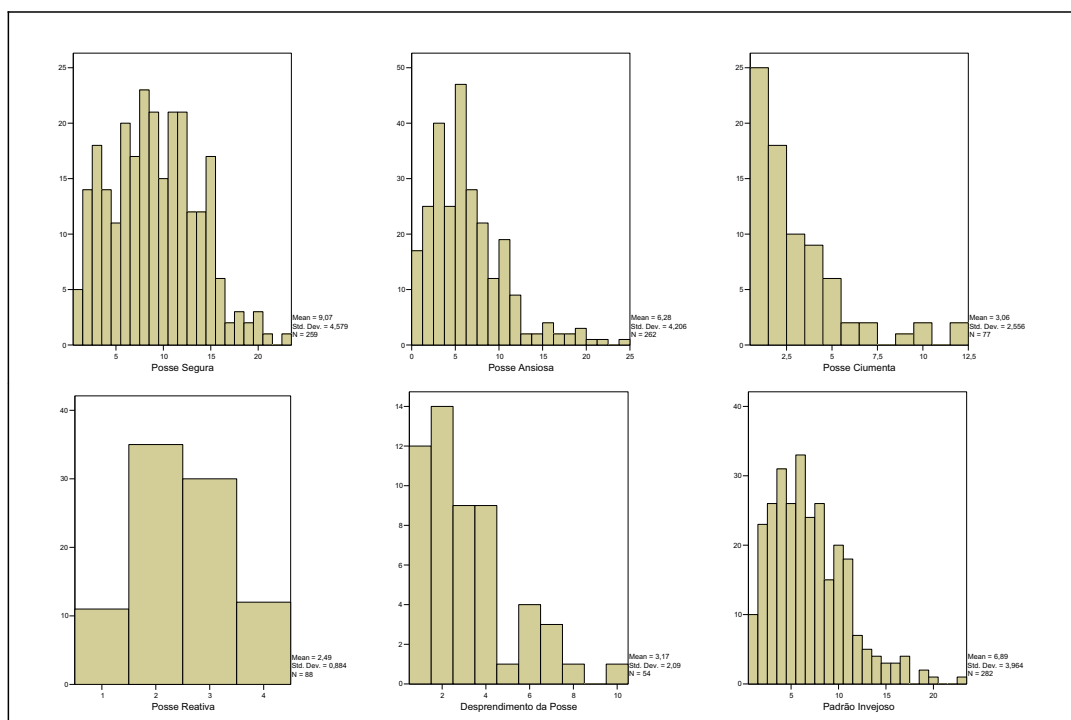
entre os quartis nos padrões de posse segura e de posse ansiosa, os quais continuam mantendo boa amplitude interquartilhar, o que não se verifica naqueles padrões, especialmente no padrão de posse ciumenta que passa de dois pontos para um. Por outro lado, a assimetria à direita se manteve mais ou menos igual à encontrada na população em geral, quanto aos diferentes padrões, relativos a esse tipo de figura.



**Figura 6.** *Boxplots* de padrões relativos à figura de coisas etc. – Mulheres.

A Figura 6 apresenta, na amostra feminina, os diferentes padrões, quanto à figura de coisas etc., nos quais as dispersões são bastante semelhantes às encontradas na amostra geral, apresentando as medianas mais ou menos centralizadas entre o primeiro e terceiro quartis e mantendo as mesmas distâncias interquartilhares. Praticamente não há assimetria no padrão de posse segura, mas ela se apresenta, leve e à direita, nos padrões

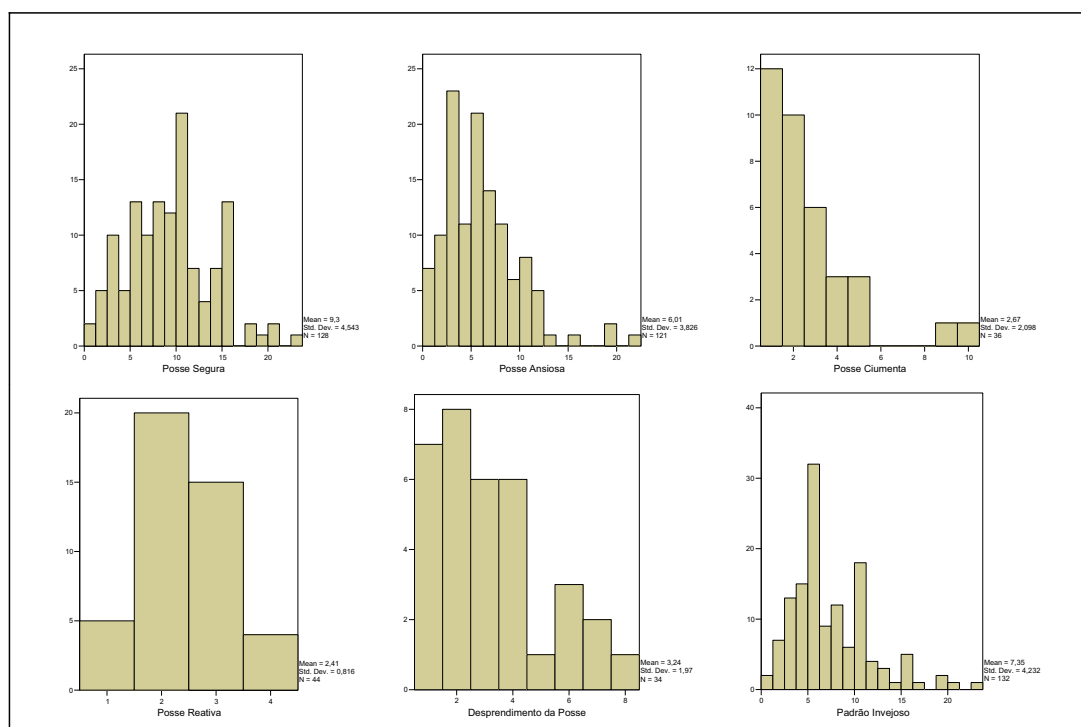
de posse ansiosa e de posse reativa e acentuada nos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse. Pela análise dos *boxplots*, quanto à figura de coisas etc., não se constata grandes diferenças entre os homens e mulheres, e entre esses e a população geral.



**Figura 7.** Histogramas de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Geral.

A Figura 7 mostra os histogramas dos diferentes padrões quanto à figura de pessoas e animais na amostra geral. O histograma do padrão de posse segura apresenta a moda em torno de oito, com dispersão levemente assimétrica à direita, tal qual o padrão de posse reativa em que a moda é dois. Com uma assimetria positiva um pouco maior estão os padrões de posse ansiosa e invejoso, ambos com a moda em torno de seis. Ela só se torna bem acentuada, no mesmo sentido, nos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse, com as modas nos valores um e dois, respectivamente. Esses

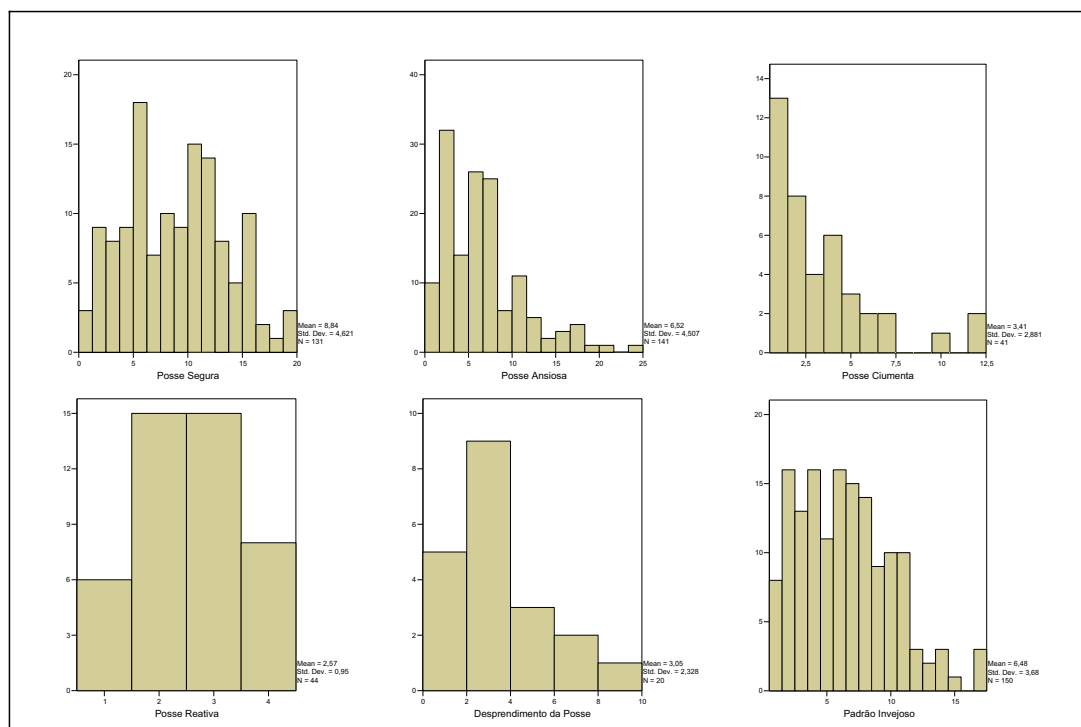
padrões, especialmente o de posse ciumenta, contrariam a expectativa de uma distribuição mais próxima da encontrada no padrão de posse ansiosa e no padrão invejoso.



**Figura 8.** Histogramas de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Homens.

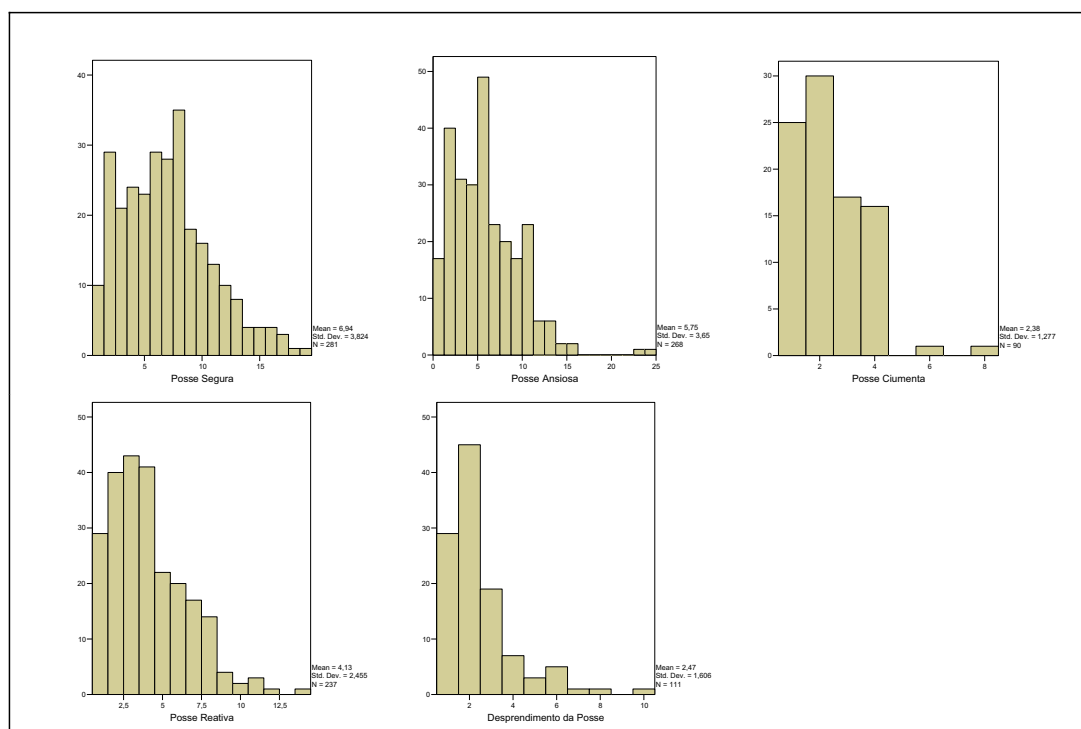
Os histogramas dos diferentes padrões, quanto à figura de pessoas e animais, na população masculina, mostrados na Figura 8 repetem os mesmos graus de assimetria à direita encontrados nos histogramas da população geral. A moda se mantém a mesma nos diferentes histogramas, exceto nos dos padrões de posse segura e de posse ansiosa, aumentada para onze no primeiro e diminuída para três, no segundo. Verifica-se novamente uma assimetria acentuada à direita nos histogramas dos padrões de desprendimento da posse e de posse ciumenta, este último em desacordo com a suposta

dispersão teórica, que esperávamos ser semelhante à do padrão de posse ansiosa e, também, do padrão invejoso.



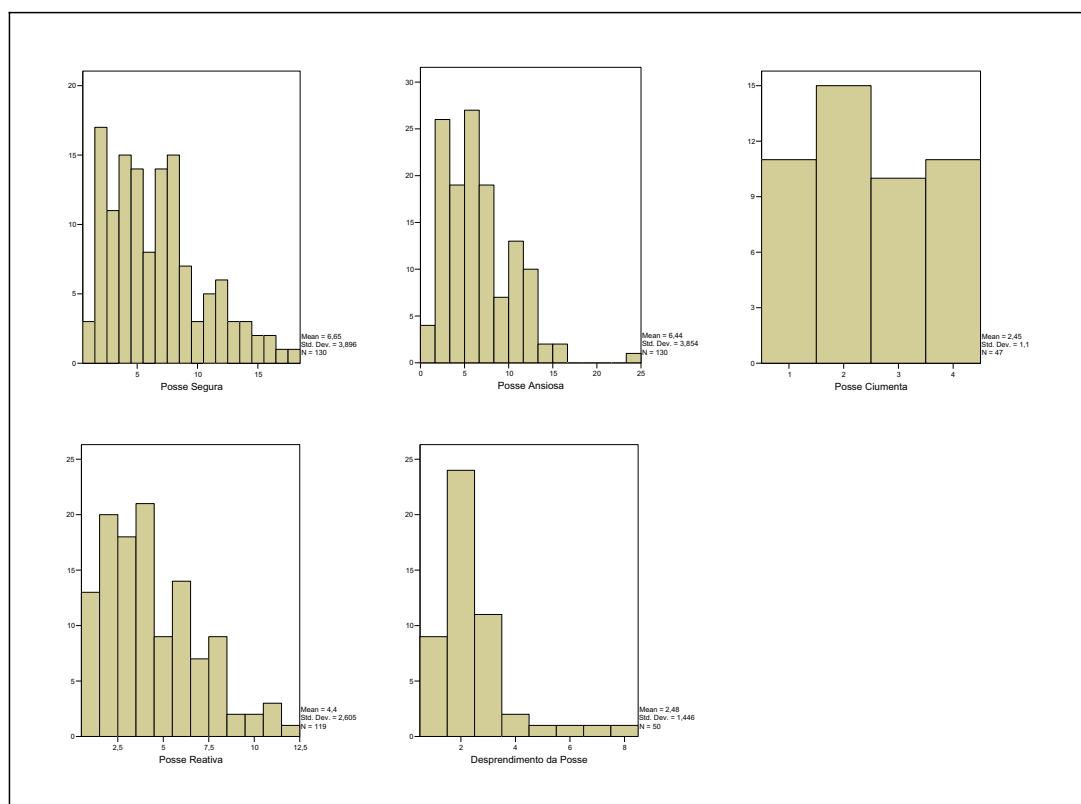
**Figura 9.** Histogramas de padrões relativos à figura de pessoas e animais – Mulheres.

A Figura 9 mostra os histogramas dos diferentes padrões, quanto à figura de coisas, espaços etc., na população feminina. Verificamos uma dispersão praticamente simétrica no histograma do padrão de posse reativa com a sua moda em torno de três. No padrão de posse segura já aparece uma leve assimetria à direita, e a sua moda se apresenta ao redor de seis. Nos demais padrões, essa tendência à assimetria positiva é mais acentuada, especialmente no padrão de posse ansiosa, com a moda caindo de seis para dois, tendo como referencial o escore da população geral. Não se observa, *grossomodo*, grandes diferenças nas distribuições e dispersões entre a amostra feminina e a geral, quanto à esse tipo de figura de posse.



**Figura 10.** Histogramas de padrões relativos à figura de coisas, espaços etc. – Geral.

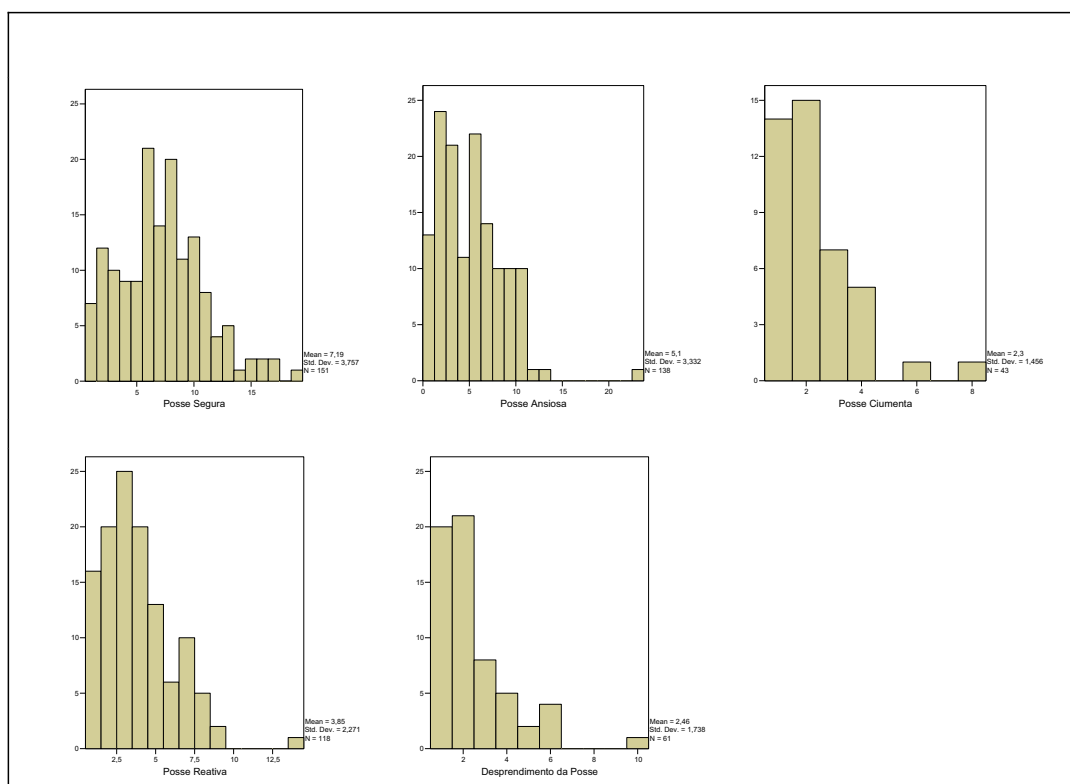
A Figura 10 mostra os histogramas dos diferentes padrões, quanto à figura de coisas, espaços etc., na população geral. Com a moda em torno de oito, como no caso da figura de pessoas e animais, o histograma do padrão de posse segura apresenta uma leve assimetria à direita, tal qual a dos padrões de posse ansiosa e de posse reativa, com as suas modas próximas de seis e de três, respectivamente. A assimetria positiva é mais acentuada nos histogramas dos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse, ambos com a moda no valor dois. Assim, de uma maneira geral, as mesmas tendências de dispersão, que encontramos nos diferentes padrões da amostra geral, quanto à figura de pessoas e animais, são encontradas nos mesmos padrões, quanto à figura de coisas, espaços etc.



**Figura 11.** Histogramas de padrões relativos à figura de coisas, espaços etc. – Homens.

A Figura 11 apresenta os histogramas dos padrões da masculina, quanto à figura de coisas, espaços etc. Existe uma leve assimetria à direita no padrão de posse ansiosa, muito semelhante à encontrada na população geral, com a mesma moda em seis. Já no histograma do padrão de posse segura a assimetria ficou mais acentuada à direita, tendo a moda caído de oito para dois pontos em relação à amostra total. Os histogramas dos padrões de posse reativa e de desprendimento da posse apresentam também os mesmos graus de assimetria e as mesmas tendências de dispersão observados nos padrões correspondentes da amostra geral. No entanto, no padrão de posse ciumenta, embora a moda continue em dois, a assimetria observada já não é tão acentuada.





**Figura 12.** Histogramas de padrões relativos à figura de coisas, espaços etc. – Mulheres.

Nos histogramas dos padrões da amostra feminina, quanto à figura de coisas, espaços etc., mostrados na Figura 12, observamos uma leve assimetria à direita apenas no padrão de posse segura, com a moda situada ao redor de seis. Com uma assimetria positiva um pouco maior estão os padrões de posse reativa e de posse ansiosa. Nesse último padrão a moda cai de seis para dois em relação à amostra geral. Nos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse a assimetria à direita é bem acentuada, e ambos apresentam a moda no valor dois. Pela análise dos histogramas não se observa, também, grandes diferenças dos diferentes padrões entre a amostra feminina e geral.

Sintetizando, a análise descritiva nos mostrou a existência de escores baixos, com dispersão pequena; e, mais reduzida ainda para os padrões de posse ciumenta, posse reativa (exceto para a figura de coisas) e desprendimento da posse. As medidas de tendência central não apresentaram diferenças significantes entre si, como mostra a Tabela 3, quanto a cada tipo de padrão e de figura de posse na amostra geral, fato esse observado também nas e entre as amostras por sexo. A assimetria sempre foi positiva, variando de leve nos padrões de posse segura, posse ansiosa, posse reativa (exceto para a figura de coisas) e padrão invejoso até acentuada nos padrões de posse ciumenta e de desprendimento da posse.

### **Validade de Conteúdo**

A análise da adequação da representação comportamental (itens) dos diferentes padrões, foi feita de forma independente por cinco psicólogos clínicos de orientação psicanalítica, entre os quais nos incluímos. Uma concordância de ao menos 80% entre os cinco juízes indicaria a pertinência do item (Pasquali, 1999), o qual, conseqüentemente, seria retido. Alguns itens que não tinham atingido esse nível de concordância foram reformulados e novamente submetidos à avaliação dos juízes e, afinal, 68 itens atingiram o índice e, portanto, foram retidos. A proporção de acordo entre eles, dada pela razão do número total de acordos obtidos (612) pelo número total de acordos possíveis (680) foi de 90%. O coeficiente Kappa, uma medida freqüentemente utilizada para medir a concordância entre avaliadores, foi de 0,88 ( $p$ -valor = 0,00), revelando, portanto, uma concordância excelente entre os juizes quanto à categorização dos itens. O Anexo H mostra a tabela de categorização dos itens da escala pelos cinco juizes.

### Precisão por teste e reteste

Para o estudo de precisão foram aplicadas 85 escalas no reteste, mas uma foi descartada por deixar de responder mais de 5% das respostas. A precisão do teste-reteste foi adequadamente avaliada (Siegel, 1956/1981) pelo Coeficiente de correlação por postos de Spearman ( $r_s$ ) sobre a intensidade das respostas. Os coeficientes das correlações por padrão são apresentados na Tabela 4, considerando-se a amostra no geral (N= 84) e, também, separada por sexo (homens: N= 38, e mulheres: N= 46).

**Tabela 4.** Coeficientes de correlação por postos de Spearman ( $r_s$ ) no teste-reteste, no geral e por sexo.

	Geral (N= 84)		Homens (N= 38)		Mulheres (N= 46)	
	$r_s$	p-valor	$r_s$	p-valor	$r_s$	p-valor
Padrões quanto à figura de pessoas e animais						
Posse Segura	<b>0,63</b>	0,00	<b>0,61</b>	0,00	<b>0,63</b>	0,00
Posse Ansiosa	<b>0,62</b>	0,00	<b>0,59</b>	0,00	<b>0,66</b>	0,00
Posse Ciumenta	0,49	0,00	0,46	0,00	0,35	0,02
Posse Reativa	0,39	0,00	0,24	0,15	0,52	0,00
Desprend/to da Posse	0,16	0,14	-0,17	0,32	0,42	0,00
Padrão Invejoso	<b>0,66</b>	0,00	<b>0,73</b>	0,00	<b>0,61</b>	0,00
Itens teoricamente não discriminativos*	<b>0,58</b>	0,00	<b>0,66</b>	0,00	<b>0,55</b>	0,00
Padrões quanto à figura de coisas, espaços etc.						
Posse Segura	<b>0,59</b>	0,00	<b>0,57</b>	0,00	<b>0,59</b>	0,00
Posse Ansiosa	<b>0,55</b>	0,00	<b>0,60</b>	0,00	<b>0,49</b>	0,00
Posse Ciumenta	0,45	0,00	0,38	0,02	0,47	0,00
Posse Reativa	0,42	0,00	0,38	0,02	0,42	0,00
Desprend/to da Posse	0,33	0,00	0,35	0,03	0,32	0,03
Itens teoricamente não discriminativos**	<b>0,54</b>	0,00	<b>0,48</b>	0,00	<b>0,57</b>	0,00

\* 1a – 1b – 7e – 8a – 9a – 9b – 10a – 11b – 12a – 13b.

\*\* 14a – 14b – 17b – 19c – 21c – 23c.

No geral, os coeficientes foram modestos, mas significantes, tendo oscilado entre 0,32 e 0,73. Os mais altos são os dos padrões de posse segura e de posse ansiosa e do padrão invejoso. Por outro lado, observamos um valor muito baixos para o padrão de posse reativa (0,24) e para o padrão de desprendimento da posse (-0,17), ambos dos

homens e quanto à figura de pessoas e animais. Estimamos também a correlação dos itens teoricamente não discriminativos, por se constituírem em opção de resposta, verificando coeficientes significantes em torno 0,55 no geral e por sexo, tanto para a figura de pessoas, quanto para a figura de coisas etc. De uma maneira geral, não se observou grandes diferenças entre os coeficientes de correlação na análise geral e por sexo, exceto para os casos já citados. Podemos dizer que o instrumento revela estabilidade temporal aceitável para os padrões de posse segura e ansiosa assim como para o padrão invejoso. Quanto aos demais, a estabilidade pode ser considerada fraca.

### **Validade de Critério**

Para o estudo da Validade de Critério, uma parcela da amostra (N= 30) foi submetida a entrevistas clínicas semi-estruturadas, usadas como critério externo. Para a estimativa da precisão do critério externo nós e outros dois juizes avaliamos de maneira independente quatro dessas entrevistas, transcritas fielmente, categorizando-as segundo os diferentes tipos de padrões, e quantificando-as segundo a intensidade das respostas: 1-fraca, 2-média, 3-forte, e 4-demasiada. A tabela de categorização e quantificação das respostas das quatro entrevistas, realizada pelos três juizes, encontra-se no Anexo I. Nessa tabela, a atribuição do valor zero significa que não houve respostas para serem categorizadas e, portanto, não significa intensidade das mesmas.

A proporção de acordos entre esses três juizes para as quatro entrevistas, dada pela razão entre o número total de acordos obtidos (92) e o número total de acordos possíveis (132), é de 0,69, e os índices de acordo pelo coeficiente Kappa, que elimina os acordos ao acaso, são de 0,51 (para os juizes 1 e 2), de 0,43 (para os juizes 1 e 3) e de 0,73 (para os juizes 2 e 3). Trata-se portanto de índices que apontam para um grau de

acordo entre aceitável e bom, segundo Cicchetti e Sparrow (1981, citado por Garb, 1998), para quem a precisão avaliada por coeficiente Kappa ou por correlação intraclasse é considerada pobre para valores inferiores a 0,40; aceitável, para valores entre 0,40 e 0,59 ; boa para valores entre 0,60 e 0,74; e excelente se superiores a 0,75. Como a precisão dos julgamentos foi considerada entre aceitável e boa, realizamos a avaliação das demais entrevistas clínicas (Anexo J).

Para o pareamento dos escores dados à escala no teste com os das entrevistas, dado que a quantidade de respostas e sua intensidade é variável, foi preciso converter os escores da escala do mesmo modo que foi feito quanto às entrevistas, isto é, estimando-se para cada padrão a média de intensidade de suas respostas (soma das intensidades das respostas dividida pelo número delas). Os valores obtidos para a escala são apresentados no Anexo K. Os coeficientes de correlação por postos de Spearman entre os escores convertidos da escala e da entrevista, considerando-se as pessoas no geral e, também, separadas por sexo, isto é, 15 homens e 15 mulheres, são mostrados na Tabela 5.

**Tabela 5.** Coeficientes de correlação por postos de Spearman ( $r_s$ ) da escala e entrevista, no geral e por sexo.

	Geral (N= 30)		Homens (N= 15)		Mulheres (N= 15)	
	$r_s$	p-valor	$r_s$	p-valor	$r_s$	p-valor
Padrões quanto à figura de pessoas e animais						
Posse Segura	<b>0,65</b>	0,00	<b>0,44</b>	0,10	<b>0,75</b>	0,00
Posse Ansiosa	<b>0,73</b>	0,00	<b>0,58</b>	0,02	<b>0,83</b>	0,00
Posse Ciumenta	0,24	0,19	0,02	0,95	<b>0,51</b>	0,05
Posse Reativa	0,17	0,36	0,22	0,43	.	.
Desprend/to de Posse	0,27	0,14	-0,07	0,80	<b>0,48</b>	0,07
Invejoso	<b>0,65</b>	0,00	<b>0,60</b>	0,02	<b>0,70</b>	0,00
Padrões quanto à figura de coisas, espaços etc.						
Posse Segura	<b>0,51</b>	0,00	0,13	0,64	<b>0,90</b>	0,00
Posse Ansiosa	0,37	0,05	0,39	0,15	0,42	0,12
Posse Ciumenta	<b>0,54</b>	0,00	0,38	0,16	<b>0,72</b>	0,00
Posse Reativa	0,22	0,25	0,25	0,37	0,07	0,80
Desprend/to de Posse	-0,01	0,96	0,03	0,93	0,05	0,85

Podemos verificar que os padrões de posse segura e de posse ansiosa, e o padrão invejoso, quanto à figura de pessoas e animais, apresentam correlações significantes ( $p < 0,05$ ), tanto no geral, quanto para as mulheres, em que os coeficientes foram até mais altos que para amostra geral. Na amostra masculina observamos correlações significantes apenas na posse ansiosa e no padrão invejoso.

Nos padrões quanto à figura de coisas, espaço, etc, observamos correlações significantes ( $p < 0,05$ ), para a posse segura e posse ciumenta, para a amostra geral e feminina, e na posse ansiosa da amostra geral. Na amostra masculina, não observamos correlações significantes para nenhum padrão.

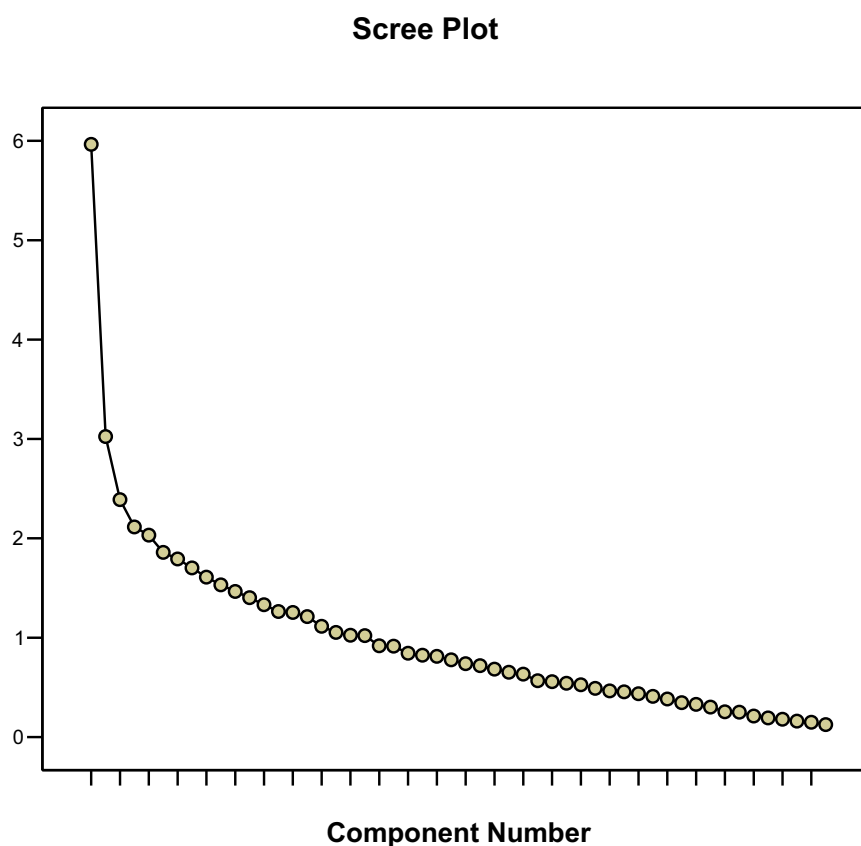
### **Validade de Constructo**

Dentre os 68 itens da escala, os itens, 1a, 1b, 14a e 14b não se destinavam a medirem a natureza da posse, mas verificar se o sujeito admitia ou não a posse de pessoas/ animais e de coisas etc., e os itens 7e, 8a, 9a, 9b, 10a, 11b, 12a, 13b, 17b, 19c, 21c, e 23c foram formulados para servirem apenas de alternativa de resposta. Sendo assim, todos eles foram excluídos da análise fatorial; portanto, para essa análise, foram utilizados apenas os 52 itens restantes, formulados para medir a natureza da posse, segundo uma escala do tipo Likert, de 1 a 4.

Para a definição do número de fatores a serem retidos foram utilizados os seguintes critérios: a) fatores com *eigenvalue*  $> 1$ , b) porcentagem da variância explicada pelo fator  $> 3\%$ , c) análise do *scree-plot* e d) alinhamento com a expectativa teórica.

Em relação ao primeiro critério, 20 fatores apresentaram autovalor superior a 1,0, explicando, em conjunto, 69,53% da variância. Quanto ao segundo critério, foram os nove primeiros que satisfizeram essa condição, explicando, em conjunto, cerca de

43,24% da variância. Tais dados podem ser verificados no Anexo L. A análise do *scree-plot* apontou que a solução de três fatores seria a mais satisfatória (Figura 13). De fato, apesar de as soluções de quatro e cinco fatores terem sido examinadas, a solução de três fatores foi a que melhor contemplou o quarto critério, com fatores mais interpretáveis e um maior aproveitamento de itens.



**Figura 13.** Gráfico dos 52 autovalores (*eigenvalues*).

A rotação Oblimin desses três fatores mostrou que eles explicavam 21,88% da variância (Tabela 6). Foram retidos os itens que apresentaram carga igual ou superior a 0,30 em apenas um dos fatores e que se mostraram congruentes teoricamente com os demais itens do fator. Dessa forma, foram excluídos respectivamente os chamados itens

complexos com carga de retenção em mais de um componente e também os que não se alinharam teoricamente com os demais itens no fator.

**Tabela 6.** Fatores pelo método de análise dos componentes principais (rotação Oblimin).

Componentes	Autovalores Iniciais		
	Total	% da Variância	% Cumulativa
1	5,965	11,470	11,470
2	3,024	5,815	17,286
3	2,389	4,595	21,880

Na Tabela 7 apresentamos, as cargas fatoriais dos itens, destacando em negrito os com carga igual ou superior a 0,30. Temos, no **Fator 1**, 12 itens referentes à posse de pessoas e animais, sendo 4 com carga negativa (2a, 4c, 5a e 6c, teoricamente, itens de posse segura), 7 com carga positiva (2c, 4b, 5c e 6a, teoricamente, itens de posse ansiosa, e 4a, 5d e 6b, itens de posse ciumenta) e 1 item complexo (3b) a ser, portanto, excluído;

**Tabela 7.** Cargas fatoriais dos 52 itens rotacionados em 3 fatores.

Itens	Componentes		
	1	2	3
2a	<b>-0,545</b>	-0,070	0,032
2b	-0,008	0,055	<b>0,377</b>
2c	<b>0,584</b>	0,117	-0,076
3a	0,012	0,062	<b>0,414</b>
3b	<b>-0,360*</b>	-0,034	<b>0,334*</b>
3c	0,283	0,190	<b>-0,362*</b>
4a	<b>0,574</b>	0,007	-0,047



4b	<b>0,624</b>	0,226	-0,104
4c	<b>-0,657</b>	0,055	-0,056
4d	0,033	-0,020	<b>0,586</b>
5a	<b>-0,717</b>	0,031	-0,177
5b	0,097	0,122	<b>0,684</b>
5c	<b>0,720</b>	0,050	-0,112
5d	<b>0,503</b>	0,064	-0,005
6a	<b>0,589</b>	-0,016	-0,200
6b	<b>0,480</b>	0,266	0,151
6c	<b>-0,611</b>	0,035	0,039
6d	0,026	-0,030	<b>0,564</b>
7a	0,117	-0,042	-0,098
7b	0,165	0,253	0,151
7c	0,083	0,273	-0,286
7d	-0,135	-0,124	0,261
8b	0,142	<b>0,381*</b>	-0,036
9c	-0,004	<b>0,314*</b>	0,117
10b	-0,025	<b>0,397*</b>	0,073
11a	0,151	<b>0,316*</b>	0,042
12b	0,124	0,135	0,002
13a	-0,018	<b>0,410*</b>	0,041
15a	-0,017	<b>0,440</b>	-0,135
15b	0,238	<b>0,329</b>	0,136
15c	-0,092	-0,217	0,041
15d	0,061	<b>-0,327*</b>	0,092
16a	-0,057	<b>-0,405</b>	0,057
16b	0,039	<b>0,543</b>	-0,062
16c	0,257	0,079	0,185
17a	0,126	-0,010	0,057
17c	-0,201	0,112	0,115
18a	-0,148	<b>0,583</b>	-0,297
18b	0,144	<b>-0,500*</b>	<b>0,343*</b>
19a	0,207	-0,262	-0,045
19b	-0,088	<b>0,353*</b>	0,059
20a	-0,056	<b>-0,453</b>	-0,064
20b	-0,034	<b>0,501</b>	0,032
20c	0,152	0,207	0,129
21a	-0,028	-0,007	0,064
21b	0,013	<b>0,380</b>	0,077
22a	0,202	0,249	0,123
22b	0,027	<b>0,344</b>	-0,082
22c	0,032	-0,258	0,048
23a	0,031	-0,218	0,224
23b	0,189	-0,069	-0,008
23d	0,012	<b>0,462*</b>	0,086

Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.  
Método de Rotação: Oblimin com Normalização Kaiser.

**Fator 2:** Reúne basicamente itens de posse de coisas, espaços, etc. Dezoito itens tiveram carga no segundo fator, sendo 3 com carga negativa (16a e 20a, teoricamente, itens de posse segura, e o item 15d, supostamente, item de desprendimento da posse), 14 com carga positiva (8b, 9c, 10b, 11a e 13a, supostamente, itens de padrão invejoso - os únicos relativos à figura de pessoas e animais, 15b, 16b, 18a, 20b, 21b e 22b, teoricamente, itens de posse ansiosa, 19b e 23d, itens de posse reativa, e 15a, item de posse ciumenta), e 1 item complexo (18b), a ser excluído. Os itens 8b, 9c, 10b, 11a e 13a, de padrão invejoso, o item 15 d, de desprendimento da posse, e os itens 19b e 23d, de posse reativa também devem ser excluídos porque não se alinham teoricamente com os outros no fator 2;

**Fator 3:** 6 itens relativos à figura de posse de pessoas e animais, sendo 5 com carga positiva (2b, 3a, 4d, 5b e 6d, teoricamente, itens de desprendimento da posse), e 1 com carga negativa (3c, supostamente, item de posse ansiosa). Esse item (3c) deve ser excluído por não se alinhar com os demais nesse fator.

Avaliando o conjunto de itens retidos de cada fator, observamos que:

1. Os itens agrupados no fator 1 se referem, tão-somente a um tipo geral de figura de posse, isto é, a pessoas e animais, e os itens agrupados no fator 2, com exceção dos itens 8b, 9c, 10b, 11a e 13a, relativos teoricamente ao padrão invejoso e já eliminados, se referem a outro tipo geral de figura de posse, ou seja, coisas, espaços, privilégios etc., o que permite interpretar que as pessoas tratam diferentemente esses dois tipos gerais de figura de posse;
2. Os fatores 1 e 2 agrupam itens que teoricamente correspondem à posse segura, à posse ansiosa e à posse ciumenta; dispondo-se em pólos opostos. Isto é, todos os 4 itens com carga negativa, consistentemente agrupados no fator 1, se referem teoricamente à posse segura, e todos os 7 itens com carga

positiva também agrupados nesse fator se referem à posse ansiosa (4 itens) e à posse ciumenta (3 itens). O mesmo se verifica no fator 2, no qual os 2 itens com carga negativa se referem à posse segura, e dos 7 itens com carga positiva 6 se referem à posse ansiosa e 1 item à posse ciumenta;

3. Como essa oposição está teoricamente correta, como procuraremos deixar mais claro na discussão dos resultados, as dimensões subjacentes foram interpretadas como medidas de **segurança da posse**. No fator 1, quanto à figura de pessoas e animais; e, no fator 2, quanto à figura de coisas etc. O pólo positivo se referindo teoricamente às manifestações de posse segura e o negativo às manifestações de posse ansiosa e de posse ciumenta, como formas de posse insegura;
4. Todos os 5 itens com carga positiva no fator 3 se referem teoricamente às manifestações de desprendimento da posse e, portanto, a dimensão nesse fator foi interpretada como medida do **desprendimento da posse**.

Em síntese, 3 fatores se mostraram teoricamente interpretáveis, como medidas das seguintes dimensões:

Fator 1 – Segurança da posse – Pessoas, apresentando manifestações de posse segura no pólo positivo e as manifestações de posse ansiosa e de posse ciumenta no pólo negativo. O fator é composto pelos seguintes itens, que se mostraram teoricamente alinhados a este fator: 2a, 2c, 4a, 4b, 4c, 5a, 5c, 5d, 6a, 6b e 6c;

Fator 2 – Segurança da posse – Coisas, apresentando manifestações de posse segura no pólo positivo e as manifestações de posse ansiosa e de posse ciumenta no pólo negativo. Ele é composto pelos itens: 15a, 15b, 16a, 16b, 18a, 20a, 20b, 21b e 22b;

Fator 3 – Padrão de Desprendimento da posse. Esse fator é composto pelos itens: 2b, 3a, 4d, 5b e 6d.

A Tabela 8 mostra os itens retidos, tanto em relação à figura de pessoas e animais, quanto em relação à figura de coisas, espaços etc., segundo as dimensões da posse encontradas.

**Tabela 8.** Composição da escala segundo as dimensões da posse.

Dimensão	Item	Carga
Segurança da posse – Pessoas	2- Você tem medo de que algum(a) deles (delas) lhe abandone?	
	2a) Não, porque me sinto seguro(a) do se afeto por mim.	-0,545
	2c) Sim, porque me sinto inseguro(a) do seu afeto por mim.	0,584
	4- O relacionamento dele (dela) com outras pessoas incomoda você?	
	4a) Sim, porque desejo não dividi-lo(la) com os outros.	0,574
	4b) Sim, porque sinto medo de ser deixado(a) ‘de lado’.	0,624
	4c) Não, porque me sinto confiante na posse dele (dela).	-0,657
	5- Você vigia essa pessoa (ou animal)?	
	5a) Não, porque me sinto seguro(a) da posse dele (dela).	-0,717
	5c) Sim, porque temo que ele (ela) se interesse por outra pessoa.	0,720
	5d) Sim, porque desejo que outra pessoa não usufrua dele (dela).	0,503
	6- Você controla essa pessoa, perguntando onde foi e/ou o que fez?	
	6a) Sim, porque tenho medo de perdê-la ou de sentir-me inseguro(a).	0,589
	6b) Sim, porque procuro evitar dividi-lo(la) com alguém.	0,480
	6c) Não, porque confio nele (nela).	-0,611

---

Segurança da posse – Coisas etc.	15- Quanto a alguma(s) dessas coisas, você costuma escondê-las ou guardá-las à chave?	
	15a) Sim, porque desejo que os outros não se utilizem delas.	0,440
	15b) Sim, porque tenho medo de que as tirem de mim.	0,329
	16- Você costuma emprestar as suas coisas ‘numa boa’, a contragosto ou não empresta?	
	16a) ‘Numa boa’, porque confio em que vou tê-las de volta e sem estrago.	-0,405
	16b) A contra-gosto ou não empresto, porque temo que se estraguem ou não sejam devolvidas.	0,543
	18- Você costuma usar as suas coisas com preocupação?	
	18a) Sim, porque tenho medo de que se estraguem.	0,583
	20- Fora de casa, você desfruta do ambiente tranqüilamente?	
	20a) Sim, porque sinto que não corro o risco de perder alguma coisa.	-0,453
	20b) Não, porque me preocupo com a possibilidade de perder alguma coisa.	0,501
	21- Você já sofreu perdas materiais significativas?	
	21b) Sim, e depois disso temo ter novas perdas.	0,380
	22- Você costuma guardar coisas que não vão ser mais usadas?	
	22b) Sim, porque fico preocupado em não conseguí-las de novo, caso volte a precisar.	0,344
Padrão de Desprendimento da posse	2- Você tem medo de que algum(a) deles (delas) lhe abandone?	
	2b) Não, porque sinto indiferença a ele (ela).	0,377
	3- Você tem medo de que ele (ela) seja tirado(a) de você ou perdido(a)?	
	3a) Não, porque me sinto desligado(a) dele (dela).	0,414
	4- O relacionamento dele (dela) com outras pessoas incomoda você?	
	4d) Não, porque me sinto desinteressado(a) dele (dela).	0,586

---

---

5- Você vigia essa pessoa (ou animal)?	
5b) Não, porque me sinto indiferente a ele (ela).	0,684
6- Você controla essa pessoa, perguntando onde foi e/ou o que fez?	
6d) Não, porque sinto desinteresse por ele (ela).	0,564

---

Para a estimativa da consistência interna do instrumento extraímos o Alpha de Cronbach dos itens retidos. Como dois fatores apresentaram pólos opostos, seguimos a orientação de Pereira (2001) de usar um pólo semântico como referencial e de multiplicar por -1 os valores que compõem as variáveis do pólo oposto. Obtivemos, assim, os seguintes valores de Alpha: 0,70 para o instrumento todo, 0,75 para o fator 1, 0,64 para o fator 2, e 0,59 para o fator 3, o único que não apresentou pólos opostos. Portanto, concluímos que o instrumento apresenta boa consistência interna, no geral e por fator.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O primeiro fato a ser deduzido da frequência relativa de respostas da Tabela 2 é que as pessoas responderam, amplamente, a itens das diferentes categorias de posse, pressupostos teoricamente. Quer dizer que as pessoas, predominantemente, não se definiram por um padrão de posse, indicando que ela não está provavelmente dimensionada da mesma forma que o apego. Em outras palavras, o “perfil de posse” de uma dada pessoa seria formado por diferentes categorias de posse e, portanto, a categorização de padrões de posse específicos, como propusemos teoricamente, não encontra evidências nos dados empíricos, quando avaliada por um instrumento do tipo *self-report*.

Sabemos que um instrumento de avaliação condiciona a natureza e o espectro dos dados obtidos e, nessa medida, as dimensões reveladas pela análise fatorial em relação ao constructo posse são certamente influenciadas pelo fato de se tratar de um instrumento do tipo *self-report*, no qual se pede que o sujeito responda a todos os itens. Seria muito interessante e provavelmente proveitoso realizar diferentes procedimentos de avaliação da posse, explorando os limites do constructo e as diferentes facetas que certamente o constituem, dada a sua natureza multidimensional.

Quanto à porcentagem muito expressiva de respostas referentes à posse segura e à posse ansiosa (Tabela 2), tanto para a figura de pessoas e animais, quanto para a figura de coisas etc., é condizente com o esperado teoricamente porque traduz o que é mais comum nas relações/interações do indivíduo com as figuras de posse, ou seja, a relatividade da sensação de segurança das pessoas quanto à posse, interpretada, basicamente, como resultado do controle ou domínio que julgam ter sobre essas figuras, nas suas vidas.

A porcentagem de respostas referentes ao padrão invejoso também foi muito grande, condizente com a teoria de que há disputa pela posse de figuras de posse, isto é, a tendência instintiva de posse está no sentido de o indivíduo querer que o outro não tenha mais do que ele. A explicação é a de que, no nível instintivo, a posse de bens pelo outro freqüentemente tem implicações desvantajosas para o indivíduo, isto é, o fato de o outro possuir uma figura de posse a mais que o indivíduo, como, por exemplo, ter um abrigo, um alimento ou uma fêmea dá a ele mais condições de sobrevivência e, conseqüentemente, de transmitir os seus genes.

No ser humano essa dimensão alcança os níveis social, cultural, econômico e, evidentemente, psicológico. Embora, o indivíduo possa invejar aspectos menos concretos, como o equilíbrio emocional e a felicidade alheia, geralmente sem grandes prejuízos pessoais, se ele não invejar o seu competidor, porque ele sabe, por exemplo, uma língua a mais, fez um casamento com alguém de nível social mais alto ou tem um salário mais elevado, não estará se mobilizando para a sua capacitação com a finalidade de realizar a competição intraespecífica dentro do contexto referido, com conseqüente desvantagem para si. Seu competidor por saber uma língua a mais tem maiores chances de obtenção de emprego ou ascensão dentro do ambiente de trabalho etc.; por ter se casado com alguém de nível social mais alto passa a ter relacionamentos com pessoas



mais influentes e, conseqüentemente, maiores possibilidades de obter vantagens; e, por ter um salário mais elevado, tem mais poder econômico para desfrutar de um padrão de vida melhor. Se o indivíduo não efetiva o seu comportamento invejoso, através do furto, do roubo, etc. é porque existem regras socioculturais, que o obrigam a utilizar outros meios de conquista para não ficar para trás. A vertente psicológica desta tendência vantajosa em termos biológicos e em termos da espécie, como referido, é que se o indivíduo conquista uma figura de posse ele se sente não só alegre, mas sobretudo confiante e poderoso e disposto à novas conquistas; pelo contrário, se não há conquista surge o sentimento de frustração e, a repetição de insucessos, traz um sentimento de futilidade em relação ao ambiente, ou mesmo a apatia. Fairbairn (1941/1954a) entende isso como um sintoma de natureza esquizóide e constitui, a nosso ver, um dos possíveis fatores do desprendimento da posse, tratado adiante. Em outras palavras, o indivíduo se sente e fica efetivamente à margem da sociedade a que pertence, distanciando-se das metas de bem-estar, de boa saúde e, até, de sobrevivência.

Nossas afirmações ressaltando o valor biopsicológico da inveja transcende o que tem sido afirmado na literatura psicanalítica tradicional, na qual ela é vista como expressão da pulsão de morte e, portanto, apenas num sentido destrutivo e considerada patológica, se excessiva. De fato a inveja, como o ciúme, pode ser patológica, mas, a nosso ver, não necessariamente pela sua intensidade, mas pela sua forma repetitiva (crônica) e incoercível de expressão. Assim, o fato de termos obtido intensidade moderada de escores, numa amostra não clínica, não significa que não possa haver, nela, casos patológicos de inveja, embora tais possibilidades não tenham sido pesquisadas no presente estudo.

O correlato da manifestação invejosa, isto é, a observação de que o indivíduo se comporta para que o outro não tire o que é seu, nos leva à expectativa de ter igualmente

uma alta frequência de respostas de posse ciumenta, como, afinal, encontramos nas entrevistas clínicas feitas com os participantes, mas não no teste, conforme o obtido. Isto é, a porcentagem de respostas para o padrão de posse ciumenta ficou aquém das expectativas e, para esse fato, acreditamos que as explicações mais prováveis são: (1) as respostas de posse ciumenta concorreram com alternativas de resposta numa dada questão, o que não ocorreu da mesma forma com as do padrão invejoso, no qual elas concorriam apenas com as de não de inveja, e (2) conforme veremos na análise fatorial, as respostas de posse ciumenta mobilizam ansiedade tal qual as de posse ansiosa, mais freqüentemente escolhidas, já que os participantes só excepcionalmente assinalavam mais de uma resposta em cada questão.

Em ‘Complexo fraternal: a fonte primária do ciúme e da inveja’ (Elyseu Jr., 2003) procuramos explicar essas manifestações como respostas da competição intraespecífica pela posse de uma figura, isto é, como respostas da disputa pela sua posse. Dissemos que o não possuidor da figura de posse invejava o seu possuidor, que por sua vez sentia ciúme por ela. Usamos o termo Complexo fraternal para batizar a situação de luta, entre congêneres, pela posse de uma figura de posse, apesar de ele não estar indexado no rol de termos psicológicos e, mesmo, psicanalíticos. Nesse sentido, entendemos esse complexo como universal, e, portanto, quando essa disputa ocorre também entre os membros de uma mesma família, seja entre pais, seja entre irmãos, seja entre pais e filhos. Dessa forma, por exemplo, pai e filho podem disputar, entre outras coisas, a posse de uma figura sexual não incestuosa, já que a disputa pela posse de uma figura incestuosa configura o Complexo de Édipo, isto é, um caso particular de Complexo fraternal. Mas, a disputa não se limita à posse de uma figura incestuosa; o filho pode disputar com o pai a posse da mãe por ser ela, para ele, uma figura alimentar, uma figura de conforto ou uma figura de apego. A figura de apego constitui uma figura

de posse que manifesta o comportamento de cuidar, particularmente o de proteger, e, quando a criança não dispõe dela, ela geralmente busca através do comportamento de posse um objeto transicional winnicottiano, isto é, uma figura substituta de apego.

As porcentagens de respostas relativas à posse reativa e ao desprendimento da posse foram semelhantes uma da outra, sendo bem baixas quanto à figura de pessoas e animais, mas mais do seu dobro, quanto à figura de coisas etc. Elas constituem evidências que corroboram a observação clínica da ocorrência menos freqüente dessas manifestações, as quais caracterizam, *grosso modo*, formas patológicas de posse. As manifestações de posse reativa, aparecem usualmente na clínica associada a quadros de ansiedade de privação e de perda como defesa contra o medo de reviver graves privações e perdas de figuras de posse. O desprendimento da posse pode ser observado na personalidade esquizóide, que apresenta pouca capacidade para as relações sociais por causa de uma insensibilidade aos sentimentos alheios; o indivíduo procura ser auto-suficiente, como defesa contra o desatendimento dos outros, manifestando interesses solitários. O desprendimento ou desinteresse da posse pode aparecer também nos casos de depressão, em que as pessoas e coisas são desinvestidas de interesse. Outra situação mais comum, porém menos intensa e por isso mesmo menos notada, é a do desinteresse de muitas pessoas em relação às suas coisas, como defesa contra o peso da cobrança, própria ou alheia, de zelar por elas.

Por sua vez, a dispersão das respostas dos diferentes padrões alcança praticamente toda a gama de valores possíveis, embora estejam concentradas, no geral, nos homens e nas mulheres, no lado esquerdo da curva para quase todos os padrões, conferindo a todas as curvas uma assimetria positiva e não uma distribuição normal, conforme esperávamos. É possível que esta tendência esteja refletindo uma característica da amostra, bastante homogênea no que concerne à idade: 18 a 28 anos

( $M_o = 20$  e  $21$  anos) e no nível de escolaridade (universitários). Pesquisas futuras, no entanto, envolvendo amostras mais numerosas e estratos mais heterogêneos no que concerne a estas variáveis, assim como quanto no nível de saúde mental, deverão ser realizadas para que se possa compreender mais adequadamente a distribuição das mesmas na população geral.

No que se refere à precisão por teste-reteste verificamos que, pelos coeficientes de correlação por postos de Spearman obtidos na amostra geral, houve correlação aceitável entre as respostas do teste e as do reteste para os padrões de posse segura ( $r_s = 0,63$ ) e de posse ansiosa ( $r_s = 0,62$ ), para o padrão invejoso ( $r_s = 0,66$ ) e para os itens não discriminativos ( $r_s = 0,58$ ), fraca para os padrões de posse ciumenta ( $r_s = 0,49$ ) e de posse reativa ( $r_s = 0,39$ ), e pobre para o padrão de desprendimento da posse ( $r_s = 0,16$ ), quanto à figura de pessoas e animais. Quanto à figura de coisas, houve correlação aceitável para os padrões de posse segura ( $r_s = 0,59$ ) e de posse ansiosa ( $r_s = 0,55$ ) e para os itens não discriminativos ( $r_s = 0,54$ ), e fraca para os padrões de posse ciumenta ( $r_s = 0,45$ ) e de posse reativa ( $r_s = 0,42$ ) e para o padrão de desprendimento da posse ( $r_s = 0,33$ ). Verificamos, portanto, que houve maior estabilidade em padrões cuja importância para a sobrevivência do indivíduo tem um peso mais relevante (posse segura e ansiosa). Quanto aos padrões de desprendimento da posse e de posse reativa, têm uma conotação mais patológica e tendem a resultar em uma adaptação menos eficaz. E finalmente, em relação ao padrão de posse ciumenta, é possível que limitações antes referidas de concorrência com outras respostas e mobilização de ansiedade como na posse ansiosa tenham contribuído para menor estabilidade temporal das medidas desse padrão. Os dados estariam, portanto, apontando para uma variabilidade na estabilidade temporal dos padrões, a ser ratificada ou não em futuras investigações. Ademais, como o reteste foi realizado quatro meses depois do teste, haveria necessidade

de retestes com diferentes intervalos de tempo para avaliarmos de forma mais precisa a interferência dessa variável sobre a constância das medidas.

Quanto à Validade de Critério, conforme nos referimos, era metodologicamente necessária uma estimativa de precisão do critério externo entre juizes, considerada satisfatória desde 70% de acordo. O objetivo naturalmente era o de verificar se, com base nas definições que fornecemos dos constructos, juizes independentes chegariam à mesma avaliação. Para tanto, quatro entrevistas foram fielmente transcritas e devidamente avaliadas por outros dois juizes, quanto aos padrões operacionalmente definidos e segundo uma tabela de intensidade de resposta, isto é, 1 – fraca, 2 – média, 3 – forte, 4 – demasiada. Como os índices de concordância entre os três juizes, pelo coeficiente Kappa, foram de 0,51 (juizes 1 e 2), de 0,43 (juizes 1 e 3) e de 0,73 (juizes 2 e 3), considerados entre aceitável e bom, segundo Cicchetti e Sparrow (1981, citado por Garb, 1998), e a proporção de acordo, entre eles, foi de 69,69%, que praticamente alcança o índice mínimo requerido de 70%, consideramos que as nossas avaliações não apenas são razoavelmente semelhantes, como podem ser usadas como critério externo para comparações com o teste.

Os coeficientes de correlação por postos de Spearman, obtidos entre o teste e a entrevista para a estimativa da Validade de Critério, foram, no geral, significantes para os padrões de posse segura ( $p= 0,00$ ) e de posse ansiosa ( $p= 0,00$ ), e para o padrão invejoso ( $p= 0,00$ ). No caso das mulheres, também, houve correlação significativa para o padrão de posse ciumenta ( $p= 0,05$ ), e, no caso dos homens, somente para o padrão de posse ansiosa ( $p= 0,02$ ) e padrão invejoso ( $p= 0,02$ ), todos quanto à figura de pessoas e animais. Quanto à figura de coisas, espaços etc., os coeficientes foram significantes para os padrões de posse segura ( $p= 0,00$ ) e de posse ciumenta ( $p= 0,00$ ), em relação às mulheres. Já as manifestações de posse reativa e de desprendimento da posse não

apresentaram correlação significativa ( $p= 0,36$ ,  $p= 0,14$  e  $p= 0,25$ ,  $p= 0,96$  para as figuras de pessoas e de coisas, respectivamente). Os resultados sugerem, portanto, a validade das medidas dos padrões de posse segura e de posse ansiosa, e padrão invejoso, no geral e, no caso das mulheres, também do padrão de posse ciumenta, embora não saibamos, pelo atual estudo, se elas são mais ciumentas do que os homens ou se revelam os seus sentimentos com maior facilidade, ou, ainda, se o ciúme depende do valor que o objeto tem para cada indivíduo e para cada gênero, pois a clínica sugere que, na média, as mulheres sentem mais ciúme dos filhos do que dos seus maridos, e esses sentem mais ciúme das suas mulheres do que dos seus filhos.

Quanto à Validade de Constructo, a melhor solução encontrada foi a extração de três fatores pelo método de análise de componentes principais, rotacionados pela técnica Oblimin. Como mostraram os resultados, os fatores 1 e 2 agruparam itens que teoricamente correspondem à posse segura, à posse ansiosa e à posse ciumenta. No entanto, os itens no fator 1 se referem, tão-somente a um tipo geral de figura de posse, isto é: pessoas e animais, e os no fator 2 se referem apenas a outro tipo geral de figura de posse, ou seja: coisas, espaços, privilégios etc., o que permite interpretar que as pessoas tratam diferentemente esses dois tipos gerais de figura de posse. Supomos que isso se deve ao fato de que especialmente as figuras de pessoas, de maneira geral, não são tão controláveis quanto as figuras de coisas. Elas podem, efetivamente, oferecer risco de abandono, provocar ciúme etc., apesar de que as crianças e pessoas mais comprometidas do ponto de vista da saúde mental, podem, por causa de pensamentos mágicos, se sentirem ameaçadas de abandono por seus objetos. Outra razão possível é não sentir o mesmo direito de posse sobre as figuras de pessoas que, em geral, se sente sobre as figuras de coisas. Não vemos, até agora, outras razões que não sejam as sensações de controle e direito de posse sobre a figura de posse a base para o tratamento

diferenciado aos dois tipos gerais dessa figura, que, aliás, foram as nossas razões para a sua diferenciação desde o início, mas que devem ser pesquisadas.

Verifica-se também, no fator 1, que todos os quatro itens referentes teoricamente à posse segura se opõem aos quatro itens de posse ansiosa e aos três de posse ciumenta. O mesmo se verifica no fator 2, no qual os dois itens teoricamente referentes à posse segura se opõem aos seis itens de posse ansiosa e ao único item de posse ciumenta. Como a oposição entre a posse segura e a posse ansiosa está teoricamente correta, as dimensões subjacentes nesses fatores foram interpretadas como **Segurança da posse**, tendo no pólo positivo itens teoricamente relacionados à posse segura e no pólo negativo itens teoricamente relacionados à posse ansiosa, ou, dito de outra forma, de ‘insegurança da posse’, refletida pelo receio de perda da posse.

Observamos, no entanto, que os itens teoricamente relacionados à posse ciumenta, nos fatores 1 e 2, pertencem ao mesmo pólo que os itens de posse ansiosa, já que apresentam a mesma carga positiva que eles. Procurando interpretar o alinhamento dos itens de posse ciumenta com os de posse ansiosa, consideramos que há pelo menos um ponto de ligação entre eles: a insegurança quanto à detenção da figura de posse. Quer dizer, na situação em que se sente o ciúme há também uma ansiedade na medida em que existe um aumento de risco de, pelo menos, diminuição do *quantum* de usufruto da figura de posse. Assim, a nossa convicção inicial de que os itens de posse ciumenta deveriam ser correlatos dos itens de manifestações invejosas em oposição às manifestações pacíficas de não-ciúme e não-inveja, pelo fato de ambos envolverem uma disputa pela figura de posse, foi revista ante ao fato de que no ciúme, mas não na inveja, o indivíduo é o detentor da figura de posse e, portanto, quem vive o risco de relativa perda de usufruto e sente, por isso, a ansiedade. Dessa forma, parece ser mais correto entender, ao menos no nível afetivo, as manifestações de ciúme como parte do pólo

negativo da dimensão Segurança da posse, isto é, como manifestações inseguras de posse, tanto no fator 1, quanto no fator 2, do que entendê-las como parte da disputa pela posse. Porém, isso não é contraditório com o comportamento de luta pela manutenção da posse da figura de posse, que surge junto com o ciúme, como reação à ameaça de usufruto ou usufruto dessa figura por parte do outro. Assemelha-se, portanto, à inveja, que em vez de reação exibe uma ação ou, pelo menos, uma intenção sobre a posse do outro, caracterizando a disputa. Essa complexidade do ciúme deve ser mais bem estudada.

Os itens teoricamente relacionados ao padrão invejoso que tiveram maior carga no fator 2, foram eliminados por não estarem teoricamente alinhados com os demais. Essa exclusão, na realidade, decorre de uma falha na elaboração da escala, pois foram pareados com itens não discriminativos que não possuem a escala do tipo Likert de quatro pontos para a medição da intensidade da resposta, presente nos demais itens. Essa falha será obviamente corrigida numa próxima versão da escala, e acreditamos que usando os mesmos itens invejosos, contrapostos a itens não-invejosos com escala Likert, conseguiremos obter mais uma nova dimensão que interpretaríamos como de Disputa pela posse.

Verifica-se no fator 3, que todos os cinco itens retidos são referentes teoricamente às manifestações de desprendimento da posse; assim, a dimensão subjacente nesse fator foi interpretada como **Desprendimento da posse**. De acordo com a teoria, o que deveria se opor aos itens de desprendimento da posse seriam os itens de posse reativa, por serem duas formas opostas de defesa contra a angústia de perda e de frustração: as manifestações de desprendimento da posse como resultado da desativação do comportamento de posse e as manifestações de posse reativa como resultado da intensificação desse comportamento, isto é, manifestações que expressam um maior



interesse pela posse. Porque, então, os itens de posse reativa não apareceram claramente, do mesmo modo que os itens de desprendimento da posse, no pólo oposto a esses? Primeiro, porque quatro dos seus seis itens na escala não alcançaram o valor de retenção de 0,30 e, portanto, foram excluídos. Segundo, porque os outros dois itens que atingiram o valor de retenção se localizaram no fator 2, não adequado a eles teoricamente. Diante disso, a hipótese mais provável é a de que os itens de posse reativa não foram bem formulados, e acreditamos que numa próxima versão da escala esses itens, novos ou reformulados, irão se constituir no pólo oposto ao dos itens de desprendimento da posse, constituindo dessa forma a dimensão ‘Interesse pela posse’. Por isso, devemos considerar o desprendimento da posse como uma dimensão provisória.

Como referência final aos itens, observamos que alguns deles foram excluídos porque covariaram em dois ou mais fatores (item complexo), revelando a sua má formulação. Basta uma simples nuance na sua formulação para que surja uma imprecisão operacional e o sujeito o interprete diferentemente da interpretação do especialista. Assim, apesar de os especialistas (juizes) conhecerem bem o seu objeto de estudo e de haver no presente trabalho, pela Validade de Conteúdo, uma concordância muito forte entre eles (Kappa de 0,88 e significativa a menos de 1% (p-valor = 0,00), não existe total garantia de que o item formulado seja interpretado inequivocamente pelos participantes.

Em síntese, para a presente escala temos três fatores, assim dimensionados:

Fator 1 – Segurança da posse – Pessoas, definida operacionalmente pela sensação que vai desde a de total controle (pólo positivo) até quase a de completa falta de controle (pólo negativo) sobre a figura de posse, sendo o pólo positivo constituído

pelos itens de posse segura (2a – 4c – 5a – 6c) e o pólo negativo constituído pelos itens de posse ansiosa (2c – 4b – 5c – 6a) e de posse ciumenta (4a – 5d – 6b);

Fator 2 – Segurança da posse – Coisas, definida como a anterior, sendo o pólo positivo constituído pelos itens de posse segura (16a – 20a) e o pólo negativo constituído pelos itens de posse ansiosa (15b – 16b – 18a – 20b – 21b – 22b) e de posse ciumenta (15a);

Fator 3 – Desprendimento da posse, definido operacionalmente como um relativo desinteresse pela posse de figuras de posse, constituído pelos itens 2b – 3a – 4d – 5b – 6d.

Não podemos encerrar esse capítulo sem antes discutirmos a existência da dimensão Segurança, verificada tanto em relação à posse, quanto ao apego. Sendo o apego uma tendência instintiva de manter proximidade a uma figura de apego com o fim de proteção, a Segurança do apego significa que o indivíduo acredita que será protegido contra ataques ambientais, quando estiver junto dessa figura. Sendo a posse uma tendência instintiva de exercer um domínio sobre uma figura de posse para usufruto próprio e/ou da prole, a Segurança da posse significa que o indivíduo acredita que detém esse domínio e, portanto, o usufruto dessa figura. Fica claro, então, que a Segurança do apego refere-se ao crédito de que a proteção será dada pela figura de apego e a Segurança da posse refere-se ao crédito de que se poderá usufruir a figura de posse por causa da crença de que a domina, como podemos ver nos seguintes exemplos: (1) se a pessoa confia que seu companheiro (a) não vai traí-la (lo), interessando-se por outra pessoa, entende-se que ela apresenta Segurança da posse de sua figura de posse; e, se a pessoa confia que será protegida por outra mais forte que ela contra a agressão de uma terceira, entende-se que ela apresenta Segurança de apego; e, (2) uma criança pode sentir que seus brinquedos continuarão sendo seus, isto é, vivencia uma segurança de

sua posse, mas nenhum deles, exceto o “ursinho”, é capaz de fazê-la sentir-se protegida, quando vai dormir. Em outras palavras, apenas o “ursinho”, dentre as suas figuras de posse, funciona como figura de apego e a faz vivenciar a segurança do apego. Percebe-se que uma figura de apego é uma figura de posse; quer dizer, uma figura de posse pode ser usufruída de diversas maneiras por causa dos seus diferentes atributos, entre os quais pode estar o de dar proteção, concreta ou supostamente. Quando isso ocorre, conclui-se que as figuras de posse e de apego se superpõem, e as Seguranças da posse e do apego podem, assim, covariar.

Apesar de o instrumento ser de fácil aplicação e compreensão, alguns problemas foram observados, dos quais, porém, destacamos apenas o seguinte: nove participantes responderam o item 1 (Você tem alguém ou algum animal com o qual se relaciona?), assinalando a resposta **a** (Não, não tenho.), e depois responderam os itens nos quais mostram ter relacionamento. Isso nos fez supor que essas pessoas entenderam ‘relacionar-se’ com ‘namorar’, e como tal item não avalia algum tipo de posse, tal qual o item 14, ambos serão eliminados. Assim, para o desenvolvimento da escala, além de tentar solucionar problemas como esse, acrescentaremos novos itens, procurando um equilíbrio quantitativo entre os pólos opostos de cada dimensão encontrada pela análise fatorial, destinado a estudos comparativos. O novo protótipo da escala deverá ser submetido à avaliação empírica com amostras de diferentes estratos socioeconômicos da população em geral, para refinamento das medidas. Ademais, amostras clínicas deverão ser incluídas, destinadas a ampliação do espectro de intensidades de respostas e o estabelecimento de sua relação com diferentes quadros clínicos.

## CONCLUSÕES

Quanto à precisão do instrumento, considerando o período de quatro meses, transcorrido entre as aplicações do teste e do reteste, podemos concluir, por ora, que apenas as posses segura e ansiosa e o padrão invejoso apresentam estabilidade temporal aceitável das medidas, mas, por causa das alterações sugeridas pelas análises de Validade de Constructo, com a organização dos itens da escala em dimensões diferentes das concebidas teoricamente, novas pesquisas deverão ser realizadas para a aferição da precisão do instrumento revisto. A expectativa, naturalmente, é a de que se obterá índices melhores de estabilidade das medidas.

Outra conclusão, mais relevante que a anterior do ponto de vista teórico, é que os dados empíricos corroboram a distinção teórica das figuras de posse em figura de pessoas e animais, e figura de coisas, espaços etc., pois a posse psicológica, vivenciada pelos participantes em relação a cada uma delas, é diferente. Embora, no nível da linguagem, as pessoas usem os mesmos pronomes possessivos para designar a posse de um ou outro tipo geral de figura de posse, por exemplo, meu filho/meu cachorro e meu livro/meu lugar, no nível da posse psicológica, elas sentem cada tipo de figura de maneira diferente. Como a sensação de posse psicológica se refere à sensação de relativo controle sobre a figura de posse, há uma dimensão Segurança da posse para a

figura de pessoas e outra dimensão Segurança da posse para a figura de coisas etc. Essa Segurança da posse se traduz, operacionalmente, pela sensação que vai desde a de total controle até quase a de completa falta de controle sobre a figura de posse. Assim, embora ambos os tipos de figura de posse sejam importantes para o indivíduo, ele sente que as coisas não apenas são mais controláveis do que as pessoas, mas também que ele tem mais direito sobre elas do que sobre as pessoas e, por isso, são tratadas diferentemente.

A terceira e mais importante conclusão tirada dos dados empíricos é que a posse, quando medida através da escala proposta, se apresenta como um constructo multidimensional, constituído por três dimensões, isto é, além da Segurança da posse – Pessoas e Segurança da posse – Coisas, existe uma terceira que é o Desprendimento da posse.

Cogitamos, como referido, que é altamente provável a existência de uma dimensão que interpretaríamos como Disputa pela posse, com manifestações invejosas no pólo positivo e manifestações antiinvejosas no pólo negativo. Argumentamos, anteriormente, que o fato de um indivíduo possuir alguma coisa além das posses de outro se traduz como uma desvantagem para esse último e justifica instintivamente uma ação contra o primeiro. Por essa razão supomos que o roubo e o furto talvez não tenham apenas o sentido de conquista de um bem para usufruto próprio ou da prole, mas também o sentido de despojar o outro de seus bens ou de evitar a continuidade do seu sucesso, característico da conduta invejosa. Essas manifestações instintivas, como outras, concorrem para a sobrevivência, mas contra as quais se ergueram as regras socioculturais. A Disputa pela posse seria o conjunto de sentimentos, desejos e comportamentos que surgem pela posse de uma figura de posse. Embora a posse ciumenta pudesse se enquadrar nessa definição, os dados obtidos indicam que ela se

localiza, pelo menos em termos afetivos, dentro das dimensões Segurança da posse - Pessoas e Segurança da posse – Coisas, de tal sorte que na dimensão Disputa pela posse só caberia as manifestações invejosas e antiinvejosas.

Outra dimensão altamente provável seria a de Interesse pela posse, composta pelas manifestações de posse reativa e de desprendimento da posse. O Interesse pela posse seria a expressão da tendência instintiva de posse, realizada pelo comportamento de posse, que no caso da posse reativa estaria intensificado cronicamente e, portanto, necessariamente desadaptado, tal qual no caso do desprendimento da posse, em que o comportamento de posse está total ou relativamente desativado. Como visto na Discussão dos Resultados, não pudemos reter itens de posse reativa e, por isso, não podem obviamente se constituir, nessa versão da escala, no pólo oposto ao das manifestações de desprendimento da posse. Assim, por suposto provisória, a dimensão no fator 3 é o Desprendimento da posse.

Assim entendido, os dados encontrados sugerem significativas modificações na Teoria da Posse pelo fato de os indivíduos, de um modo geral, apresentarem particularmente diferentes manifestações de posse (segura, ansiosa, ciumenta e reativa), de inveja e de desprendimento da posse, não revelando propriamente uma forma única de se manifestar em relação à posse. Apesar de a Validade de Conteúdo ter se revelado tão forte, mostrando a pertinência das definições operacionais, tanto dos constructos, quanto dos itens da escala com a realidade clínica e de vida, percebida pelos psicólogos que participaram como juizes, devemos substituir os constructos antigos (padrões) pelos novos, ou seja, pelas seguintes dimensões e seus respectivos pólos: (1) Segurança da posse – Pessoas, definida, como referido, pela sensação que vai desde a de total controle até quase a de completa falta de controle sobre a figura de posse, tendo no pólo positivo a posse segura, e no pólo negativo as posses ansiosa e ciumenta; (2) Segurança da posse

– Coisas, definida como a anterior, tendo também no pólo positivo a posse segura, e no pólo negativo as posses ansiosa e ciumenta; e, (3) Desprendimento da posse, definido como um relativo desinteresse pela figura de posse, causado pela desativação parcial ou total do comportamento de posse.

Como se pode observar, as manifestações de quatro dos seis constructos propostos estão contempladas ou nos pólos das dimensões encontradas ou como fator mesmo, e se numa próxima versão da escala, como cremos, as manifestações invejosas e antiinvejosas se constituírem como pólos opostos da suposta dimensão Disputa pela posse e as manifestações de posse reativa se constituírem no pólo oposto das do desprendimento da posse, caracterizando a suposta dimensão Interesse pela posse, todas elas estarão contempladas. Com isso queremos apenas dizer que todas as manifestações que nos levaram a pensar inicialmente os diferentes padrões propostos, pelos dados revelados, compõem dimensões mais amplas da posse, isto é, o indivíduo não será visto, por exemplo, como apresentando padrões de posse ansiosa e de posse ciumenta, mas como apresentando uma fraca segurança da posse, traduzidas pelas manifestações de posse ansiosa e de posse ciumenta.

Apesar de essas manifestações de ciúme, de inveja, de ansiedade, de reatividade etc. não se constituírem em novidades teóricas ou clínicas, e as duas últimas nem serem exclusivas da posse, elas agora podem ser entendidas dentro do referencial etológico da posse, nas suas devidas dimensões. Assim, ao falarmos de ciúme, subentenderemos a posse ciumenta, correspondente a algum grau baixo de Segurança da posse. Portanto, as dimensões encontradas no presente estudo, constituem uma ampliação do conhecimento sobre a posse, na medida que permite entender melhor como um indivíduo funciona em relação a ela, quanto aos diferentes tipos gerais de figura de posse, quanto no nível de

segurança da posse psicológica que ele tem sobre pessoas e coisas, e quanto ao seu interesse ou não pelas diferentes figuras de posse.

A seguir mostramos a composição final da escala que, por não definir padrões específicos, passa a ser chamada de Escala de Posse I – EP-I, constituída dos itens retidos quanto à figura de pessoas e animais e também quanto à figura de coisas etc. Obviamente, a numeração dos itens passa a ser outra.

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

### Escala de Posse I – EP-I

#### Instruções

As perguntas da escala são para identificar as dimensões da posse e, portanto, não há respostas certas ou erradas. Primeiro leia a pergunta e as suas possíveis respostas. A seguir, veja em qual ou em quais respostas você, de fato, se enquadra e as assinale com um X. Em seguida, você deve escrever no quadrinho em branco, situado na frente da(s) resposta(s) escolhida(s), o número que reflete a intensidade do que você sente ou deseja, conforme a escala abaixo, que será repetida nas outras páginas para facilitar a sua visualização.

<b>Um pouco (de), Leve(mente) —————&gt; 1</b>	<b>Muito, Muita —————&gt; 3</b>
<b>Mediano, Mediana(mente) —————&gt; 2</b>	<b>Demasiado, Demasiada(mente) —————&gt; 4</b>

Exemplo : Você já perdeu alguma coisa importante?

- a) Sim, e depois disso passei a vigiar as minhas coisas importantes.... .
- b) Sim, e depois disso fiquei com medo de perder novamente..... .
- c) Sim, mas continuo despreocupado(a) em perder novamente..... .
- d) Não , nunca perdi alguma coisa importante..... .



Só as respostas **a** e **b** foram escolhidas e assinaladas. Em seguida a resposta **a** recebeu intensidade **2** (medianamente), e a resposta **b**, intensidade **3** (muito).

**Faça os números de forma clara e deixe em branco só as respostas nas quais você não se enquadra.**

Para maior esclarecimento, falamos em posse psicológica porque, independentemente da posse legal, nos sentimos donos de coisas, de espaços, de privilégios, de animais e, até, de pessoas. Por isso falamos: meu quarto, minha amiga, meu cachorro, meu cargo etc. Mas, é possível que alguém não se sinta dono de coisa alguma.

### Escala de Posse I – EP-I

<b>Um pouco (de), Leve(mente)</b> → <b>1</b>	<b>Muito, Muita</b> → <b>3</b>
<b>Mediano, Mediana(mente)</b> → <b>2</b>	<b>Demasiado, Demasiada(mente)</b> → <b>4</b>

Considerando que você sente ter posse psicológica sobre pessoas e/ou animais, responda:

- 1- Você tem medo de que algum(a) deles (delas) lhe abandone?
  - a) Não, porque me sinto seguro(a) do seu afeto por mim.....
  - b) Não, porque sinto indiferença a ele (ela).....
  - c) Sim, porque me sinto inseguro(a) do seu afeto por mim.....
  
- 2- Você tem medo de que ele (ela) seja tirado(a) de você ou perdido(a)?
  - a) Não, porque me sinto desligado(a) dele (dela).....
  
- 3- O relacionamento dele (dela) com outras pessoas incomoda você?
  - a) Sim, porque desejo não dividi-lo(la) com os outros.....
  - b) Sim, porque sinto medo de ser deixado(a) ‘de lado’.....
  - c) Não, porque me sinto confiante na posse dele (dela).....
  - d) Não, porque me sinto desinteressado(a) dele (dela).....
  
- 4- Você vigia essa pessoa (ou animal)?
  - a) Não, porque me sinto seguro(a) da posse dele (dela).....
  - b) Não, porque me sinto indiferente a ele (ela).....
  - c) Sim, porque temo que ele (ela) se interesse por outra pessoa.....
  - d) Sim, porque desejo que outra pessoa não usufrua dele (dela).....
  
- 5- Você controla essa pessoa, perguntando onde foi e/ou o que fez?
  - a) Sim, porque tenho medo de perdê-la ou de sentir-me inseguro(a).....
  - b) Sim, porque procuro evitar dividi-lo(la) com alguém .....
  - c) Não, porque confio nele (nela) .....
  - d) Não, porque sinto desinteresse por ele (ela).....

Considerando que você sente ter a posse psicológica de alguma(s) coisa(s), responda:

- 6- Quanto a alguma(s) dessas coisas, você costuma escondê-las ou guardá-las à chave?  
 a) Sim, porque desejo que os outros não se utilizem delas.....   
 b) Sim, porque tenho medo de que as tirem de mim.....
- 7- Você costuma emprestar as suas coisas 'numa boa', a contragosto ou não empresta?  
 a) 'Numa boa', porque confio em que vou tê-las de volta e sem estrago.....   
 b) A contragosto ou não empresto, porque temo que se estraguem ou não sejam devolvidas.....
- 8- Você costuma usar as suas coisas com preocupação?  
 a) Sim, porque tenho medo de que se estraguem.....
- 9- Fora de casa, você desfruta do ambiente tranqüilamente?  
 a) Sim, porque sinto que não corro o risco de perder alguma coisa.....   
 b) Não, porque me preocupo com a possibilidade de perder alguma coisa.....
- 10- Você já sofreu perdas materiais significativas?  
 a) Sim, e depois disso temo ter novas perdas.....
- 11- Você costuma guardar coisas que não vão ser mais usadas?  
 a) Sim, porque fico preocupado em não conseguí-las de novo, caso volte a precisar .....

A Escala de Posse I – EP-I foi montada para aplicação na forma lápis e papel, podendo ser aplicada individual ou coletivamente. Para a sua avaliação, devemos primeiro lançar os valores de intensidade das respostas ao lado do respectivo item da ficha de avaliação da escala (Tabela 9), já adaptada à nova numeração. A seguir, devemos estimar a média desses valores, por padrão e pelo tipo geral de figura de posse, isto é, dividindo a soma das intensidades pelo número de itens respondidos; depois, esse valor médio numérico deve ser convertido no valor clínico correspondente, conforme a Tabela 10. Essa é uma primeira tentativa de estabelecer o grau de intensidade das manifestações de posse em geral e que deve ser aprimorada em versões futuras.

As respostas consideradas para a avaliação, quanto à figura de pessoas e animais, vão do número 1 ao 5 e, quanto à figura de coisas etc., vão do 6 ao 11.

**Tabela 9.** Ficha de avaliação da Escala de Posse I.

Segurança da posse - Pessoas		Segurança da posse – Coisas		Desprendimento da posse
Segura	Ansiosa/Ciumenta	Segura	Ansiosa/Ciumenta	
1a	1c	7a	6a	1b
3c	3a	9a	6b	2a
4a	3b		7b	3d
5c	4c		8a	4b
	4d		9b	5d
	5a		10a	
	5b		11a	
<hr/>				
<hr/>				
Aplicação em		/	/	Aplicador (a)

**Tabela 10.** Tabela de conversão do valor numérico para o valor clínico.

Valor numérico	Valor clínico
0	Nenhuma
1	Fraca
2	Média
3	Forte
4	Demasiada

Finalizando esse trabalho, alertamos que esta é a primeira versão de uma escala em desenvolvimento, isto é, que uma próxima versão, que apresentaremos em breve, será um instrumento de avaliação substancialmente melhor para medir as dimensões da posse.

## REFERÊNCIAS

- Ades, C. (1989, Org.). O que aprendem e de que se lembram as aranhas. *Etologia de animais e de homens*. (p. 17-37) São Paulo: Edicon. (original publicado em 1986)
- Ades, C. (1991a). *Memória e instinto no comportamento de predação da aranha *Argiope argentata**. Tese de Livre Docência não publicada, apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ades, C. (1991b). O controle mnêmico como determinante dos comportamentos típicos da espécie. *Biotemas*, 4 (1), 21-36.
- Ades, C. (1993). Por uma história natural da memória. *Psicologia USP*, 4 (1-2), 25-47.
- Ades, C. (1997). O morcego, outros bichos e a questão da consciência animal. *Psicologia USP*, 8 (2), 129-157.

Ainsworth, M. D. S. (1963). The development of infant-mother interaction among the Ganda. In Foss, B. M. (Org.). *Determinants of Infant Behaviour*, v. 2. London: Methuen.

Ainsworth, M. D. S., & Witting, B. A. (1969). Attachment and Exploratory Behaviour of One-year-olds in a Strange Situation. In Foss, B. M. (Org.). *Determinants of Infant Behaviour*, v. 4. London: Methuen.

Ainsworth, M. D. S. & Bell, S. M. (1970). Attachment, Exploration, and Separation: Illustrated by the Behaviour of One-year-olds in a Strange Situation. *Child Development*, 41, 49-67.

Ainsworth, M. D. S., Bell, S. M. & Stayton, D. J. (1971). Individual differences in Strange Situation behaviour of one-year-olds. In Schafer, H. R. (Org.). *The Origins of Human Social Relations*. London & New York: Academic Press.

Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E. & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the Stange Situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Alcock, J. (2003). A textbook history of animal behaviour. *Animal Behaviour*, 65 (1), 3-10.

- Altman, I. (1979). Privacy as an interpersonal boundary process. In Cranach, M. von, Foppa, K., Lepenies, W. & Ploog, D. (Orgs.). *Human Ethology: claims and limits of a new discipline*. (p. 95-132) Cambridge: Cambridge University.
- Arende, R. A., Gove, F. L. & Sroufe, L. A. (1979). Continuity of individual adaptation from infancy to kindergarten: A predictive study of ego-resiliency and curiosity in pre-schoolers. *Child Development*, 50, 950-959.
- Bowlby, J. (1960). Separation anxiety. *International Journal of Psycho-Analysis*, 41, 89-113.
- Bowlby, J. (1965). *Child care and the growth of love*. Baltimore: Penguin Books.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss. Volume I: Attachment*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss. Volume II: Separation - Anxiety and Anger*. London: Penguin Books.
- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Tavistock Publications.
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. (Trad. Sônia Monteiro de Barros) Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1988)

- Bowlby, J. (1990). *Apego*. 2ª ed. (Trad. Álvaro Cabral) São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. (original publicado em 1969)
- Bretherton, I. (1980). Young children in stressful situations: the supporting role of attachment figures and unfamiliar caregivers. In Coelho, G. V. & Ahmen, P. J (Orgs.), *Uprooting and Development*. New York: Plenum Press.
- Breuer, T., Ndoundou-Hockemba, M. & Fishlock, V. (2005). First observation of tool use in wild gorillas. *PloS Biol*, 3 (11), 380-384.
- Bueno, J. L. O. (1997). O imaginário animal. *Psicologia USP*, 8 (2), 165-180.
- Bussab, V. S. R. & Otta, E. (1992). Desenvolvimento humano: a perspectiva da Etologia. *Documento CRP08*, 2 (3), 128-136.
- Bussab, V. S. R. & Ribeiro, F. J. L. (1998). Biologicamente cultural. In Souza, L.; Freitas, M. F. Q. & Rodrigues, M. M. P. (Orgs.). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. (p. 175-193) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bussab, V. S. R. (2000). Fatores hereditários e ambientais no desenvolvimento: a adoção de uma perspectiva interacionista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (2), 233-243.

- Campos, A., Santos, A. M. G. & Xavier, G. F. (1997). A consciência como fruto da evolução e do funcionamento do sistema nervoso. *Psicologia USP*, 8 (2), 181-226.
- Carthy, J. D. (1980). Comportamento animal. (trad. Isaias Pessotti e Silvio Morato de Carvalho) São Paulo: Epu-Edusp. (original publicado em 1966)
- Carvalho, D. V. (1987). *Necessidade territorial do paciente hospitalizado*. Tese de Doutorado não publicada, apresentada à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Carvalho, A. M. (2000). Fatores contextuais na emergência do comportamento de cuidado entre crianças. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (1), 81-88.
- Cassirer, E. (1972). *Antropologia filosófica*. São Paulo: Editora Mestre Jou. (original publicado 1944)
- Cassorla, M. S. C. (2004). Suicídio e autodestruição humana. In Werlang, B.G & Botega, N. J. (Orgs.). *Comportamento suicida*. (p.21-33) Porto Alegre: Artmed. (original publicado em 1982)
- Collins, N. R. & Read, S. J. (1994). Representations of attachment. The structure and function of working models. In Bartholomew, K. & Perlman, D. (Eds.). *Advances in Personal Relationships, vol. 5: Attachment Process in Adulthood* (pp. 53-90). London: Jessica Kingsley Publishers.



- Cox, F. N. & Campbell, D. (1968). Young Children in a New Situation with and without their Mothers. *Child Development*, 39, 123-132.
- Davis, M., & Wallbridge, D. (1982). *Limite e espaço: uma introdução à obra de D. W. Winnicott*. (Trad. E. Nick) Rio de Janeiro: Imago Editora. (original publicado em 1981)
- Darwin, C. (1962). *The origin of species by means of natural selection*. New York: Collier Books. (original publicado em 1859)
- De Toni, P. M., De Salvo, C. G., Marins, M. C. & Weber, L. N. D. (2004). Etologia humana: o exemplo do apego. *Psico-USF*, 9 (1), 99-104.
- Elyseu Jr., S. (1996). *Contribuições a uma teoria de personalidade*. Campinas: Editora Alínea.
- Elyseu Jr., S. (1998). Teoria da posse. *Estudos de Psicologia*, 15 (1), 77-80.
- Elyseu Jr., S. (1999). A base psicobiológica da transferência e a sua ativação. *Estudos de Psicologia*, 16 (3), 47-53.
- Elyseu Jr., S. (2000). *Maternagem e personalidade: um guia para os pais*. Campinas: Editora Átomo.

- Elyseu Jr., S. (2003). Complexo fraternal: a fonte do ciúme e da inveja. *Psicologia: teoria e prática*, 5 (2), 55-66.
- Etzioni, A. (1991). The socio-economics of property. *Journal of Social Behavior and Personality*, 6, 465-468.
- Fairbairn, W. R. D. (1954a). A revised psychopathology of the psychoses and psychoneuroses. *An object-relations theory of the personality* (p. 28-58). 2ª ed. New York: Basic Books. (original publicado em 1941 no The International Journal of Psycho-Analysis, v. 22)
- Fairbairn, W. R. D. (1954b). The war neuroses: their nature and significance. *An object-relations theory of the personality* (p. 256-288). 2ª ed. New York: Basic Books. (original publicado em 1943 no British Medical Journal)
- Fairbairn, W. R. D. (1954c). Object relationships and dynamic structure. *An object-relations theory of the personality* (p. 137-151). 2ª ed. New York: Basic Books. (original publicado em 1946 no The International Journal of Psycho-Analysis, v. 27).
- Ferenczi, S. (1991). Transferência e introjeção. *Obras Completas*, v. 1, p. 77-108. (Trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. (original publicado em 1909)

- Fonagy, P. (1999). Persistencias transgeneracionales del apego: una nueva teoría. (trad. Mariano de Iceta) *Revista de Psicoanálisis*, 3. (noviembre/1999)
- Freitas, I. A. & Borges-Andrade, J. E. (2004). Construção e validação de Escala de Crenças sobre o Sistema Treinamento. *Estudos de Psicologia*, 9 (3), 479-488.
- Freud, S. (1967a). Charcot. *Obras completas*, v. 1, (p. 17-23). (Trad. L. Lopez Ballesteros y de Torres) Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (original publicado em 1893)
- Freud, S. (1967b). Una teoría sexual. *Obras completas*, v. 1, (p. 771-823). (Trad. L. Lopez Ballesteros y de Torres) Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (original publicado em 1905)
- Freud, S. (1967c). Mas allá del principio del placer. *Obras completas*, v. 1, (p. 1097-1125) (Trad. L. Lopez Ballesteros y de Torres) Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (original publicado em 1920)
- Freud, S. (1968a). Analisis fragmentario de una histeria. *Obras completas*, v. 2, (p. 605-658). (Trad. L. Lopez Ballesteros y de Torres) Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (original publicado em 1905)
- Freud, S. (1968b). La dinamica de la transferencia. *Obras completas*, v. 2, (p. 413-418). (Trad. L. Lopez Ballesteros y de Torres) Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (original publicado em 1912)

- Furby, L. (1980). The origins and early development of possessive behavior. *Political Psychology*, 2, 30-42.
- Furby, L. (1991). Understanding the psychology of possession and ownership: A personal memoir and an appraisal of our progress. *Journal of Social Behavior and Personality*, 6, 457-463.
- Garb, H. N. (1998). *Studying the clinician: judgment research and psychological assessment*. Washington: American Psychological Association.
- Greenberg, J. R. & Mitchell, S. A. (1983). *Object relations in psychoanalytic theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Guerra, R. F., Otta, E. & Bussab, V. S. R. (1992). Introdução à Etologia. *Anais da 21ª Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (1991)*.
- Hinshelwood, R. D. (1991). *A dictionary of Kleinian thought*. 2ª ed. Northvale, NJ: J. Aronson.
- Isaacs, S. (1933). *Social development in young children*. London: Routledge & Kegan Paul.

- Isaacs, S. (1952). The nature and function of phantasy. *Developments in Psycho-Analysis*. (Melanie Klein et al.). London: The Hogarth Press. (original publicado em 1948 no *The International Journal of Psycho-Analysis*, v. 29)
- Klein, M. (1974). *Inveja e gratidão*. (Trad. José Octávio de Aguiar Abreu) Rio de Janeiro: Imago Editora. (original publicado em 1957)
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1970). *Vocabulário da Psicanálise*. (Trad. Pedro Tamen) Lisboa: Moraes Editores. (original publicado em 1967)
- Leakey, R. (1997). *A origem da espécie humana*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lewin, R. (1999). *Evolução humana*. São Paulo: Atheneu.
- Lira, P. I. C., Cartagena, H. A., Romani, S. de A. M., Torres, M. A. de A. & Batista Filho, M. (1985). Estado nutricional de crianças menores de seis anos, segundo a posse da terra, em áreas rurais do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Archivos Latinoamericanos de Nutrición*, 35 (2), 247-257.
- Litwinski, L. (1942). Is there an instinct of possession? *British Journal of Psychology*, 33, 28-39.
- Litwinski, L. (1947). The psychology of "mine". *Philosophy*, 22, 240-251.

Lorenz, K. (1995). *Os fundamentos da Etologia*. (Trad. Pedro Mello Cruz e Carlos C. Alberts) São Paulo: Editora UNESP. (original publicado em 1981)

Lorenz, K. (1966). *On aggression*. London: Routledge (original publicado em 1963)

Lucion, A. B., Pereira, F. M., Winkelmann, E. C., Sanvitto, G. L. & Anselmo-Franci, J. A. (2003). Neonatal handling reduces the number of cells in the locus coeruleus of rats. *Behavioral Neuroscience*, 117 (5), 894-903.

Main, M. (1997). *Attachment narratives and attachment across the lifespan*. Paper presented at the Fall Meeting of the American Psychoanalytic Association, New York.

Maccoby, E. E. & Feldman, S. S. (1972). Mother-attachment and Stranger-reactions in the Third Year of Life. *Monogr. Soc. Res. Child Dev.*, 37 (1).

McCracken, G. (1986). Culture and consumption: A theoretical account of the structure and movement of the cultural meaning of consumer goods. *Journal of Consumer Research*, 13, 71-84.

Mayr, E. (1961). Cause and effect in biology. *Science*, 134, 1501-1506.

Messenger, J. B. (1979). *Nerves, brains and behaviour*. London: Edward Arnold.

- Millenson, J. R. (s.d.). *Princípios de análise do comportamento*. (Trad. Alina de Almeida Souza e Dione de Rezende) Brasília: Coordenada – Editora de Brasília. (original publicado em 1967)
- Motta, M. G., Lucion, A. B. & Manfro, G. G. (2005). Efeitos da depressão materna no desenvolvimento neurobiológico e psicológico da criança. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 27 (2), 165-176.
- Pasquali, L. (1999, Org.). Testes referentes a constructo: teoria e modelo de construção. *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPAM, IBAPP.
- Pasquali, L. (2001, Org.). *Técnicas de exame psicológico - TEP*. v. 1. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Federal de Psicologia, LabPAM.
- Pereira, J. C. R. (2001). *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. 3ª ed. São Paulo: Edusp.
- Pierce, J. L., Rubenfeld, S. A. & Morgan, S. (1991). Employee ownership: A conceptual model of process and effects. *Academy of Management Review*, 16, 121-144.
- Pierce, J. L., Van Dyne, L. & Cummings, L. L. (1992). Psychological ownership: A conceptual and operational exploration. *Southern Management Association Proceedings*, 203-211.

- Pierce, J. L., Kostova, T. & Dirks, K. T. (2001). Towards a theory of psychological ownership in organizations. *Academy of Management Review*, 26 (2), 298-310.
- Pierce, J. L., Kostova, T. & Dirks, K. T. (2003). The state of psychological ownership: integrating and extending a century of research. *Review of General Psychology*, 7 (1), 84-107.
- Rheingold, H. L. (1969) The Effect of a Strange Environment on the Behaviour of Infants. In Foss, B. M. (Org). *Determinants of Infant Behaviour*, v. 4. London: Methuen.
- Ribeiro, F. J. L. (1997). Quimeras, centauros e a questão da consciência animal: comentário a respeito do artigo de César Ades. *Psicologia USP*, 8 (2), 159-164.
- Ridley, M. (2004). *O que nos faz humanos*. (Trad. Ryta Vinagre) Rio de Janeiro: Editora Record. (original publicado em 2003)
- Romani, S. de A. M. & Cartagena, H. A. (1986). Perfil alimentar e posse da terra na área rural do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 20 (5), 369-376.
- Sawada, N. O., Galvão, C. M., Mendes, I. A. C. & Coleta, J. A. D. (1998). Invasão do território e espaço pessoal do paciente hospitalizado: adaptação de instrumento de medida para a cultura brasileira. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, 6 (1), 5-10.



Scheroki, F. & Bussab, V. S. R. (2001). Apego e religiosidade. *V Congresso Interno do Instituto de Psicologia da USP*, p. 155. São Paulo.

Segal, H. (1964). *Introduction to the work of the Melanie Klein*. London: Heinemann.

Siegel, S. (1981). *Estatística não paramétrica para as ciências do comportamento*. (Trad. Alfredo Alves de Farias) São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil. (original publicado em 1956)

Silva Jr., C. & Sezar, S. (1989). *Biologia 3*. São Paulo: Atual Editora.

Skinner, B. F. (1985). *Ciência e comportamento humano*. (Trads. João Carlos Todorov e Rodolpho Azzi) São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. (original publicado em 1953)

Spillius, E. B. (1994). Developments in Kleinian thought: overview and personal view. *Psychoanalytic Inquiry*, 14, 324-364.

Spitz, R. A. (1946). Anaclitic depression. *Psychoanalytic Study of the Child*, 2, 313-342.

Sroufe, L.A. (1985). Attachment-classification from the perspective of infant-caregiver relationships and infant temperament. *Child Development*, 56, 1-14

- Stein, H., Koontz, A. D., Fonagy, P., Allen, J. G., Fultz, J., Brethour Jr., J. R., Allen, D. & Evans, R. B. (2002). Adult attachment: what are the underlying dimensions? *Psychology and Psychotherapy: Theory Research and Practice*, 75, 77-91.
- Tinbergen, N. (1951). *The study of instinct*. New York: Oxford: Clarendon Press.
- Vieira, A. B. (1983). *Etologia e ciências humanas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Villee, C. A., Walker Jr., W. F. & Barnes, R. D. (1984). *General Zoology*. 6<sup>a</sup> ed. New York: CBS College Publishing.
- Waddington, C. R. (1957). *The strategy of the genes*. London, Allen & Unwin.
- Warneken, F. & Tomasello, M. (2006). Altruistic helping in human infants and young chimpanzees. *Science*, 311, 1301-1303.
- Wärtner, U. G. (1986). Attachment in infancy and at age six, and children's self-concept: A follow up of a German longitudinal study. Doctoral dissertation, University of Virginia.
- Waters, E. (1978). The reliability and stability of individual differences in infant-mother attachment. *Child Development*, 49, 483-494.

- Waters, E., Wippman, J. & Sroufe, L. A. (1979). Attachment, positive affect, and competence in the peer group: two studies in construct validation. *Child Development, 50*, 821-829.
- Waters, E., Merrick, S., Albersheim, L., Treboux, D. & Crowell, J. (1995). *From the Strange Situation to the Adult Attachment Interview: A 20-year longitudinal study of attachment security in infancy and early adulthood*. Paper presented at the Society for Research in Child Development, Indianapolis.
- White, G. L., & Mullen, P. E. (1989). *Jealousy: theory, research, and clinical strategies*. New York: The Guilford Press.
- Wilson, E. O. (1975). *Sociobiology: the new synthesis*. Cambridge, Mass: The Belknap Press.
- Winnicott, D. W. (1990a). Evacuation of small children. *Deprivation and delinquency*. London: Tavistock/Routledge. (carta originalmente publicada em 1939 no British Medical Journal)
- Winnicott, D. W. (1990b). On the contribution of direct child observation to Psycho-Analysis. *The maturational processes and the facilitating environment: studies in the theory of emotional development*. London: Karnac Books and The Institute of Psycho-Analysis. (original publicado em 1957)

- Winnicott, D. W. (1990c). The theory of the parent-infant relationship. *The maturational processes and the facilitating environment: studies in the theory of emotional development*. London: Karnac Books and The Institute of Psycho-Analysis. (original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1992). Anxiety associated with insecurity. *Through Paediatrics To Psycho-Analysis*. London: Karnac Books. (lido na British Psycho-Analytical Society em 1952)
- Zimerman, D. E. (1999). *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática*. Porto Alegre: Artmed.
- Zuñiga, H. P. P., Sequeira, L. A. & Cartagena, H. A. (1986). Estado nutricional e posse da terra: um estudo em adultos da área rural do Nordeste brasileiro. *Archivos Latinoamericanos de Nutrición*, 36 (1), 67-78.

## **ANEXOS**

## Anexo A

### Escala Piloto de Padrões de Posse – EPP

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

#### Instruções da Escala de Padrões de Posse – EPP

“As perguntas da escala são para identificar padrões de posse e, portanto, não há respostas certas ou erradas. Primeiro leia a pergunta e as suas possíveis respostas. A seguir, veja em qual ou em quais respostas você, de fato, se enquadra e as assinale com um **X**. Em seguida, você deve escrever no quadradinho em branco, situado na frente da(s) resposta(s) escolhida(s), o número que reflete a intensidade do que você sente ou deseja, conforme a escala abaixo. Ela será repetida nas outras páginas para facilitar a sua visualização.

<b>Um pouco (de), Leve(mente)</b> —→ <b>1</b>	<b>Muito, Muita</b> —→ <b>3</b>
<b>Mediano, Mediana(mente)</b> —→ <b>2</b>	<b>Demasiado, Demasiada(mente)</b> —→ <b>4</b>

Exemplo : Você já perdeu alguma coisa importante?

- a) Sim, e depois disso passei a vigiar as minhas coisas importantes.... .
- b) Sim, e depois disso fiquei com medo de perder novamente..... .
- c) Sim, mas continuo despreocupado(a) em perder novamente..... .
- d) Não , nunca perdi alguma coisa importante.

Só as respostas **a** e **b** foram escolhidas e assinaladas. Em seguida a resposta **a** recebeu intensidade **2** (medianamente), e a resposta **b**, intensidade **3** (muito).

No entanto, algumas das respostas não permitem expressar qualquer intensidade. Nesses casos, dentro do quadradinho, aparece a palavra **sim** ou **não**. Quando uma dessas respostas for a sua escolha, você deve, portanto, apenas assinalá-la com um **X**.

Exemplo : Você tem alguma coisa, que sente como sua?

- a) , não tenho algo que sinto como meu.
- b) , tenho coisas que sinto como minhas.

Só a resposta **b** foi escolhida e assinalada com **X**.

Para maior esclarecimento, falamos em posse psicológica porque, independentemente da posse legal, nos sentimos donos de coisas, de espaços, de privilégios, de animais e, até, de pessoas. Por isso falamos: meu quarto, minha amiga, meu cachorro, meu lugar, meu carro etc. Mas, é possível que alguém não se sinta dono de coisa alguma.”

### Escala Piloto de Padrões de Posse – EPP

<b>Um pouco (de), Leve(mente)</b> —→ 1	<b>Muito, Muita</b> —→ 3
<b>Mediano, Mediana(mente)</b> —→ 2	<b>Demasiado, Demasiada(mente)</b> —→ 4

- 1- Você tem alguém ou algum animal com o qual se relaciona?
  - a)  Não, não tenho.
  - b)  Sim, tenho. (responda, então, cada uma das seguintes perguntas)
  
- 2- Você tem medo de que algum(a) deles (delas) lhe abandone?
  - a) Não, porque me sinto seguro(a) do seu afeto por mim.....
  - b) Não, porque sinto indiferença a ele (ela).....
  - c) Sim, porque me sinto inseguro(a) do seu afeto por mim.....
  
- 3- Você tem medo de que ele (ela) seja tirado(a) de você ou perdido(a)?
  - a) Não, porque me sinto desligado(a) dele (dela).....
  - b) Não, porque me sinto despreocupado(a) quanto a isso.....
  - c) Sim, porque sinto que ele (ela) pode ser tirado(a) de mim ou perdido(a).....
  
- 4- O relacionamento dele (dela) com outras pessoas incomoda você?
  - a) Sim, porque desejo não dividi-lo(la) com os outros.....
  - b) Sim, porque sinto medo de ser deixado(a) ‘de lado’.....
  - c) Não, porque me sinto confiante na posse dele (dela).....
  - d) Não, porque me sinto desinteressado(a) dele (dela).....
  
- 5- Você vigia essa pessoa (ou animal)?
  - a) Não, porque me sinto seguro(a) da posse dele (dela).....
  - b) Não, porque me sinto indiferente a ele (ela).....
  - c) Sim, porque temo que ele (ela) se interesse por outra pessoa.....
  - d) Sim, porque desejo que outra pessoa não usufrua dele (dela).....
  
- 6- Você controla essa pessoa, perguntando onde foi e/ou o que fez?
  - a) Sim, porque tenho medo de perdê-la ou de sentir-me inseguro(a).....
  - b) Sim, porque procuro evitar dividi-lo(la) com alguém.....
  - c) Não, porque confio nele (nela).....
  - d) Não, porque sinto desinteresse por ele (ela).....
  
- 7- Você já perdeu pessoas (ou animais) bem próximas(os) a você?
  - a) Sim, e depois disso me apeguei outra pessoa (ou animal).....
  - b) Sim, e depois disso me desliguei de todos.....
  - c) Sim, e depois disso temo perder outra pessoa próxima.....
  - d) Sim, mas estou despreocupado em perder outra pessoa próxima.....
  - e)  Não, eu nunca sofri perdas de pessoas ou animais, significativos para mim.

## Escala Piloto de Padrões de Posse – EPP

<b>Um pouco (de), Leve(mente)</b> —→ 1	<b>Muito, Muita</b> —→ 3
<b>Mediano, Mediana(mente)</b> —→ 2	<b>Demasiado, Demasiada(mente)</b> —→ 4

- 8- Você fica irritado(a) quando alguém conhecido consegue algo de ‘mão beijada’?  
 a)  Não, porque acredito que cada um tem o seu momento de sorte.  
 b) Sim, porque desejo que cada um consiga as coisas pelo seu próprio esforço... .
- 9- Você fica contente se alguém perde o que conseguiu ilicitamente?  
 a)  Não, porque muita gente faz o mesmo e não perde.  
 b)  Não, porque não me interessa esse tipo de coisa.  
 c) Sim, porque desgosto de quem conquista as coisas ilicitamente..... .
- 10- Num ‘engarrafamento’, você fica com raiva de alguém, que ultrapassa os outros pelo acostamento?  
 a)  Não, porque acho que cada um deve virar-se como pode.  
 b) Sim, porque detesto quem age assim..... .
- 11- Você se incomoda se alguém próximo tem um privilégio que você não tem?  
 a) Sim, porque gostaria de que ele (ela) não tivesse essa vantagem sobre mim...   
 b)  Não, porque acho que o importante é o que acontece comigo.
- 12- Você torce para que o(a) outro(a) não conquiste quem você não conseguiu conquistar?  
 a)  Não, porque é natural todos irem atrás do que lhes interessa.  
 b) Sim, porque fico com raiva desse atrevimento dele (dela)..... .
- 13- Você fica irritado(a) quando alguém não colabora numa tarefa que é de todos?  
 a) Sim, porque tenho raiva de quem se aproveita dos outros.....   
 b)  Não, porque é o ‘jeito’ da pessoa.
- 14- Você tem a posse de alguma(s) coisa(s)?  
 a)  Não, de nenhuma coisa.  
 b)  Sim, tenho. (responda, então, cada uma das seguintes perguntas)
- 15- Quanto a alguma(s) dessas coisas, você costuma escondê-las ou guardá-las à chave?  
 a) Sim, porque desejo que os outros não se utilizem delas.....   
 b) Sim, porque tenho medo de que as tirem de mim.....   
 c) Não, porque me sinto confiante de que não vou perdê-las.....   
 d) Não, porque sou desligado de coisas materiais..... .
- 16- Você costuma emprestar as suas coisas ‘numa boa’, a contragosto ou não empresta?  
 a) ‘Numa boa’, porque confio em que vou tê-las de volta e sem estrago.....   
 b) A contragosto ou não empresto, porque temo que se estraguem ou não sejam devolvidas.....   
 c) A contragosto ou não empresto, porque desejo que os outros não usufruam delas.....



### Escala Piloto de Padrões de Posse – EPP

<b>Um pouco (de), Leve(mente)</b> → 1	<b>Muito, Muita</b> → 3
<b>Mediano, Mediana(mente)</b> → 2	<b>Demasiado, Demasiada(mente)</b> → 4

- 17- Você sempre procura ter mais coisas do que precisa?
- a) **Sim**, porque quero compensar o que não tive.....
- b) **Sim**, mas só me interessa quando são coisas bonitas.....
- c) **Não**, porque me contento em ter o necessário.....
- 18- Você costuma usar as suas coisas com preocupação?
- a) **Sim**, porque tenho medo de que se estraguem.....
- b) **Não**, porque sinto que não vai acontecer nada a elas.....
- 19- Você procura economizar nos seus gastos?
- a) **Não**, porque sou desprendido(a) de dinheiro e das minhas coisas.....
- b) **Sim**, porque desejo não passar dificuldades de novo.....
- c) **Sim**, mas só quando preciso juntar dinheiro para poder comprar algo que desejo.....
- 20- Fora de casa, você desfruta do ambiente tranquilamente?
- a) **Sim**, porque sinto que não corro o risco de perder alguma coisa.....
- b) **Não**, porque me preocupo com a possibilidade de perder alguma coisa.....
- c) **Não**, porque fico cuidando das minhas coisas para que ninguém faça uso delas.....
- .....
- 21- Você já sofreu perdas materiais significativas?
- a) **Sim**, e depois disso me empenho em ter coisas para compensar o que eu perdi.....
- .....
- b) **Sim**, e depois disso temo ter novas perdas.....
- c) **Não**, e portanto não tenho nada para compensar.....
- 22- Você costuma guardar coisas que não vão ser mais usadas?
- a) **Sim**, porque é difícil ‘abrir mão’ delas.....
- b) **Sim**, porque fico preocupado em não conseguí-las de novo, caso volte a precisar.....
- .....
- c) **Não**, porque acredito que se, no futuro, eu precisar, eu as consigo de novo.....
- 23- Você costuma desfazer-se facilmente de coisas que ainda pode usar?
- a) **Sim**, porque sou desprendido(a) delas.....
- b) **Sim**, porque me sinto culpado(a) em tê-las.....
- c) **Sim**, mas só quando é por compaixão aos outros.....
- d) **Não**, porque desejo não voltar a sentir a falta que senti no passado.....

## **Anexo B**

### **Entrevista semi-estruturada sobre padrões de posse**

Iniciamos a entrevista pela eventual posse de um objeto transicional (objeto substituto de apego) na infância. Seguem-se perguntas, formuladas a partir da definição operacional dos constructos, as quais podem se desdobrar em novas perguntas, caso a resposta inicial não seja suficiente para caracterizar um dado tipo de padrão de posse. Por exemplo, o entrevistado diz: “quando estou em casa, passo a maior parte do tempo no meu quarto para ter tranquilidade...”, perguntamos: “você se importa em cedê-lo para alguém?” Ante um “sim”, perguntamos: “por qual razão?” Ante a resposta: “porque aí eu não terei um lugar para ter sossego.” Como o que foi dito até aqui mostra apenas a importância da posse do quarto, mas não a modalidade de posse, podemos perguntar: “essa é a única razão ou você também tem medo de que o quarto seja estragado ou não quer que a outra pessoa usufrua dele?”. Se a resposta for: “porque tenho medo de que o estraguem”, concluímos por uma posse ansiosa. Além disso, procuramos saber qual a intensidade da resposta, se leve, média etc. Para uma entrevista completa, as perguntas devem abranger, para as pessoas e animais, o comportamento exploratório do ambiente e o de vigilância e controle sobre eles; e, questões relativas à posse, como a sua perda ou privação, a sua obtenção ou manutenção; e, as possibilidades de ser abandonado pela figura de posse e de ter a sua posse frustrada. Para os objetos, espaços e bens em geral, as perguntas devem abranger o comportamento exploratório do ambiente e o de vigilância sobre eles, os comportamentos de guardar ou esconder, de usar, de emprestar, de economizar ou consumir a figura de posse, e as questões relativas à sua perda ou privação, à sua obtenção ou manutenção, e à possibilidade de frustração à sua posse. A concretização de algumas perguntas darão uma noção mais precisa da entrevista, como segue: - Além do objeto transicional: ursinho ou outro qualquer (se for o caso),

perguntamos sobre os brinquedos que a pessoa teve e como ele os tratava, como reagia à perda ou à sua quebra. Depois, sobre eventuais perdas materiais significativas, se se desinteressou delas ou, pelo contrário, procurou compensá-las. Se é difícil se desfazer das coisas que consegue, se empresta suas coisas tranqüilamente ou com medo de que se estraguem ou, ainda, se não suporta emprestá-las. Se costuma ser econômico ou, pelo contrário, é desprendido das coisas materiais. Se se preocupa em perder amigos, ou se sente confiante de que vai mantê-los. Se tem medo de ser abandonado. Se vigia ou controla pessoas, consideradas importantes. Se teve perdas e, depois, se apegou a alguém. Como a pessoa lida com o fato de alguém se sair melhor que ela ou tem mais privilégios etc. etc. Para finalizar, a pessoa é convidada a falar o que quiser em torno do tema da posse.

#### Ficha de avaliação da entrevista

Nome/ nº: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ anos.

#### Intensidade das respostas segundo os padrões

Padrão	Pessoas e animais	Padrão	Coisas, espaços etc.
PS		PS	
PA		PA	
PC		PC	
PR		PR	
DP		DP	
PI			

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

### Anexo C

#### **Carta aos diretores de faculdade solicitando permissão de convocatória de alunos para a pesquisa e uso de sala de aula**

Campinas, de \_\_\_\_\_ de 2004.

Ilmo. Sr. \_\_\_\_\_

DD. Diretor da Faculdade de \_\_\_\_\_ da

Universidade \_\_\_\_\_

Ref.: Permissão de convocatória de alunos para pesquisa e uso de sala de aula.

Prezado Diretor

Como aluno-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas, venho solicitar permissão para convocar alunos desta faculdade, cursando do 4º ao 6º semestre, para participarem de pesquisa que tem como finalidade a elaboração de minha Tese de Doutorado em Psicologia, sob orientação da Profª Drª Elisa Medici Pizão Yoshida e que tem como objetivo, a construção e validação de uma escala de auto-relato para avaliação de padrões de posse. Esclareço, outrossim, que o projeto submetido ao Comitê de Ética da PUC-Campinas, já foi aprovado.

Quanto à participação dos alunos, eles deverão responder a uma escala sobre padrões de posse, com duração em torno de vinte minutos. Essa mesma escala deve ser reaplicada, dois meses depois, em metade dos participantes e, alguns deles, serão também convidados a fazer uma entrevista, que deve ser feita na faculdade de Psicologia da PUC-Campinas.

A adesão é absolutamente voluntária e a aplicação da escala é coletiva e deverá ser feita na própria faculdade, em horário extra-aula. Para isso solicito também permissão para o uso de uma sala de aula nas duas aplicações da escala.

Certo da sua compreensão e colaboração, agradeço sinceramente.

Atenciosamente

---

Sebastião Elyseu Júnior

## Anexo D

### Autorização da Comissão de Ética da PUC-Campinas



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Campinas, 31 de Agosto de 2004

Protocolo 345/04

Prezado Senhor Sebastião Elyseu Júnior,

C/C: Pós-Graduação em Psicologia.

**Parecer Projeto:** APROVADO.

#### I – Identificação:

**Título do projeto (completo):** "CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO DE PADRÕES DE POSSE".

**Pesquisador (a) responsável:** SEBASTIÃO ELYSEU JÚNIOR.

**Orientador (a):** ELISA MEDICI PIZÃO YOSHIDA.

**Instituição onde se realizará:** FACULDADE DE PSICOLOGIA – PUC-CAMPINAS, FACULDADE DE PSICOLOGIA – UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP, CURSO DE MEDICINA – UNICAMP E CURSO DE ENFERMAGEM - UNICAMP.

**Data de apresentação ao CEP:** 06/08/04.

**Apresentar relatório:** AO TÉRMINO DA PESQUISA.

#### II – Objetivo:

Construir e validar um questionário de discriminação de padrões de posse, tomando como base o instrumento piloto desenvolvido pelo autor.

#### III - Sumário do projeto:

A amostra será composta por no mínimo 210 universitários, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 21 anos, cursando do 4º ao 6º semestre dos cursos de graduação, respondendo a um questionário. Os instrumentos serão, Questionário de padrões de posse – QPP, que contém 20 itens para representarem comportamentalmente o constructo padrão de posse. Entrevista semi-estruturada sobre padrões de posse, trata-se de uma entrevista clínica, iniciada com uma pergunta ampla sobre o relacionamento que o participante tem com as pessoas, animais e coisas em geral. A entrevista clínica será gravada.

#### IV - Parecer do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução no. 196/96 item VII.13.b, que **define as atribuições dos CEPs e classifica os pareceres emitidos aos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos**, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

#### V – Informações Complementares

O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).

Pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP

que o aprovou (Res. CNS Item III.1.z), exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade do regime oferecido a um dos grupos de pesquisa (Item V.3.).

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4.). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

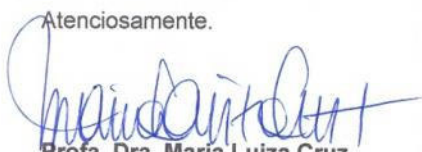
Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projeto do grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, Item III.2.e.).

Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNS-MS 196/96.

**VI - Data da reunião: 31/08/2004**

Sendo só o que nos cumpre informar, aproveitamos da oportunidade para renovar votos de estima e consideração.

Atenciosamente.



**Prof. Dra. Maria Luiza Cruz**

Coordenadora do C.E.P.S.H.P  
PUC-Campinas

## **Anexo E**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Teste-reteste**

A pesquisa a que você está sendo solicitado a participar visa avaliar a utilidade de uma escala para a discriminação de padrões de posse na população universitária, desenvolvido por Sebastião Elyseu Júnior, aluno-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Psicologia: Profissão e Ciência da PUC-Campinas.

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da PUC-Campinas, está sendo realizada sob a orientação da Dra. Elisa Medici Pizão Yoshida, professora do mesmo programa.

Nesta pesquisa você receberá o formulário da escala com instruções auto-explicativas e, inicialmente, responderá sim ou não a cada pergunta feita; depois, você responderá outra (s) pergunta (s) correspondente (s) à resposta que você deu.

Alguns dos participantes serão solicitados a responder à mesma escala dois meses depois para uma segunda avaliação. Mas esta nova aplicação não tem nenhuma relação com as respostas dadas ou com algum problema do participante. Trata-se apenas de um procedimento necessário à pesquisa. Por isto solicitamos que você nos forneça o número do seu telefone ou outra forma de contato para que possamos agendar novo encontro.

A aplicação da escala será feita pelo próprio pesquisador.

Todos os dados que você fornecer serão tratados com a máxima confidencialidade. Em nenhum momento seu nome será vinculado às suas respostas. Todos os dados serão apresentados em termos de grupos. Se você tiver interesse, poderá solicitar ao pesquisador que seja marcado um horário para conversar sobre os resultados das suas respostas.

Saiba que a sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e que você é totalmente livre para abandoná-la a qualquer momento sem nenhuma penalidade por isto. Além disto, você poderá solicitar que se retire dela qualquer contribuição que você já tenha eventualmente prestado.

**Eu declaro ter sido informado e compreendido a natureza e objetivo da pesquisa e eu, livremente, concordo em participar. Declaro ainda ser maior de 18 anos.**

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: (019) 3252-7519 com Sebastião Elyseu Júnior (pesquisador)



## Anexo F

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Entrevista

A pesquisa a que você está sendo solicitado a participar visa avaliar a utilidade de uma escala para a discriminação de padrões de posse da população universitária, desenvolvido por Sebastião Elyseu Júnior, aluno-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Profissão e Ciência da PUC-Campinas.

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da PUC-Campinas, está sendo realizada sob orientação da Dra. Elisa Medici Pizão Yoshida, professora do mesmo programa.

Agora você será entrevistado pelo pesquisador sobre questões relativas à posse como mais um procedimento necessário à pesquisa. A entrevista será gravada para que os pesquisadores possam trabalhar sobre ela, mas todos os dados que você fornecer serão tratados com a máxima confidencialidade, isto é, só eles terão acesso à gravação. Em nenhum momento seu nome será vinculado às suas respostas. Todos os dados serão apresentados em termos de grupos. Se você tiver interesse, poderá solicitar ao pesquisador que marque um horário para falar sobre os resultados da sua entrevista.

Saiba que a sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e que você é totalmente livre para abandoná-la a qualquer momento sem nenhuma penalidade por isto. Além disto, você poderá solicitar que se retire dela qualquer contribuição que você já tenha eventualmente prestado.

**Eu declaro ter sido informado e compreendido a natureza e objetivo da pesquisa e eu, livremente, concordo em participar. Declaro ainda ser maior de 18 anos.**

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: (019) 3252-7519 com Sebastião Elyseu Júnior (pesquisador)

## Anexo G

## Frequência das respostas em cada item, no geral e por sexo.

Itens	Respostas no Geral	Respostas Masculinas	Respostas Femininas	Itens	Respostas no Geral	Respostas Masculinas	Respostas Femininas
1a	3	1	2	12a	231	112	119
1b	284	137	147	12b	68	28	40
2a	203	96	107	13a	259	120	139
2b	16	11	5	13b	36	19	17
2c	109	50	59	14a	13	2	11
3a	9	4	5	14b	280	137	143
3b	114	61	53	15a	81	44	37
3c	188	84	104	15b	75	39	36
4a	42	4	38	15c	111	47	64
4b	91	37	54	15d	68	28	40
4c	186	90	96	16a	163	76	87
4d	20	15	5	16b	147	74	73
5a	181	89	92	16c	13	4	9
5b	32	19	13	17a	44	24	20
5c	71	26	45	17b	124	45	79
5d	42	19	23	17c	130	71	59
6a	112	53	59	18a	165	93	72
6b	25	10	15	18b	134	49	85
6c	173	86	87	19a	19	9	10
6d	10	7	3	19b	122	61	61
7a	88	44	44	19c	166	73	93
7b	6	3	3	20a	205	86	119
7c	177	78	99	20b	86	52	34
7e	43	22	21	20c	7	5	2
7d	36	21	15	21a	28	15	13
8a	185	91	94	21b	107	61	46
8b	117	50	67	21c	169	70	99
9a	14	10	4	22a	102	52	50
9b	168	72	96	22b	132	67	65
9c	118	60	58	22c	87	35	52
10a	105	45	60	23a	43	21	22
10b	193	94	99	23b	4	1	3
11a	91	50	41	23c	126	50	76
11b	202	89	113	23d	126	72	54

## Anexo H

**Tabela de categorização dada pelos juizes a cada um dos itens da escala.**

Padrão	Item	Juíza 1	Juíza 2	Juíza 3	Juíza 4	Juíza 5	Acordo/ Desacordo	
PPS= 1	2a	1	1	1	1	1	A	
	3b	1	1	1	1	1	A	
	4c	1	1	1	1	1	A	
	5a	1	1	1	1	1	A	
	6c	1	1	1	1	1	A	
	7d	1	1	5	1	1	A	
	15c	1	1	1	1	1	A	
	16a	1	1	1	1	1	A	
	17c	1	1	1	8	1	A	
	18b	1	1	1	1	1	A	
	20a	1	1	1	1	1	A	
	22c	1	1	1	1	1	A	
	PPA= 2	2c	2	2	2	2	2	A
		3c	2	2	2	2	2	A
4b		2	2	2	2	2	A	
5c		2	2	2	2	2	A	
6a		2	2	2	2	2	A	
7c		2	2	2	2	2	A	
15b		2	2	2	2	2	A	
16b		2	2	2	2	2	A	
18a		2	2	2	2	2	A	
20b		2	2	2	2	2	A	
PPC= 3	21b	2	2	2	4	2	A	
	22b	2	4	2	2	2	A	
	4a	3	3	3	3	3	A	
	5d	3	3	3	3	3	A	
	6b	3	3	3	3	3	A	
	15a	3	3	3	3	3	A	
PPR= 4	16c	3	3	3	3	3	A	
	20c	3	3	3	3	3	A	
	7a	4	4	4	4	4	A	
	17a	2	4	4	4	4	A	
	19b	4	4	4	4	4	A	
	21a	4	4	4	4	4	A	
	22a	4	4	2	4	4	A	
PDP= 5	23d	4	4	4	4	4	A	
	2b	5	5	5	5	5	A	
	3a	5	5	5	5	5	A	
	4d	5	5	5	5	5	A	
	5b	5	5	5	5	5	A	
	6d	5	5	5	5	5	A	
	7b	5	5	5	5	5	A	

	15d	5	5	5	5	5	A
	19a	5	5	5	5	5	A
	23a	5	5	5	8	5	A
	23b	5	5	5	5	5	A
PI= 6	8b	6	6	6	6	6	A
	9c	6	6	6	6	6	A
	10b	6	6	6	6	6	A
	11a	6	6	6	6	6	A
	12b	6	6	6	6	6	A
	13a	6	6	6	6	6	A
Não Discrimi-	1a	7	5	7	7	7	A
nativa	1b	7	7	7	7	7	A
	7e	7	4	7	7	7	A
	8a	7	7	5	7	7	A
Sim= 7	9a	7	6	7	7	7	A
Não Sabe= 8	9b	7	7	7	5	7	A
	10a	7	7	7	7	7	A
	11b	7	7	7	7	7	A
	12a	7	7	7	7	7	A
	13b	7	7	1	7	7	A
	14a	7	7	7	7	7	A
	14b	7	7	7	7	7	A
	17b	8	7	7	7	7	A
	19c	7	7	1	7	7	A
	21c	7	5	7	7	7	A
	23c	8	7	7	7	7	A

---

## Anexo I

**Tabela de categorização e quantificação das respostas de quatro entrevistas, por três juizes.**

Entrevista	Padrão	Juiz			Entrevista	Padrão	Juiz		
		1	2	3			1	2	3
75	PS-pessoas	3	3	3	51	PS-pessoas	3	3	3
	PS-coisas	3	3	3		PS-coisas	3	3	3
	PA-pessoas	1	2	2		PA-pessoas	2	2	2
	PA-coisas	2	2	2		PA-coisas	3	3	2
	PC-pessoas	2	2	2		PC-pessoas	0	2	2
	PC-coisas	2	3	3		PC-coisas	2	0	0
	PR-pessoas	0	2	2		PR-pessoas	0	0	0
	PR-coisas	0	3	3		PR-coisas	0	2	2
	DP-pessoas	0	0	0		DP-pessoas	0	0	0
	DP-coisas	0	0	0		DP-coisas	0	0	0
	PI-pessoas	2	3	3		PI-pessoas	2	2	2
26	PS-pessoas	3	3	3	245	PS-pessoas	0	0	0
	PS-coisas	2	0	0		PS-coisas	3	3	2
	PA-pessoas	3	3	3		PA-pessoas	2	3	2
	PA-coisas	3	3	3		PA-coisas	3	3	3
	PC-pessoas	0	0	0		PC-pessoas	2	0	0
	PC-coisas	3	3	2		PC-coisas	0	0	0
	PR-pessoas	0	0	0		PR-pessoas	0	0	0
	PR-coisas	2	2	2		PR-coisas	0	3	0
	DP-pessoas	0	3	0		DP-pessoas	3	2	2
	DP-coisas	0	1	1		DP-coisas	0	0	2
	PI-pessoas	2	2	3		PI-pessoas	1	1	1

## Anexo J

### Tabela de categorização e quantificação das respostas das entrevistas

Quest.	Sexo	Idade	Figura de pessoas e animais					Figura de coisas, espaços etc.					
			ps	pa	pc	pr	dp	pi	ps	pa	pc	pr	dp
9	6	18	3	3	3	0	0	1	3	3	0	2	0
26	5	19	3	3	0	0	0	3	0	3	2	2	2
39	6	19	0	3	3	0	0	2	2	2	3	2	0
44	6	19	0	3	2	0	0	2	2	2	0	2	0
51	6	20	3	2	2	0	0	2	3	2	0	2	0
56	6	20	3	2	1	0	0	1	3	0	0	0	0
57	5	20	0	3	3	0	0	3	3	2	2	0	0
62	5	20	3	0	0	0	0	2	3	1	0	0	1
68	5	20	3	2	1	0	0	0	3	2	0	0	0
69	5	20	3	3	2	0	0	2	3	2	0	0	0
75	5	20	3	2	2	2	0	3	3	2	3	3	0
87	6	20	2	3	2	0	0	3	1	2	0	2	0
91	6	20	0	4	3	0	0	2	0	4	3	2	0
102	6	21	0	3	2	0	0	3	0	4	3	2	0
108	6	21	3	3	0	0	0	3	2	1	0	0	0
110	5	21	3	1	0	0	0	1	2	2	0	0	0
121	5	21	3	0	0	0	0	1	2	2	0	0	0
149	6	21	0	2	2	0	0	2	1	2	2	2	0
152	5	21	3	2	0	0	0	1	2	2	0	0	0
167	6	22	3	3	1	0	0	2	3	1	0	0	0
175	5	22	3	3	0	0	0	2	1	2	0	0	1
184	5	22	3	2	1	0	1	3	2	3	0	0	0
195	5	22	3	2	2	0	0	2	1	2	2	3	0
215	5	23	2	1	1	0	0	2	0	2	2	2	0
232	5	24	0	3	1	0	0	2	2	2	0	0	1
240	6	24	3	3	0	0	0	3	2	2	2	3	0
245	6	24	1	2	0	0	3	1	2	3	0	0	2
249	5	25	3	2	3	0	0	2	1	2	2	1	0
261	6	25	3	2	0	0	0	1	3	3	0	1	0
285	6	27	0	3	2	0	0	3	2	2	1	0	3
Total			62	70	39	2	4	60	57	64	27	31	10

## Anexo K

Tabela de conversão dos escores do teste para comparação com os das entrevistas

			Figura de pessoas e animais					- Figura de coisas, espaços etc.					
Quest	Sexo	Idade	ps	pa	pc	pr	dp	pi	ps	pa	pc	pr	dp
9	6	18	3	3	1	0	2	1	3	1	0	2	1
26	5	19	0	3	2	4	0	3	2	3	0	2	0
39	6	19	0	3	2	0	0	2	2	2	0	2	2
44	6	19	0	3	0	0	0	3	2	2	0	3	1
51	6	20	3	2	0	3	0	2	3	2	0	0	0
56	6	20	4	2	0	0	0	1	3	1	0	1	0
57	5	20	0	3	1	0	0	3	0	3	3	3	0
62	5	20	3	0	0	0	1	2	3	1	0	2	0
68	5	20	3	0	0	0	0	0	3	1	0	0	3
69	5	20	3	3	0	0	0	2	0	2	3	2	0
75	5	20	3	2	1	1	0	3	3	0	0	3	0
87	6	20	2	3	0	0	0	3	2	3	0	3	2
91	6	20	3	4	0	0	3	2	2	2	3	3	4
102	6	21	0	3	2	2	0	3	1	4	3	4	0
108	6	21	3	4	0	0	0	3	2	2	0	1	1
110	5	21	3	2	1	0	0	1	2	2	0	1	0
121	5	21	3	0	0	0	0	3	2	2	0	0	0
149	6	21	2	2	0	0	3	2	2	2	2	2	0
152	5	21	3	2	0	0	0	1	1	1	1	1	0
167	6	22	3	3	0	0	0	2	3	1	0	3	0
175	5	22	0	3	0	0	0	2	1	2	0	1	2
184	5	22	3	3	1	0	0	2	2	2	0	3	0
195	5	22	3	0	0	2	0	3	2	3	3	0	0
215	5	23	3	3	2	2	0	3	2	3	2	3	2
232	5	24	1	2	0	0	0	2	2	2	0	0	0
240	6	24	2	4	0	0	0	3	2	2	0	1	2
245	6	24	1	0	0	0	3	3	2	2	0	4	0
249	5	25	3	2	0	2	0	2	2	2	2	2	0
261	6	25	3	2	0	3	0	2	3	2	0	2	0
285	6	27	0	2	3	2	0	3	2	2	2	0	2
Total			63	68	16	21	12	67	61	59	24	54	22

## Anexo L

Tabela completa dos autovalores de 52 itens

Componentes	Autovalores Iniciais			Extração			Rotação
	Total	% da Variância	% Cumulativa	Total	% da Variância	% Cumulativa	Total
1	5,965	11,470	11,470	5,965	11,470	11,470	5,141
2	3,024	5,815	17,286	3,024	5,815	17,286	4,306
3	2,389	4,595	21,880	2,389	4,595	21,880	2,489
4	2,114	4,066	25,947				
5	2,032	3,907	29,854				
6	1,858	3,574	33,428				
7	1,792	3,446	36,873				
8	1,703	3,274	40,147				
9	1,609	3,094	43,241				
10	1,532	2,946	46,187				
11	1,465	2,818	49,005				
12	1,403	2,697	51,703				
13	1,331	2,560	54,263				
14	1,263	2,430	56,693				
15	1,254	2,412	59,105				
16	1,212	2,331	61,436				
17	1,115	2,143	63,579				
18	1,053	2,025	65,604				
19	1,024	1,970	67,574				
20	1,020	1,962	69,536				
21	0,918	1,766	71,303				
22	0,914	1,758	73,061				
23	0,844	1,622	74,683				
24	0,824	1,584	76,267				
25	0,812	1,561	77,828				
26	0,777	1,495	79,323				
27	0,738	1,420	80,743				
28	0,718	1,381	82,123				
29	0,683	1,314	83,437				
30	0,652	1,254	84,692				
31	0,633	1,217	85,909				
32	0,566	1,089	86,998				
33	0,558	1,072	88,070				
34	0,541	1,041	89,111				
35	0,526	1,012	90,123				
36	0,490	0,942	91,065				
37	0,464	0,893	91,958				
38	0,455	0,874	92,833				
39	0,436	0,839	93,672				
40	0,410	0,788	94,459				
41	0,383	0,737	95,196				
42	0,346	0,664	95,861				



43	0,329	0,633	96,494				
44	0,302	0,580	97,074				
45	0,254	0,489	97,563				
46	0,251	0,482	98,045				
47	0,211	0,406	98,451				
48	0,192	0,370	98,821				
49	0,179	0,345	99,165				
50	0,160	0,309	99,474				
51	0,149	0,286	99,760				
52	0,125	0,240	100,000				

Método de Extração: Análise dos Componentes Principais.

Técnica de Rotação: Direct Oblimin